



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS**

ACADEMIA MILITAR



ME 00-41-00

**PLANEAMENTO E COMANDO
NAS
PEQUENAS UNIDADES**

UNIDADE CURRICULAR M-137 e M-138

TÁTICA DE CAVALARIA I e II

Gabinete de Tática de Cavalaria



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS**

ACADEMIA MILITAR



ME 00-41-00

**PLANEAMENTO E COMANDO
NAS
PEQUENAS UNIDADES**

UNIDADE CURRICULAR M-137 e M-138

TÁTICA DE CAVALARIA I e II

Gabinete de Tática de Cavalaria

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA

v

Capítulo 1

INTRODUÇÃO

101. Finalidade.....	1-1
102. Âmbito	1-1

Capítulo 2

COMANDO E CONTROLO

Seção I - COMANDO	2-1
201. Introdução	2-1
202. O elemento humano	2-2
203. O Comando em operações	2-2
204. A cadeia de comando-	2-3
205. Relações de Comando e Relações de Apoio.....	2-3
206. Situação de Emprego das Forças	2-6
Seção II - O CONTROLO	2-8
207. Introdução	2-8
208. Medidas Gráficas de Controlo	2-9
209. Comunicações.....	2-9
210. Relatórios	2-11
Seção III - O COMANDO-MISSÃO	2-11
211. Generalidades.....	2-11
212. O comandante	2-12
213. O sistema de Comando e Controlo	2-12
214. Organização do Posto de Comando no Batalhão/Grupo/Agr	2-15
215. Organização do Posto de Comando na Companhia/Esquadrão/SubAgr	2-17
216. Localização do Posto de Comando.....	2-17

Capítulo 3

PLANEAMENTO

Seção I – GENERALIDADES	3-1
301. Generalidades.....	3-1
Seção II – O PROCESSO DE DECISÃO MILITAR	3-1
302. O Processo de Decisão Militar e os Procedimentos de Comando.....	3-1
Seção III - OS PROCEDIMENTOS DE COMANDO	3-2
303. Introdução.....	3-2
304. Passo 1 - Receber a Missão.....	3-3
305. Passo 2 - Difundir a Ordem Preparatória.....	3-6
306. Passo 3 - Elaborar Plano Provisório.....	3-6
307. Passo 4 - Iniciar Movimentos.....	3-28
308. Passo 5 – Efetuar Reconhecimentos.....	3-28
309. Passo 6 - Completar o Plano.....	3-30
310. Passo 7 - Elaborar e difundir o plano ou ordem de operações.....	3-30
311. Passo 8 - Supervisar e rever o plano.....	3-31

Capítulo 4

DOCUMENTAÇÃO MILITAR

Seção I – INTRODUÇÃO	4-1
401. Generalidades.....	4-1
402. Características da Documentação Militar.....	4-1
Seção II – PLANOS E ORDENS	4-2
403. Generalidades.....	4-2
404. Planos.....	4-2
405. Ordens.....	4-3
406. Ordens de Operações.....	4-4
407. Ordem Preparatória.....	4-4
408. Ordem Parcelar.....	4-5
409. Anexos, Apêndices e Adendas.....	4-5
Seção III – REGRAS PARA A ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS MILITARES	4-6
410. Técnica de elaboração de documentos.....	4-6
Seção IV – TRANSPARENTES E SINAIS CONVENCIONAIS	4-11
411. Generalidades.....	4-11
412. Sinais convencionais.....	4-11

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS:

ANEXO A – MODELOS DE DOCUMENTOS

Secção I – ARTICULADOS DE PLANOS E ORDENS DE OPERAÇÕES A-1

Secção II – TRANSPARENTES (TOC e TOC-M) A-26

ANEXO B – TAREFAS TÁTICAS B-1

ANEXO C – PLANO DE RECONHECIMENTO C-1

ANEXO D - LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS D-1

Página intencionalmente em branco

NOTA PRÉVIA

O número de publicações doutrinárias existentes e atualizadas relativas ao emprego das Pequenas Unidades é, como se sabe, escasso e portanto insuficiente para fazer face às exigências do ensino que se pretende ministrar na Academia Militar (AM). Numa era de constante mudança, a elaboração das publicações em falta contendo doutrina aprovada ou adaptada, além de se prever demorada, estará seguramente desatualizada antes da sua publicação, até porque a inclusão da doutrina emergente sobre algumas matérias ainda se encontra em discussão. Dado que essa demora não se coaduna com as exigências do ensino nos cursos ministrados na AM, tornou-se imperiosa a elaboração deste e de outros manuais escolares.

O presente manual surge assim, como uma base conceptual a utilizar na AM, destinado a servir de base teórica às lições, discussões dirigidas e trabalhos a realizar no âmbito dos cursos da AM, salientando-se no respeito pela sua finalidade o seu carácter didático. Dirigido essencialmente aos cursos das Armas combatentes, e contrastando com outras publicações pelo facto de a matéria se objetivar nos baixos escalões, nomeadamente no Grupo, Esquadrão e pontualmente Pelotão, o presente manual constitui uma base conceptual passível de utilização pelos restantes cursos.

Este manual estabelece os fundamentos basilares necessários para o emprego das Pequenas Unidades de Cavalaria, nomeadamente o Esquadrão e Pelotão de Carros de Combate e de Reconhecimento no espectro das operações.

As principais referências provêm da doutrina da Aliança Atlântica e sempre que se justifica da doutrina de emprego de forças de escalão equivalente em Exércitos Aliados

No texto, optámos pela utilização de algumas expressões na língua original, porque uma eventual tradução poderia desvirtuar o seu significado. No respeito pela terminologia específica da doutrina militar, na ausência de documento nacional que determine o seu léxico, optámos por assumir as definições do AAP-6 (2009) NATO *Glossary of Terms and Definitions*, documento ratificado por Portugal através do STANAG 3680 (ed:5)

Por fim, trata-se de um manual cuja elaboração se caracterizou por um elevado ritmo, e se conclui recentemente na preocupação de contemplar o ano letivo 2013/2014. Tais circunstâncias aliadas à recente aprovação de algumas publicações doutrinárias e ao facto de muito do que aqui se explicita, provir do conhecimento derivado de outros estudos consubstanciados em livros ou não, levam a admitir que o texto possa apresentar aspetos menos claros ou mesmo controversos, pese embora a inclusão, sobre a matéria em causa, da competência e reconhecida experiência forjada no comando deste tipo de unidades.

Cientes de que este é apenas um pequeno passo, passível de aperfeiçoamento, esperamos que o mesmo possa constituir o início do desvanecimento da timidez,

emprestando ao agora concretizado, as experiências pessoais, com o propósito de melhor esta publicação de apoio ao ensino dos futuros oficiais do Exército e da GNR.

Academia Militar, 03 de Outubro 2014

O Comandante da Academia Militar



José António Carneiro Rodrigues da Costa

Tenente-General

Apontamentos coligidos em 2010-12 por:

TCor Cav Henrique José C. G. Matens

Maj Cav Carlos Manuel da Costa Gabriel

Publicação revista em 2013-14 por:

TCor Cav José Miguel Moreira Freire

Maj Cav Carlos Manuel da Costa Gabriel

Capítulo 1

INTRODUÇÃO

101. Finalidade

Os textos de apoio que a seguir se apresentam, destinam-se a constituir um auxiliar para os alunos dos cursos da Academia Militar (AM), em especial das armas combatentes, no desempenho de funções de comando e, em particular nos baixos escalões, nomeadamente no Grupo/Batalhão, Esquadrão/Companhia e pontualmente Pelotão.

Por razões pedagógicas considera-se indissociável fazer referências, ainda que de forma pontual, a atividades ou ações mais relacionadas com atividades de estado-maior.

102. Âmbito

O presente manual escolar aplica-se fundamentalmente aos alunos do Curso de Cavalaria da AM, no entanto poderá ser aplicado a outros cursos da AM ou fora desta.

O manual toma como referência o escalão Esquadrão/Companhia, podendo aplicar-se, com as necessárias adaptações, a outros escalões.

Aduz-se ainda que nos modernos campos de batalha a fluidez das operações, a este escalão, é de tal ordem que a maior parte dos estudos, que são elaborados, resumem-se a estudos mentais.

Página intencionalmente em branco

Capítulo 2

COMANDO E CONTROLO

Seção I- COMANDO

201. Introdução

O Estatuto dos Militares da Forças Armadas (EMFAR) considera funções militares as que implicam o exercício de competências estabelecidas para os militares, classificando-se estas em Comando, Direção ou Chefia, Estado-maior e Execução (DL 236/1999, 1999, Artº 34).

A função comando “traduz-se no exercício da autoridade que é conferida a um militar para dirigir, coordenar e controlar comandos, forças, unidades e estabelecimentos” (DL 236/1999, 1999, Artº 35), detendo a autoridade conferida pelas leis e regulamentos. Resulta assim que Comando inclui a autoridade legal e consequente responsabilidade, que não é delegável, para utilizar recursos disponíveis para planear, dirigir, coordenar e controlar o emprego de forças no cumprimento de missões atribuídas. Materializa-se pelo vínculo hierárquico que o Comandante detém para impor a sua vontade ou intenção.

A noção de Comando contém, implicitamente, a de Chefia, definindo-se esta como a arte de influenciar e dirigir indivíduos, tendo em vista alcançar um fim determinado, de modo a que se consiga por parte daqueles a obediência, a confiança, o respeito e a cooperação leal (EME, 1987). O termo Chefia tem vindo a ser progressivamente substituído pelo termo Liderança, apesar de no repositório doutrinário português não se encontrarem referências a este termo. Adotámos, por isso, o conceito expresso no livro de referência da unidade curricular de Ética e Liderança, que define Liderança como o “processo de influenciar, para além do que seria possível através do uso exclusivo da autoridade investida, o comportamento humano com vista ao cumprimento das finalidades, metas e objetivos concebidos e prescritos pelo líder organizacional designado” (AM, 2002).

Este conceito é, na essência, semelhante ao conceito de chefia, subentendendo-se em ambos, os conceitos de persuasão, motivação e compulsão, atributos intrinsecamente relacionados com a personalidade. Conclui-se portanto, que o elemento fulcral na liderança é a personalidade individual.

No atual campo de batalha a liderança assume cada vez mais importância, em particular nos mais baixos escalões, aos quais deve ser concedida uma maior capacidade de decisão, alicerçada num ambiente de confiança recíproca entre os diversos escalões de comando. Esta postura exige que o líder, em qualquer escalão, conserve a habilidade para pensar e atuar de forma flexível, possibilitando uma constante adaptação à evolução da situação, tendo por referência, a intenção do escalão superior, sem que esta seja demasiado inibidora ou implique um controlo excessivo das ações subordinadas.

202. O elemento humano

A incerteza, o acaso e a fricção são elementos presentes no espectro da atual conflitualidade, sendo um lugar-comum no combate terrestre. Imponderáveis como as condições meteorológicas adversas, o caos e a confusão, a falta de informações precisas, erros de entendimento, de percepção e de planeamento, o cansaço, uma ameaça versátil e letal, o terreno difícil, o choque de personalidades e a cada vez maior presença de população civil, são variáveis não controladas pelo comandante e que aumentam a complexidade do combate terrestre.

A dispersão das tropas, imposta pelos efeitos das armas, pelas técnicas de combate, ou pela dimensão das AOp, assim como a multinacionalidade, são outras variáveis que dificultam o comando, obrigando que todo o «soldado» seja instruído no sentido de explorar uma situação com energia e intrepidez, mercê de uma elevada capacidade de iniciativa e de atuação. Resulta daqui que Liderança é um fator preponderante no potencial de combate de uma unidade, revelando-se crucial para o sucesso das operações militares.

Enquanto a personalidade varia de indivíduo para indivíduo, os atributos enformadores do atual líder são a posse de uma motivação moral elevada, a integridade de carácter e a coragem, nas vertentes física e moral. Aduz-se a necessidade de conquistar o respeito e confiança das suas tropas, pela abnegação, sensatez, lealdade, entusiasmo, iniciativa e desembaraço, autoconfiança, espírito de justiça; pela energia, capacidade de comunicação e força de vontade e, não menos importante, pela sua competência profissional. Nesta última, inclui-se o conhecimento das capacidades dos meios de que dispõe, para os organizar em cada situação e a capacidade de decisão que, associada à flexibilidade de espírito e argúcia, permite explorar qualquer oportunidade que surge e transmitindo aos seus subordinados confiança e tranquilidade.

203. O Comando em operações

Associando-se aos fatores caracterizadores do atual ambiente operacional, a rapidez com que ocorrem os eventos, não é de estranhar a necessidade de descentralizar exigindo-se aos comandantes subordinados uma iniciativa disciplinada, agressiva e independente para adequarem a sua ação, de acordo com a intenção do comandante superior, à situação que enfrentam.

Neste cenário a abordagem mais adequada ao comando e controlo é o comando-missão¹ (*mission command*), que se traduz na condução das operações através da execução descentralizada baseada em ordens tipo-missão.

ELEMENTOS-CHAVE DO COMANDO-MISSÃO
– <i>Intenção do comandante.</i>
– <i>Iniciativa individual</i>
– <i>Ordens tipo-missão: incluem um breve conceito de operação e o mínimo necessário de medidas de comando e controlo</i>
– <i>Atribuição de recursos adequados</i>

As ordens tipo-missão são orientadas para a finalidade da operação em detrimento do detalhe das tarefas e requerem confiança mútua entre comandantes.

¹ Ver Capítulo 3 do PDE 3-00, Operações.

O comando-missão além de ser descentralizado, é informal e flexível. As ordens e planos são tão breves e **simples** quanto possível, sendo por isso muito importante a execução descentralizada. Aplica-se em todo o espectro das operações.

204. A cadeia de comando

Numa força militar existem várias unidades, representativas de um escalão de comando, com o seu próprio comandante. Logo, existem vários comandantes, através dos quais as ações de comando fluem. Em sentido descendente e/ou sentido ascendente. É esta sucessão de comandantes que forma a **cadeia de comando**.

Nas operações militares, a estreita observância da cadeia de comando é crucial para não se usurpar a prerrogativa dos comandantes subordinados e anular a sua autoridade. Circunstâncias especiais poderão requerer maior rapidez de atuação levando um comandante a ultrapassar a cadeia de comando estabelecida. Sempre que essas situações de exceção se verificarem, a cadeia de comando deverá ser restabelecida o mais rapidamente possível.

Como vimos, a liderança é um fator multiplicador do potencial de combate determinante nos resultados alcançados. Por esse motivo cada comandante tem de garantir a continuidade da cadeia comando, sob pena de as forças, na eventual perda de um dos elos de comando, serem incapazes de cumprir as missões atribuídas comprometendo o sucesso da operação. Tal propósito é atingido descrevendo a cadeia de comando nas ordens difundidas.

205. Relações de Comando e Relações de Apoio

Durante o planeamento de uma operação, um comandante, aos diferentes escalões, é confrontado com uma diversidade de situações, em particular no que se refere à articulação e composição das forças orgânicas e que estão em apoio para cumprirem as diferentes missões atribuídas. Para fazer face a estas situações, investem-se os comandantes com graus de autoridade consentâneos com as missões e tarefas a executar e as forças à sua disposição.

As relações de comando e de apoio são um corolário dos princípios da unidade de comando e de esforços, afetando diretamente a constituição das forças bem como a sua articulação para o combate.

As definições seguintes são fundamentais para as relações de comando, sendo o seu entendimento imprescindível para a utilização de um vocabulário comum, facilitador da compreensão e aceitação mútuas, fundamental em ambientes multinacionais.

a. Relações de Comando

Os graus de comando ou **relações de comando** definem o grau de responsabilidade e controlo que um comandante detém sobre as forças colocadas à sua disposição para cumprir determinada missão. Doutrinariamente compreendem o Comando Completo, o Comando Operacional (OPCOM), o Controlo Operacional (OPCON) o Comando Tático (TACOM) o Controlo Tático (TACON), o Comando Administrativo (ADCOM), o Controlo Administrativo (ADCON) e a Autoridade de Coordenação. Atendendo ao escopo da presente publicação, não serão abordados as relações de comando de âmbito administrativo e a autoridade de coordenação.

Comando Completo

Comando Completo ou simplesmente Comando é um grau de comando exclusivamente nacional² e define-se com a autoridade conferida a um Comandante que lhe permite abarcar os aspetos operacionais, administrativos e logísticos relativos às forças postas à sua disposição (EME, 2012).

A existência de um vínculo hierárquico genérico e indefinido é a principal característica diferenciadora dos demais graus de comando. Por isso, não só abrange todos os recursos e atividades, como pode ser exercido sobre forças orgânicas, atribuídas e de reforço. Confere ainda competência disciplinar³ e poder para delegar autoridade.

Comando Operacional (OPCOM)

À autoridade conferida a um comandante para utilizar forças postas à sua disposição no desempenho de missões de natureza operacional, nomeadamente atribuir missões ou tarefas aos comandantes subordinados, articular forças para a execução de tarefas operacionais e reter ou delegar autoridade de grau igual ou inferior à de comando operacional, designamos Comando Operacional (EME, 2012).

Caracteriza-se pela natureza do vínculo hierárquico funcional, isto é, circunscrito a aspetos operacionais, não compreendendo autoridade no plano administrativo ou responsabilidades de ordem logística. Contudo, permite inspecionar e determinar aspetos administrativo-logísticos diretamente relacionados com a atividade operacional. O comandante com forças em OPCOM tem competência disciplinar e responsabilidade pelo treino operacional dessas forças.

Controlo Operacional (OPCON)

Controlo Operacional consiste na autoridade delegada num comandante para dirigir forças, no desempenho de missões ou tarefas específicas, normalmente limitadas pela sua natureza, tempo e localização (EME, 2012).

Este grau de autoridade não permite que o comandante:

- atribua novas missões ou tarefas a forças que “recebe” em OPCON;
- articule forças para utilizar separadamente os elementos que constituem as unidades envolvidas;
- delegue nos comandos subordinados qualquer tipo de autoridade.

Este é o grau de controlo que normalmente as nações cedem os seus contingentes à NATO ou a outras organizações, não incluindo competência disciplinar e o controlo administrativo-logístico.

² Apesar da PDE 3-00 não o referir claramente, tal é implícito se atentarmos às definições das restantes relações de comando.

³ Pese embora a PDE não o explicita, julga-se que por lapso, considera-se implícita a existência de competência disciplinar.

Comando Tático (TACOM)

Autoridade delegada num comandante para atribuir às forças e unidades sob o seu comando as tarefas necessárias ao cumprimento da missão que lhe tenha sido atribuída (EME, 2012).

Controlo Tático (TACON)

Autoridade delegada num comandante para a direção e controlo de pormenor, normalmente limitados no plano local, dos movimentos ou manobras necessários para executar as missões ou tarefas cometidas (EME, 2012).

O Controlo Operacional e o Controlo Tático têm significado semelhante distinguindo-se apenas pela amplitude geográfica e temporal.

Se a Relação é		RESPONSABILIDADES INERENTES						
		Tem Cmd	Rel	Pode ser organizada pela:	Recebe ApLog da:	É posicio- nada pela:	Esta/mantém comunica- ções com:	Prioridades estabeleci- das por:
COMANDO	OPCOM	Un recetora	Un recetora	Un mãe	Un recetora	Un recetora	Un recetora	OPCON; TACOM e TACON
	OPCON	Un recetora	Un mãe	Un mãe	Un recetora	Un mãe e Un recetora	Un recetora	NA
	TACOM		Un mãe	Un mãe	Un recetora	Un mãe e Un recetora	Un recetora	NA
	TACON	Un recetora	Un mãe	Un mãe	Un recetora	Un mãe e Un recetora	Un mãe	NA
Observações: NA – Não aplicável								

Quadro 2-1: Quadro resumo das Relações de Comando

b. Relações de Apoio

Enquanto as relações de comando pressupõem a existência de um vínculo hierárquico e por isso são estabelecidas entre forças orgânicas, atribuídas ou de reforço, as relações de apoio estabelecem relações específicas entre unidades apoiadas e unidades apoiantes, sem que entre estas exista qualquer vínculo hierárquico. As relações de apoio são normalmente empregues no âmbito do apoio de fogos, apoio de combate e apoio de serviços.

No âmbito do Apoio de Fogos⁴

No quadro do apoio de fogos é frequente a utilização da expressão «missão tática», o que, à luz o conceito de missão tática, pode ser mal interpretado e consequentemente induzir mal entendidos. No tocante ao apoio de fogos, identificam-se as seguintes relações de apoio: Ação de Conjunto (A/C); Apoio Direto (A/D); Reforço de Fogos (R/F) e Ação de Conjunto/Reforço de Fogos (A/C R/F).

⁴ Para aprofundar conhecimento ou esclarecer qualquer dúvida consultar o MC 20-100 Manual de tática de Artilharia de Campanha.

Neste contexto, a unidade de apoio de fogos que apoia uma unidade de manobra como um todo e as prioridades de apoio foram definidas pela unidade apoiada está em **Ação de Conjunto** (A/C).

e.g.: GAC 45 A/C.

Uma unidade é empregue em **Apoio Direto** sempre que fornece apoio de fogos próximo e contínuo aos elementos de manobra que lhe forem designados; a sua ligação com a unidade apoiada é estreita e a disponibilidade dos seus fogos em apoio daquela é direta e permanente.

e.g.: GAC 1 está em A/D ao Agr D que conduz a operação decisiva da Brigada.

Diz-se que uma unidade de apoio de fogos se encontra em **Reforço de Fogos** (R/F), quando reforça com os seus fogos outra unidade de apoio de fogos.

e.g.: GAC 42: R/F do GAC 40

No âmbito do Apoio de Combate

No âmbito do apoio de combate, em particular Engenharia, é comum a expressão «forma de emprego» quando se faz referência às unidades de engenharia, compreendendo esta forma de emprego o Apoio Geral (A/G) e o Apoio Direto (A/D).

Apoio Geral (A/G) é a forma de empregar toda ou parte da Engenharia de um determinado escalão na realização de trabalhos em proveito do conjunto de subunidades desse escalão, segundo as prioridades do comandante desse mesmo escalão. As subunidades de engenharia permanecem sob o comando da Engenharia do escalão considerado.

e.g.: CEng 1 A/G à BriMec

Apoio Direto é a forma de empregar parte da Engenharia de um dado escalão em apoio a um escalão subordinado que já possui, ou não, engenharia, atribuindo ao comandante desse escalão um elevado grau de controlo sobre os trabalhos a realizar. A unidade apoiada faz pedidos de trabalhos e estabelece as prioridades. Tal como no apoio geral, as unidades de engenharia em A/D permanecem sob o comando da sua unidade orgânica, que é responsável por lhe garantir o apoio técnico e administrativo-logístico.

e.g.: 2/CEng1 A/D ao GCC

É usual atribuir subunidades de engenharia em OPCOM se o Comandante do escalão superior pretender autonomizar a unidade de manobra.

206. Situação de Emprego das Forças

As unidades e suas subunidades são estruturadas e empregues sob a designação genérica de forças de acordo com as situações que terão de enfrentar. Se a sua organização e articulação é determinada em função de variáveis como a génese dos elementos constituintes e a sua permanência no tempo, o seu emprego pode ser tipificado por parâmetros que no caso são o grau de dependência face aos comandos e/ou as tarefas a executar. Assim, reconhecem-se as situações de **forças orgânicas**, de **reforço**, **atribuídas**, e em **apoio**.

Se a Relação é		Responsabilidades inerentes						
		Tem rela- ções de cmd	Pode ser organizada pela	Recebe apoio Logís- tico	É posicio- nada pela	Esta/mantém comunica- ções com	Tem priori- dades esta- belecidas por	Un recep pode dele- gar
APOIO	A/G	Un Mãe	Un Mãe	Un Mãe	Un Mãe	Un Mãe		
	A/D	Un Mãe	Un Mãe	Un Mãe	Un Apoiada	Un Mãe e Un apoiada		
	A/C	Un Mãe	Un Mãe	Un Mãe	Un Mãe	ra	Un apoiada	
	A/C – R/F							

Quadro 2-2: Resumo das Relações de apoio

Forças Orgânicas

Orgânica, é a situação de uma força que tem uma organização e dependência fixada no documento próprio que define a organização desse comando, vulgarmente designado de quadro orgânico.

e.g.: O PelExplor é orgânico do GCC.

O PelSan é orgânico do GCC. Não do ECC.

Forças de Reforço

A força está na situação de reforço quando é colocada sob comando completo de outra com carácter relativamente temporário ou para execução de determinada tarefa específica de curta duração.

e.g.: O ERec/BrigMec é reforçado com o PelExplor/GCC.

O GCC é reforçado com Sec VBLP da CEng

Forças Atribuídas

Diz-se que uma força foi atribuída quando é colocada na dependência de um comando ficando a este vinculada por grau de autoridade igual ou inferior ao detido por esse comando e não faz parte do seu quadro orgânico.

e.g.: Uma Bateria dedicada a um GRec pode ser atribuída sob comando completo ou em OPCOM

Forças em Apoio

Apoio é a situação de uma força que presta auxílio ou apoio a outra, não tendo qualquer vínculo com esta. Implica que esta satisfaça pedidos da unidade apoiada dentro do âmbito do apoio definido. Neste caso, não existe qualquer vínculo de autoridade entre a unidade apoiada e a unidade apoiante.

e.g.: O GCC apoia o BIMec na conquista do Obj CASCO

Seção II- O CONTROLO

207. Introdução

O **Controlo**, no âmbito do comando-missão, representa a regulação de forças e funções de combate para cumprir a missão segundo a intenção do Comandante, permitindo tomar decisões e efetuar ajustamentos ao planeamento (EME, 2012). Permite ainda identificar os locais e momentos que irão requerer nova tomada de decisão.

Decorre no supramencionado que o controlo envolve toda a força e não apenas o Comandante. Nas unidades em que existe EM, o seu papel é primordial, porquanto coordena, sincroniza e integra ações, mantendo o comando permanentemente informado (EME, 2012).

“Controlo é a autoridade exercida por processo pelo qual, um comandante, assistido pelo seu Estado-Maior, organiza, dirige e coordena as atividades de organizações suas subordinadas, ou outras organizações que não estejam normalmente sob o seu comando e que engloba a responsabilidade de implementar ordens e diretivas. Toda ou parte desta autoridade pode ser transferida ou delegada” (EME, 2005)

No contexto da função de combate comando-missão, controlo é considerado mais ciência do que arte, na medida em que depende da objetividade, dos factos, dos métodos e da análise e, por conseguinte, apoia a arte do comando (EME, 2012).

As principais formas de controlo são o **controlo por procedimentos**, ou a aplicação da combinação de ordens, regulamentos e doutrina que não obriga à intervenção do comandante ou escalão superior, e o **controlo positivo**, cujo envolvimento do comandante é direto através de avaliações, tomada de decisão e emissão de ordens.

Elementos do controlo

A doutrina norte americana (DA, 2009) identifica a **Informação**⁵, as **Comunicações** e as **Estruturas** como elementos do controlo.

Na interpretação do termo e comumente entendido, **Informação** é o significado atribuído a dados. É talvez o elemento mais importante do Controlo e o recurso mais precioso do Comandante no âmbito do comando-missão. As informações, *intelligence* em inglês, são um importante e distinto subconjunto da informação relevante integrando-se no C2 (DA, 2009).

Conforme se explicita, neste contexto, o termo Informação refere-se a dados ou notícias, pelo que convém não confundir com o termo Informações. A bem da clareza afigura-se conveniente empregar o termo português «notícia» mais adequado à ideia a transmitir.

Comunicar envolve a utilização de qualquer meio para transmitir notícias e informações, de um local para outro. A comunicação eficaz é essencial no C2, na medida em que permite disseminar e partilhar informação, vertical e horizontalmente.

⁵ Informação neste contexto, não deve ser confundida com a expressão Informações.

As **estruturas** são estabelecidas em função da situação, para manter as relações entre os vários elementos e os procedimentos estabelecidos. Constitui exemplo de uma estrutura o Posto de Comando, que abordaremos na secção do sistema de comando e controlo.

Em síntese, através do Controlo é possível obter resposta a duas questões fundamentais:

Qual é a atual situação comparativamente ao estado final?

Quais são os ajustamentos ao plano/ordem, necessários para alcançar o estado final?

208. Medidas Gráficas de Controlo

As medidas gráficas de controlo são um meio pelo qual se exerce o controlo, visando a atribuição de responsabilidades, a regulação da liberdade de ação, impor restrições e facilitar a sincronização e coordenação. Daqui resulta que as medidas gráficas de controlo são estabelecidas ou aprovadas pelo Comandante.

As medidas de controlo podem ser classificadas em **restritivas**, ou limitativas da atuação das forças, e **permissivas**, ou facilitadoras a execução de determinadas ações. Estas medidas consubstanciam uma simbologia, cujo domínio é decisivo na criação de um entendimento comum, principalmente em ambientes internacionais e encontra-se consagrada na publicação da NATO AAP-6(B) *Joint Simbology* e na Publicação do Exército PDE 0-19-00 Sinais Convencionais Militares.

209. Comunicações

A capacidade da Unidade para observar, se deslocar e manobrar depende da sua capacidade para comunicar. Esta capacidade, nas unidades de reconhecimento, assume grande importância, na medida em que a tarefa de recolha de notícias ou provisão de segurança apenas está concluída quando a informação é transmitida.

Compete ao comandante definir o principal meio de comunicação, em função da situação e das condições antecipadas, sendo corrente nas unidades de cavalaria o emprego de sinais visuais e as transmissões por fio (TPF) e sem fio (TSF), incluindo a transmissão de dados. Além disso, pode também recorrer-se ao mensageiro, embora o emprego deste meio tenha caído em desuso.

Para se comunicar são necessário estruturas, isto é, meios rádios, computadores e procedimentos (arquitetura do sistema) ⁶.

Apesar do comandante, a qualquer escalão, ser o responsável último pela adequada utilização do sistema de transmissões, nos escalões acima de esquadrão existe um oficial de Estado-Maior que coadjuva o Comandante nesta tarefa. No escalão Grupo e nos ERec este oficial é o comandante do PelTm e tem como especiais atribuições supervisionar todas as atividades de transmissões incluindo a instalação, o funcionamento e a manutenção dos equipamentos.

a. Redes Rádio

São várias as formas de comunicar. Ao nível tático, o meio dominante na coordenação e direção das operações é a TSF. Neste nível, a largura de banda mais usual é a VHF,

⁶ Chamada de "Battle Management Systems" permite ter a integração total de voz, dados e imagem.

existindo contudo equipamentos que possuem também a HF. Consoante a finalidade e o tipo de tráfego assim se identificam as redes rádios, reconhecendo-se entre as mais comuns a rede de **comando e operações**, a rede de **informações**, a rede **administrativo-logística** e a rede de **comando e direção de tiro**.

Rede de Comando e Operações –No escalão Grupo e acima é controlada pelo S3 e inclui todas as unidades orgânicas e atribuídas.

Rede Administrativo-logística rede controlada pelo S4 ligando todas as unidades orgânicas ou de que dependam do GCC em matéria logística.

Rede de Apoio de Fogos – rede de comando e direção de tiro da AC onde o OAF se encontra.

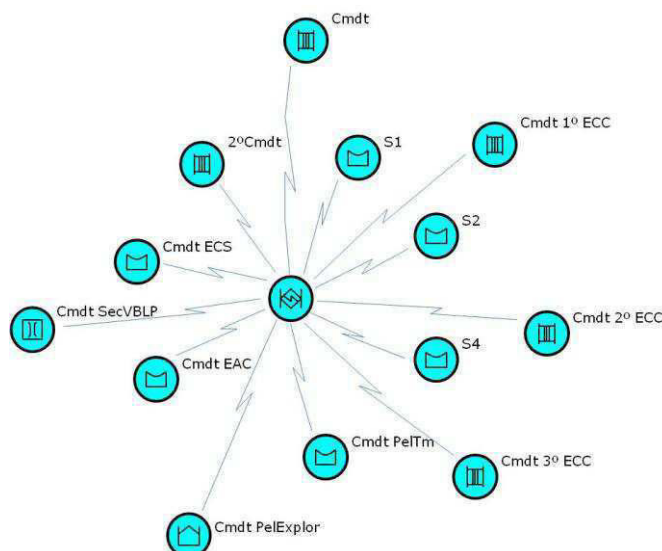


Figura 2-1: Rede de Comando e Operações do GCC

Sinais visuais

Os sinais visuais são um meio de transmissão utilizável em linha de vista e que permite obter silêncio rádio. Apresenta como principais desvantagens a sua fraca eficácia em períodos de visibilidade reduzida. Os sinais visuais podem visar a transmissões de indicações táticas como por exemplo a adoção de determinada formação (e.g. cunha, linha etc.) ou a comunicação entre o condutor das viaturas e o chefe de viatura quando apeado.

Poder ser sinais de braços e mãos, de bandeira, lanternas e pirotécnicos

b. Sinais sonoros

È comum a utilização de sinais sonoros para transmitir sinais de alarme. Este meio é apenas eficaz a curtas distâncias, nomeadamente em estacionamento ou aquartelamentos.

210. Relatórios

Os documentos pelos quais uma unidade ou subunidade dá a conhecer a sua situação atual, a atividade desenvolvida num dado período, as disposições que tomou, a sua situação logística, as notícias que colheu etc., são genericamente designados de relatórios. A sua finalidade genérica é dar a conhecer dados importantes para uma eficiente condução das operações, correntes e futuras.

Sendo o principal meio para transmitir informação necessária ao planeamento e tomada de decisão, os relatórios podem ser classificados em função da natureza, finalidade e prazos de envio. Os procedimentos para a sua elaboração e transmissão variam em função do tipo e escalão da unidade, estando normalmente definidos em Normas de Execução Permanente (NEP).

São diversas as formas de transmissão dos relatórios. A forma mais comum entre as pequenas unidades, é a transmissão via rádio. Por isso a padronização dos relatórios é muito importante, de modo a facilitar a sua transmissão e aumentar a rapidez de comunicação, diminuindo consequentemente as emissões eletromagnéticas.

A necessidade de clareza e subjacente ausência de expressões ou frases geradoras de más interpretações, aliadas à rapidez de transmissão, ditam o emprego de vocabulário próprio e das abreviaturas em uso, e a observação das regras aplicáveis na elaboração da documentação militar. Razões pelas quais na elaboração de um relatório além de se observar as características da documentação, isto é, ser claro e preciso, um relatório devem ainda ser completo e oportuno.

Apesar de poderem variar de acordo com as unidades, é comum encontrar nas pequenas unidades de cavalaria os seguintes tipos de relatórios:

- Relatórios de Operações, também designados por AZUIS;
- Relatórios de Informações/bombardeamento/NBQ
- Relatórios Administrativo-logísticos
- Relatórios de pessoal.

Seção III- O COMANDO-MISSÃO

211. Generalidades

Os termos Comando e Controlo estão intrinsecamente relacionados e, por essa razão, são utilizados conjuntamente. Todavia, conforme se infere das considerações efetuadas, não são sinónimos. Se o Comando é uma função individual, o Controlo envolve toda a força, e é fundamental para dirigir as operações envolvendo o Comandante e o seu EM. Resulta daqui a função de combate Comando e Controlo (C2). Contudo, por considerações de vária ordem, o facto de esta não realçar a crescente necessidade de os comandantes compreenderem um ambiente caracterizados por dificuldades e complexidades, esta função passou a designar-se de **Comando-Missão**, o objetivo é sobrelevando o primado da liderança, realçando a responsabilidade do comandante em compreender, visualizar, descrever, dirigir, liderar e avaliar, facultando ao comandante e seu EM o conhecimento para operar num ambiente incerto, por oposição à tentativa de criar um ambiente de certeza (EME, 2012).

Comando-Missão é a função de combate que desenvolve e integra todas as atividades que apoiam o comandante no exercício da autoridade e direção. (EME, 2012, pp. 2-25)

É essencial à arte e ciência da tática, porquanto o sucesso do emprego de forças em combate depende fortemente do sucesso do comando, e o sucesso do comando, por sua vez, depende do controle.

Neste contexto, o emprego eficaz das forças bem como o eficiente apoio às mesmas, reside, seja qual for o escalão, numa estrutura de C2 capaz de responder adequada e cabalmente às necessidades sentidas e problemas surgidos, possibilitando o planeamento, a organização, a direção, a coordenação, e o controlo de atividades das forças militares para o cumprimento da missão. Inclui o pessoal, o material, as comunicações, as instalações e os procedimentos indispensáveis para obter e analisar notícias, efetuar planeamentos, difundir instruções e supervisionar a execução das operações (EME, 1989). Os principais componentes da função C2 são o comandante e o seu sistema de C2.

212. O Comandante

O Comandante é o elemento chave no C2 porque avalia a situação, toma decisões e dirige as ações da sua unidade. A sua tarefa fundamental no âmbito do C2 consiste na aplicação e combinação da arte de comandar com a ciência do controlo, na medida em que tem que visualizar o campo de batalha, descrever a sua intenção aos comandantes subordinados, dirigir as suas ações para alcançar resultados e liderar a unidade de modo a cumprir a missão.

Neste contexto e considerando o expresso no parágrafo 202, importa que os atuais líderes militares sejam competentes e proficientes, capazes de operarem em todo o espectro do conflito, em ambientes conjuntos, internacionais e intergovernamentais; culturalmente perspicazes e com capacidade para usar essa característica na condução de operações de forma inovadora; e suficientemente corajosos e audaciosos para identificar e explorar as oportunidades que o ambiente operacional lhes colocar.

O exercício do comando e controlo por parte do Comandante firma-se no processo de tomada de decisão militar, ou procedimentos de comando, consoante o escalão a que se encontra, e através de um sistema de C2.

213. O sistema de Comando e Controlo (C2S)

Qualquer C2S possui uma grande dimensão humana, não obstante a crescente preponderância da tecnologia no atual campo de batalha. Combater envolve seres humanos «Soldados» e por essa razão a tecnologia não reduz a importância da componente humana. O objetivo do sistema C2 é garantir o cumprimento da missão sendo o seu objeto as forças.

Pessoal devidamente treinado é fundamental para a eficácia de um sistema desta natureza. Esta afirmação é especialmente verdadeira no quadro das unidades de reconhecimento, dadas as suas características e forma de atuação. Assim, o comandante constituindo-se como o elemento central desse sistema e estabelece o seu sistema de C2 numa matriz humana fortemente influenciada pela sua personalidade.

O sistema de Comando e Controlo (C2S) consiste no conjunto de pessoal, equipamentos, métodos e procedimentos, que permite a um comandante e seu Estado-Maior exercer o comando e controlo (NATO, 2010 a).

Apesar de nas unidades de escalão companhia/esquadrão não existir um Estado-Maior, o Comandante na sua ação de comando e controlo pode ser auxiliado por alguns militares, nomeadamente o 2º comandante, o Adjunto do Comando, o Observador Avançado, os Comandantes de Pelotão e pontualmente os Sargentos de Pelotão. Em seguida caracterizar-se-á na generalidade cada elemento, remetendo, pela sua especificidade, para a NEP/manual das unidades de reconhecimento e de carros de combate as atribuições de algumas destas entidades.

O 2º comandante

É o segundo na cadeia de comando e tem como principais responsabilidades supervisionar o funcionamento do PC estando inteirado da situação tática vivida. Normalmente é quem gere a ligação ao escalão superior (PC do Grupo ou da Brigada) libertando o Comandante para o comando direto dos pelotões, entenda-se dar ordens aos Comandantes de Pelotão.

Acrescem ainda responsabilidades na área da sustentação da força, nomeadamente no planeamento e supervisão do apoio de serviços, antes das operações.

O Adjunto

Sendo o sargento mais antigo da unidade detém a responsabilidade primária da sustentação da mesma, coadjuvando o Comandante no planeamento, coordenação e supervisão de todas as atividades de sustentação da missão em curso assim como outras no âmbito da administração de pessoal.

Acrescem ainda a supervisão do reabastecimento e comunicações (sargento de transmissões).

O Observador avançado

É o principal elo de ligação com a Artilharia de Campanha sendo responsável por coadjuvar o comandante no planeamento e coordenação e supervisão do apoio de fogos (AC, Morteiros e CAS). A sua viatura se necessário pode funcionar como PC alternativo. Nas unidades de reconhecimento não é normal a existência deste elemento.

O Sargento de Transmissões

Auxilia em todos os assuntos relativos à operação do PC do Esquadrão, sendo a sua principal função operar a rede de comando e operações do Esquadrão. Tem como atribuição especial elaborar e distribuir as ITTM e treinar e supervisionar a atividade dos operadores CIS.

Comandante de Pelotão

Sendo o responsável pela preparação, treino e disciplina do pessoal do seu pelotão, o seu papel é de primordial importância em operações, razão pela qual deve ser proficiente no emprego tático da sua unidade e equipamentos colocados à sua disposição, necessitando para isso, de ser profundamente conhecedor das suas capacidades e limitações.

Sargento de Pelotão

É o segundo na cadeia de comando do pelotão, devendo, por isso, estar pronto a assumir o comando do pelotão sempre que o comandante se ausenta. Tem como principais responsabilidades no âmbito das suas funções, a supervisão de todas as atividades administrativo-logísticas do pelotão, sendo o principal responsável pela elaboração e envio de relatórios para o escalão superior.

O Posto de Comando

Para que haja controlo tem de haver uma estrutura que relacione os procedimentos e as pessoas. Os sistemas de C2 sustentam-se no chamado Posto de Comando (PC), que compreende as instalações e os equipamentos, e procedimentos que garantem o seu funcionamento.

Posto de Comando é o quartel-general de uma unidade onde o comandante e o seu estado-maior exercem as suas funções no âmbito do Comando e Controlo. São as instalações que os comandantes utilizam para controlar as operações, planeando, coordenando e sincronizando a ação das diferentes funções de combate, independentemente de estarem ou não presentes.

Genericamente o PC é organizado tendo em conta a conduta das operações em curso e respetiva sustentação e o planeamento de missões futuras. Considerações adicionais sobre a sobrevivência, melhoria do controlo, da coordenação e do apoio às operações aconselham a articulação do PC em escalões. O número de escalões, a sua organização interna, bem como a sua localização dependem do tipo e escalão da unidade, da situação tática vivida e da vontade do comandante.

Apesar do objeto das nossas considerações se centrar na Companhia/Esquadrão/SubAgr, a imperiosidade do ensino, dita que se examine o PC de unidades de maior escalão, a fim de melhor se entender o funcionamento do PC do SubAgr CC e do ERec e enquadrar a sua articulação na manobra geral.

Nas unidades de manobra de escalão superior a Grupo/Agr, o PC articula-se normalmente em vários escalões, sendo comum encontrar-se o Posto de Comando Tático (PCTáct), o Posto de Comando Principal (PCPrinc) e o Posto de Comando Recuado (PCRec).

O PCTáct é a parte do PC que se localiza o mais à frente possível na AOp. O PCPrinc encontra-se à retaguarda do PCTáct e o PCRec encontra-se localizado bem na retaguarda, compreendendo o pessoal e equipamentos necessários para comandar e controlar as atividades de apoio administrativo e logístico e as operações de Proteção da Área da Retaguarda.

De referir ainda a existência do Grupo de Comando (GrCmd) sempre que o comandante assim o determine e pretenda, como por exemplo, controlar as operações de outro local, que não o PC propriamente dito.

a. Grupo de Comando

O Grupo de Comando (GrCmd) compreende os elementos de estado-maior que auxiliam o comandante no exercício do C2 quando este se ausenta do PC, seja para coordenar operações seja para efetuar reconhecimentos.

O Grupo de comando não tem constituição fixa sendo organizado de modo a responder às necessidades do comandante em termos de tomada de decisão e liderança e a conferir-lhe a capacidade de executar as funções críticas de C2 a partir de qualquer ponto na AOp. Dado que na sua organização há que considerar a segurança próxima, por norma, o escalão mais baixo onde se encontra Gr Cmd é nas unidades de escalão Batalhão.

b. Posto de Comando Tático

O PCTác é a instalação de C2 contendo a parte do PC da unidade organizada para controlar as operações correntes. Para atingir essa finalidade o PC Táct é guarnecido com representantes de todas as funções de combate.

Dotado de grande mobilidade contém, em regra apenas o pessoal e material essencial para a condução das operações correntes, dependendo do PC Princ para planeamento e estudos detalhados. Normalmente é atribuição do oficial de operações controlar esta instalação sendo de relevar como principais atividades aí desenvolvidas as seguintes: controlar as operações correntes (até 72 horas) incluindo a sincronização de forças e funções de combate; monitorizar e avaliar a condução das operações correntes; e efetuar o targeting.

c. Posto de Comando Principal

O PCPrinc é a instalação de C2 contendo a parte do quartel-general de uma unidade onde decorre o planeamento, análise e coordenação das operações. O PCPrinc contém representantes de todas as funções de combate, sendo menos móvel devido à sua dimensão.

É liderado pelo chefe do Estado-Maior ou 2º Comandante destacando-se como principal tarefa o planeamento das operações futuras.

d. Posto de Comando Recuado

O PCRec é a instalação de C2 que contém o pessoal e equipamento necessário para coordenar e controlar as atividades de apoio administrativo e logístico.

Está localizado bem à retaguarda, normalmente na área de apoio de serviços ou junto aos trens da unidade.

214. Organização do Posto de Comando no Batalhão/Grupo/Agr

Nas unidades de escalão Batalhão, o PC é constituído pelas viaturas, instalações e locais de onde o Cmdt apoiado pelo seu EM dirige a batalha e apoia o Batalhão. O exercício da função comando e controlo desenvolve-se a partir do PCPrinc; Grupo de Comando e Trens.

Normalmente é articulado em dois escalões: o Posto de Comando Tático e o Posto de Comando Principal. Lições aprendidas recomendam a previsão de um local para funcionar como Posto de Comando Alternativo.

Compete ao oficial de Operações determinar a localização geral do PC, sendo a localização exata definida pelo Cmdt do ECS em coordenação com o Oficial de Transmissões.

O deslocamento do PC é feito por escalões a fim de garantir a continuidade do C2 durante as operações.

Posto de Comando Principal

Compreende a Secção de Operações e a Secção de Informações, o Elemento de Apoio de Fogos (EAF) e representantes das unidades de reforço e apoio. As atividades desenvolvidas abrangem:

- Ligação com o escalão superior e Un adjacentes;
- Atualização permanente da situação do In e NT (Situational Awareness);
- Planeamento de operações futuras;
- Analisar e disseminar informações táticas;
- Solicitar e sincronizar ApComb e ApSvc adicional;

Na organização do PCPrinc há que considerar a necessidade de operar e garantir a segurança 24 horas/dia. Normalmente existem NEP que estabelecem a organização interna e outras situações de rotina.

O Centro de Operações Tácticas (COT) constitui a principal elemento do PCPrinc. Destinando-se a facilitar e acelerar o processo de decisão na condução das operações táticas em curso. A sua constituição assenta quase exclusivamente em elementos das SecOp/Info e do EAF.

Os trens de combate e o Posto Central de Tiro (PCT) do PelMortPes são normalmente designados como PC de Alternativa.

Posto de Comando Tático

O PCTáct ou Centro de Operações Tácticas (COT) localiza-se à retaguarda das unidades em 1º escalão e a sua composição encontra-se preceituada nas NEP da Unidade, sendo normal encontrar-se:

- Cmdt
- 2º Cmdt
- Sec Op
- Sec Info
- Pel Tm
- Of Tm
- EAF
- Sec CC do GCC
- Elementos de Segurança

Grupo de Comando

Sempre que o Comandante o desejar e a situação tática o exigir pode ser constituído um Grupo de Comando tendo em vista o controlo avançado das operações. Este grupo é destacado do PCTáct e a sua composição, natureza e tarefas são determinadas pelo Cmdt para otimizar o C2 da Un durante a operação.

Neste contexto, é constituído pelo Cmdt e por elementos por ele designados para o acompanhar e apoiar no controlo da manobra e dos fogos, e ainda elementos de segurança. Normalmente são designados os S3, FAC e OAF. Pelo explicitado facilmente se verifica que o Grupo de Comando é eventual e temporário, estando normalmente definida a sua composição em NEP.

Comp/Bat/Esq/Subagr	Bat/Gr/Agr	Brig
	Grupo de Comando	Grupo de Comando
	PC Tát	PC Tát
PC	PC Princ	PC Princ
Trens de Camp	Trens de Camp	
Trens de Combate	Trens de Combate	

Quadro 2-3: Tipos de Postos de Comando

215. Organização do Posto de Comando na Companhia/Esquadrão/SubAgr

Nas unidades de escalão Esquadrão, o PC é constituído pela viatura ou viaturas, instalações e locais de onde o Cmdt apoiado pela sua Secção de Comando dirige as operações e apoia o Esquadrão. O exercício da função comando e controlo desenvolve-se a partir do PC;

As atribuições normais para o PC do Esquadrão são as seguintes:

- Receber e enviar para o escalão superior todos os relatórios dos Pel;
- Manter as cartas de situação atualizadas sobre as operações das NT e da ameaça;
- Garantir as comunicações para o escalão superior e com os Pel;
- Monitorizar as operações dentro da área de responsabilidade e informar o escalão superior e os Pel sobre qualquer incidente ou atividade que possa influenciar as mesmas.

O PC deve estar localizado onde melhor possa controlar as operações, sem colocar em risco a sua integridade, onde não seja facilmente referenciado, numa posição central que lhe possibilite ter boas comunicações, bons acessos e operar em segurança. Normalmente na primeira dobra de terreno à retaguarda das forças em contacto e fora do alcance da artilharia In.

216. Localização do Posto de Comando

Aquando do planeamento, o comandante, o segundo comandante, e o sargento de operações, escolhem a localização inicial e subsequente do PC. A sua movimentação e posicionamento devem ser integrados no plano geral da unidade, sendo a sua localização o resultado do balanço entre segurança e proteção e os requisitos necessários a umas comunicações eficazes.

Como regra geral pode assumir-se que em Operações Ofensivas e de Reconhecimento e Segurança, o PC deve localizar-se na dobra de terreno imediatamente atrás dos elementos mais

avançados, de modo a garantir a continuidade das comunicações com os pelotões e o Grupo.

Se na defensiva, o PC deve localizar-se fora do alcance das armas de tiro direto da ameaça. Considerações adicionais como cobertura abrigo e a drenagem do solo são fatores a ter em consideração na escolha do local para o PC.

Capítulo 3

PLANEAMENTO

Seção I– GENERALIDADES

301. Generalidades

Planear, segundo o MGen Calçada (1998, p. 87), consiste na “actividade através da qual se procura encontrar resposta para a pergunta – como cumprir? – determinada missão”.

O planeamento tático constitui uma abordagem sistematizada e metódica a um problema tático, devendo ser conduzido em duas fases. Numa primeira fase tenta-se compreender o efeito que se pretende produzir (missão) e que nos foi imposto pelo escalão superior, e analisar as circunstâncias em que teremos de cumprir a missão. Compreendido e analisado o problema, passa-se à segunda fase, conceção das possíveis soluções para o problema tático (Calçada, 1998).

A responsabilidade fundamental do comandante, em qualquer escalão consiste em tomar decisões sobre as quais se baseiam todas as ações. Nas pequenas Unidades de Cavalaria (PU Cav) abaixo do escalão grupo não existe estado-maior e dada a fluidez com que a situação evolui, as ações de comando no tocante aos estudos a elaborar, resumem-se a estudos mentais.

Seção II– O PROCESSO DE DECISÃO MILITAR

302. O Processo de Decisão Militar e os Procedimentos de Comando

Enquanto no Batalhão (Bat), Grupo (Gr) ou Agrupamento (Agr) existe um Estado-Maior que auxilia o Comandante no planeamento das operações, nos escalões mais baixos, os comandantes de Esquadrão¹ e de Pelotão não possuem EM, planeando as operações sozinhos. Por isso, recorrem aos Procedimentos de Comando (ProcedCmd) como ferramenta para a resolução dos problemas táticos.

Na essência os dois processos são similares e abordam os mesmos tópicos, distinguindo-se pelo detalhe e tempo conforme facilmente se depreende. O tipo, quantidade e difusão oportuna de informação pelo escalão superior, no caso Agr/Gr, tem impacto direto nos comandantes dos Esq/Comp/SubAgr ao nível dos ProcedCmd, em especial no detalhe e tempo dedicado ao planeamento.

¹ No entanto existe sempre a possibilidade de recorrer a certas entidades para auxiliar no planeamento, por exemplo, o comandante do ERec pode recorrer ao 2º Cmdt, Adjunto, OAv, Sarg Op e ao Sargento de Transmissões para o auxiliarem no planeamento.

A figura 3-1 ilustra o relacionamento entre o PDM e os ProcedCmd, lembrando-se, porém, que este processo é interativo e dinâmico e por isso a ilustração representa apenas uma esquematização do processo.

Ao invés de aplicar o modelo de forma cega a qualquer situação, como se de uma receita se tratasse, recomenda-se flexibilidade de pensamento, adequando o modelo em face da situação. Recorrendo a Sun Tzu, poderemos sintetizar o modelo reiterando que importa “*ver o terreno, ver a ameaça e vermo-nos a nós próprios*”. De facto, somente depois de visualizarmos o terreno onde vamos atuar e a ameaça que previsivelmente vamos enfrentar, estaremos em condições de visualizar quais serão as nossas ações. Recomenda-se pois, flexibilidade e uma mente aberta e sem preconceitos.

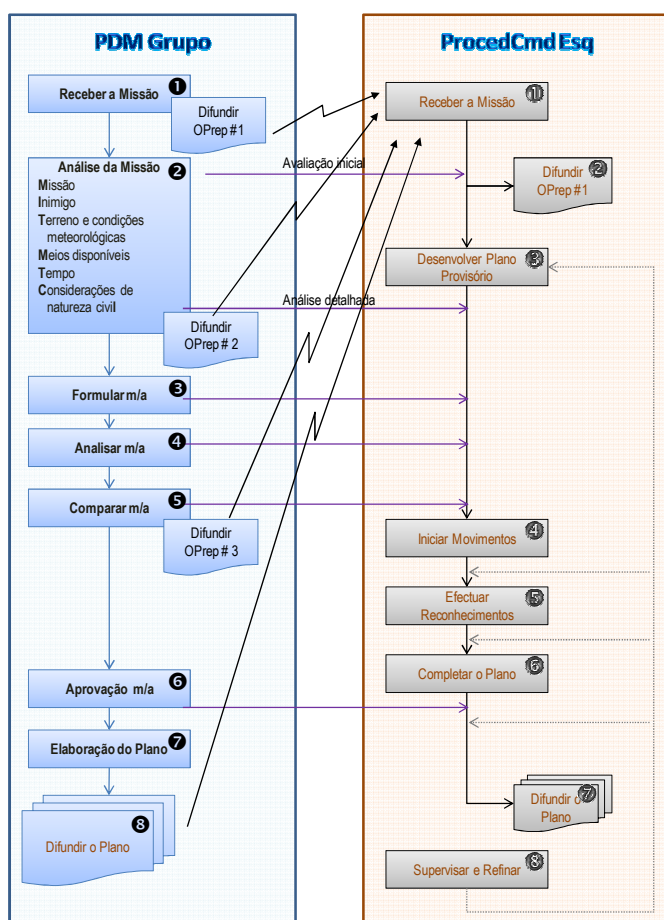


Figura 3-1: Relação entre o PDM e os Procedimentos de Comando

Seção III - OS PROCEDIMENTOS DE COMANDO

303. Introdução

Os Procedimentos de Comando concretizam, na prática, um método que auxilia a organizar o pensamento durante o planeamento e preparação das operações, adequado aos comandantes de Comp/Btr/Esq/SubAgr e Pelotão (Pel). Este método, além de auxiliar um Comandante a coordenar e sincronizar os meios à sua disposição, fazendo um judicioso uso do

tempo disponível, minimiza as vulnerabilidades da razão humana, frequentemente toldada por fatores exógenos, de que relevamos as convicções intuitivas e a afetividade.

Os Procedimentos de Comando consistem na “sequência de atividades utilizada pelos comandantes das pequenas unidades para planejar e preparar operações” (CID, 2007, pp. 7-1).

Os ProcEdCmd consubstanciam um processo dinâmico que se inicia quando a unidade recebe uma nova missão, ou é alertada através de uma ordem preparatória (OPrep) para a eminência de uma nova missão. Consistem em oito passos, havendo uma analogia com o Processo de Decisão Militar (PDM). Pese embora a ordem dos passos 1 a 3 seja normalmente imutável, a sequência das atividades a desenvolver não é rígida, devendo ser ajustada em função da missão, do tempo disponível para planeamento e dos meios atribuídos. Observe-se, por exemplo, que os movimentos podem ocorrer antes do desenvolvimento do plano provisório e que a atividade de supervisionar está presente em qualquer passo do processo.

Reitera-se que a sequência pela qual as atividades são apresentadas não é rígida, devendo ser adaptada em função da tipologia de unidade², da missão, da situação e do tempo disponível, podendo alguns passos ser concorrentes, enquanto outros se desenvolvem sequencialmente.

Por fim, resta mencionar que nos escalões mais baixos (Esquadrão e Pelotão) os estudos a seguir indicados raramente serão registados em documento formal, mas sim apresentados verbalmente. Assim, outros processos poderão ser empregues logo que os objetivos sejam alcançados e sejam consideradas todas as possibilidades.

PROCEDIMENTOS DE COMANDO

- *Receção da Missão*
- *Emitir a Ordem Preparatória*
- *Elaborar o Plano Provisório*
- *Iniciar Movimentos*
- *Efetuar Reconhecimentos*
- *Completar o Plano*
- *Emitir o Plano ou Ordem de Operações*
- *Supervisar e refinar*

304. Passo 1 - Receber a Missão

A receção de uma nova Missão pode ocorrer sob a forma de uma OPrep, ordem ou plano de operações (OOp) (PIOp) ou de uma ordem parcelar (OParc).

Ao receber a missão o Cmdt de Esq/SubAgr efetua de imediato uma **avaliação inicial** da situação e avalia o **tempo disponível** com base nos fatores de decisão (MITM-TC).

Esta avaliação inicial e a análise do tempo disponível constituem o teor base da OPrep Nº1, a difundir o mais rápido (cedo) possível, de modo a que os comandantes de pelotão possam iniciar o seu planeamento e preparação. A análise do tempo disponível traduz-se numa **fita do tempo** para planejar e preparar a missão, sendo atualizada continuamente.

a. Efetuar a avaliação Inicial

A avaliação inicial assenta na análise inicial dos fatores de decisão: **Missão, Inimigo, Terreno e condições meteorológicas, Meios disponíveis, Tempo disponível e Considerações Cívicas** (MITM-TC). A ordem e o detalhe com que estes fatores são analisados são flexíveis sendo, contudo, conveniente analisar primeiro o fator terreno, por ser o espaço físico onde se vai desenrolar a operação, afetando, por conseguinte, a

² O comandante de um ERec tem, normalmente, preocupações que um comandante de ECC não tem.

atuação de todos os atores presentes na área. A profundidade da análise, além da quantidade de informação disponível e da importância relativa de cada fator, é fortemente condicionada pelo tempo disponível. Por essa razão, neste estágio dos Proccmd, a análise dos fatores de decisão é, regra geral, superficial, de modo a não sacrificar tempo de planeamento aos subordinados.

No quadro 3-1 apresentam-se algumas considerações que auxiliam os comandantes na análise dos fatores de decisão.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS FATORES DE DECISÃO	
M	<i>Qual é a minha missão? Enquadrar a missão à luz da missão e conceito dos dois escalões acima do nosso. Por outras palavras, como Cmdt de Esquadrão devo analisar o que o meu comandante de Brigada pretende alcançar e como é que eu vou contribuir para tal.</i>
I	<i>Quem é que vou enfrentar? Qual é o tipo, o escalão, como se organiza, que equipamentos tem? Quais são as táticas? Qual é a sua m/a mais provável? E a mais perigosa?</i>
T	<i>Como é que o terreno e as condições meteorológicas vão afetar a minha missão e a do meu oponente? Por onde posso ir? Por onde pode vir a ameaça? Onde posso ver e ser visto?</i>
M	<i>Que meios tenho? Tipo e número de armas? Efetivos? Fui reforçado ou tenho outros apoios? Preciso de meios adicionais? Como está a moral das minhas tropas? Qual é a situação em munições?</i>
T	<i>Quanto tempo disponho? Como vou distribuir o tempo? Tenho de atribuir prioridades? Quais são os tempos definidos pelo meu escalão superior?</i>
C	<i>Como é que a missão vai afetar os civis? E como é que os civis podem afetar a minha missão. Qual é a Cultura, a religião? Quem são os principais líderes? Que infraestruturas são importantes?</i>

Quadro 3-1: Considerações sobre os fatores de decisão

b. Análise do Tempo Disponível

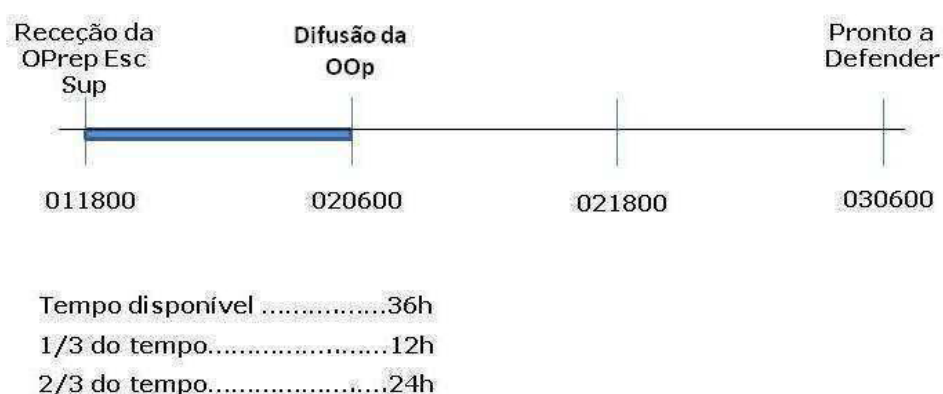
O produto da análise do tempo disponível materializa-se na designada **fita do tempo**. É importante que o Cmdt de Esq/SubAgr dissemine o mais cedo possível, orientações e informações pertinentes, facultando deste modo aos seus comandantes de pelotão o máximo de tempo disponível para o seu planeamento e preparação. Alerta-se, todavia, para a necessidade de encontrar o equilíbrio entre um planeamento detalhado e a ação imediata. Releva-se que o propósito é **determinar o tempo útil para o planeamento e preparação da missão, por parte do Comandante de Esquadrão e seus subordinados**.

O tempo dita o planeamento e execução de qualquer missão e, sem um bom planeamento do tempo disponível, facilmente o comandante de esquadrão se embrenha no processo de planear, perdendo a noção do tempo. O planeamento inverso e a aplicação precisa do planeamento da variável tempo, são os elemento-chave para uma boa gestão deste fator. Para tal, partindo do grupo-data-hora (GDH) em que se cruza a LP ou se está pronto a receber o inimigo, identificam-se os acontecimentos ou atividades críticas e o tempo que a sua realização consumirá. Desta forma, determina-se o tempo disponível para o planeamento e preparação para a operação.

Para se assegurar que os escalões subordinados dispõem do tempo suficiente para as suas necessidades de planeamento, o Comandante de Esq/SubAgr atribuí, pelo menos, **dois terços** do tempo disponível aos seus subordinados. Resulta daqui, que ao Comandante de Esq/SubAgr apenas lhe resta **um terço** do tempo disponível para o planeamento da missão e emissão da OOp. O quadro 3-2 ilustra um exemplo desse cálculo após a receção da Ordem Preparatória do escalão superior.

ACONTECIMENTOS CRÍTICOS

- Hora de saída da ZRn;
- Hora de passagem da linha de partida (LD);
- Ponto de partida (SP) para o movimento;
- ou a hora do Backbriefing ao Cmdt do Agr/Gr
- Hora do treino do Gr.
- Hora do Rec de Cmdts



Quadro 3-2: Exemplo de cálculo do tempo disponível

Esta distribuição do tempo é vulgarmente conhecida pela regra do **um terço/dois terços** e tem aplicabilidade em qualquer escalão de comando. Refira-se também, como orientação, que o comandante (ou o seu EM) normalmente distribui o tempo de planeamento que reservou para si do seguinte modo: 30% para a análise da missão, 20% para formulação da m/a, 30% na análise, comparação e seleção da m/a e finalmente, 20% para elaboração do plano ou ordem.

305. Passo 2 - Difundir a Ordem Preparatória

Logo que o Comandante de Esquadrão ou de Pelotão terminar a avaliação inicial da situação e do tempo disponível, deve disponibilizar imediatamente esta informação aos seus subordinados. Para tal emite uma **OPrep**.

Não sacrifique tempo de planeamento e preparação aos seus subordinados, à espera de estar na posse de toda a informação.

Pense em orientações essenciais para que os seus subordinados possam iniciar o seu planeamento e preparação, antes de receber o plano/ordem.

É através da emissão da OPrep que se permite aos subordinados e à unidade como um todo, a execução do planeamento paralelo.

Sendo a primeira, assume a designação de OPrep nº 1 e distingue-se de outras por conter a **informação essencial** para alertar os subordinados para a **futura missão** da unidade. À medida que o conhecimento da situação vai sendo aprofundado, e se necessário, OPrep adicionais, contendo mais orientações e/ou informações que auxiliem os subordinados na preparação da nova missão, podem ser difundidas.

A OPrep No 1 obedece ao articulado de uma ordem ou plano de operações e, nas unidades de escalão Esq/SubAgr, inclui, no mínimo, os seguintes elementos: **alterações à organização** (reforços e cedências); **missão atribuída**³ ou natureza da operação; **tarefas específicas não constantes em NEP**; **fita do tempo inicial**, incluindo o tempo mais tarde para iniciar movimentos, hora dos reconhecimentos e hora e local para emissão da ordem; requisitos iniciais de informação; cartas topográficas necessárias; e **instruções específicas relativas ao apoio de serviços**.

O detalhe e a quantidade de informação a incluir depende do tempo, das informações disponíveis e das orientações que os subordinados necessitam para iniciar o seu planeamento e preparação, ganhando tempo. Será que estando na fase inicial do planeamento e da preparação da missão, saber que o grau de exposição operacional é de X cg, representa uma mais-valia para a preparação dos seus subordinados.

No anexo A, Modelos de documentos, encontra um exemplo de ordem preparatória.

306. Passo 3 - Elaborar Plano Provisório

Emitida a OPrep nº 1, tem início o passo três dos ProcedCmd; desenvolvimento do plano provisório. Este passo dos ProcedCmd reúne as fases 2 a 6 do PDM, consequência de nos escalões abaixo de Gr/Bat/Agr, o planeamento ser uma tarefa solitária do Comandante, que normalmente a executa mentalmente, não obstante poder ser auxiliado por alguns dos seus subordinados⁴. Por essa razão, essas fases são menos estruturadas do que nos escalões onde existe um EM organizado.

a. Analisar a Missão⁵

Analisar a missão significa compreender o problema tático que se nos depara, bem como as circunstâncias em que o vamos fazer. Encontrar resposta para a pergunta - **o que temos de fazer? E em que condições?** - é a melhor forma de o fazer. Além de identificar a finalidade da missão, as tarefas a executar e a ordem pela qual devem ser executadas, o Comandante compreende melhor qual é o papel da unidade no âmbito da missão do escalão superior.

³ Neste estágio do planeamento é normal que o comandante ainda não tenha analisado detalhadamente a missão, não tendo portanto, enunciado a missão restabelecida. Se for o caso, então refere apenas a tarefa genérica atribuída pelo escalão superior.

⁴ Quando o comandante opta por o fazer está a implementar um modelo de planeamento concorrente.

⁵ Em algumas publicações doutrinárias americanas verifica-se que a análise da missão aparece imediatamente antes do desenvolvimento do plano provisório enquanto outras a colocam como um subpasso do desenvolvimento do plano. O que importa é entender que o estudo da missão é a moldura necessária para enquadrar o desenvolvimento do plano provisório, sendo de somenos importância se é ou não um subpasso do plano provisório. Por uma questão de coerência com as publicações doutrinárias nacionais, no presente texto vamos considerá-la como fazendo parte do passo três dos ProcedCmd.

A análise da missão é a continuação da avaliação inicial dos fatores de decisão realizada durante o primeiro passo dos ProcedCmd. Significa isto, rever a análise dos fatores de decisão aprofundando o estudo já realizado.

Missão

Os comandantes analisam a OPrep, PLOp ou OOp do escalão superior e procuram identificar qual é o contributo da sua unidade para o cumprimento da missão do escalão superior. Por exemplo, o Comandante de um Esq/SubAgr designado como o esforço principal (operação decisiva) do Gr/Agr, sabe que o desempenho da sua unidade é crucial para o sucesso do Agr.

A chave para compreender a missão reside em analisar o seguinte:

- **Missão e intenção do Cmdt do escalão superior:** Analisar a missão e intenção dos comandantes até **dois escalões acima** para identificar as relações horizontais e verticais, não só entre as unidades de manobra mas também entre o apoio de combate e o apoio de serviços, visualizando, assim, qual a contribuição da unidade para a manobra global.
- **Conceito de operação do escalão superior:** Analisar em que medida a missão da nossa unidade e tarefas atribuídas contribuem para o cumprimento da missão do escalão superior e correlacioná-las com a missão das unidades adjacentes. Ou seja, identificar a finalidade da missão atribuída, o que na prática corresponde a encontrar resposta para a seguinte pergunta **“para que é que o meu Esq vai realizar esta tarefa?”**.

Para alcançar este propósito, os Comandantes e o EM socorrem-se de uma técnica vulgarmente designada por «*nesting*» onde, de forma gráfica, se correlaciona, vertical e horizontalmente, tarefas e finalidades do escalão superior e das unidades adjacentes. Por norma, a finalidade do Esq/SubAgr que exerce o esforço principal coincide com a finalidade da missão do Gr/Agr.

O Exército classifica as operações quanto ao âmbito e esforço, em Operações Decisivas, Operações de Moldagem e Operações de Sustentação. Apesar do âmbito da aplicação desta classificação recair nos escalões acima de Esquadrão, importa compreendê-los para se criar uma base de entendimento comum.

Operação Decisiva é aquela que diretamente cumpre a missão, determinando o resultado de uma operação; constitui o foco ao redor do qual o comandante desenha toda a operação.

Operação de Moldagem visa garantir as condições para o sucesso da operação de decisiva.

Nas unidades de escalão Esquadrão é mais usual o conceito de esforço principal e secundário. O esforço principal consiste na concentração de forças e meios, numa dada área e tempo, onde o comandante procura um efeito decisivo (NATO, 2009). É exercido pela unidade cuja missão, a dado momento, é a mais crítica para o sucesso da missão. Importa reter que, enquanto o esforço principal se relaciona diretamente com a missão da unidade, o esforço secundário está relacionado com o esforço principal. Logo, uma unidade que execute a operação de moldagem pode ser designada como o esforço principal até que a operação decisiva se inicie. (ver PDE 3-00, pp3-9/10)

- **Tarefas⁶ explícitas⁷, implícitas⁸ e essenciais⁹** (CID, 2007, pp. 5-11,5-12). Para se identificar e determinar tais tarefas, há que analisar as OPrep ou OOp do escalão superior para reconhecer as tarefas explicitamente atribuídas à unidade e identificar as tarefas que não tendo sido definidas pelo escalão superior, são necessárias executar para garantir o sucesso da missão. Determinar o porquê de cada tarefa atribuída à unidade para compreender o seu relacionamento com a intenção e conceito de operação do escalão superior.

TAREFAS IMPLÍCITAS

As tarefas implícitas são deduzidas a partir de uma análise mais profunda da OOp, em conjugação com a análise da situação da ameaça e da área de operações (AOOp). Por exemplo, para efetuar um ataque poderemos ter que, implicitamente, efetuar uma travessia de curso de água, uma passagem de linha, ou fixar as forças localizadas (...). Outro exemplo, é o caso do Cmdt Pel que tem como tarefa explícita ocupar uma posição para apoiar pelo fogo o pelotão no esforço, e a posição a ocupar encontra-se perto de um posto de observação (PO) da ameaça. Neste caso, o Cmdt Pel identifica como tarefa implícita a destruição ou neutralização do PO, dado que este pode afetar o cumprimento da missão do Esquadrão.

Salienta-se que não é tarefa implícita, a tarefa respeitante à aplicação cabal da doutrina como por exemplo «organizar posições» ou «limpar os campos de tiro». Da mesma forma, também não se consideram tarefas implícitas, tarefas de rotina ou que constem em NEP, como por exemplo o «estabelecimento de ligação» ou o «reabastecimento de combustíveis».

Com base nas tarefas explícitas e implícitas, identificam-se as tarefas **essenciais a executar**. Tarefa essencial é a tarefa, explícita ou implícita, que por norma emprega mais dos que dois terços da unidade e cuja falha na sua prossecução compromete o sucesso da missão. Logo, as tarefas essenciais são elementos obrigatórios do enunciado da Missão Restabelecida. As restantes tarefas (não essenciais) serão seguramente tarefas a atribuir às subunidades e portanto irão surgir no PLOp/OOp no subparágrafo «3. (n-x) Tarefas às subunidades». Importa mencionar, para evitar confusões, que uma tarefa essencial não é uma ação de rotina e como tal inscrita em NEP; não é inerente às responsabilidades de planeamento do comandante e exige a totalidade ou a maior parte da unidade para a sua execução.

- **Constrangimentos:** O escalão superior e a situação tática colocam constrangimentos que restringem a liberdade de ação dos subordinados. Importa pois identi-

⁶ Uma tarefa é uma atividade claramente definida e mensurável, realizada por indivíduos e organizações. As tarefas são atividades específicas que contribuem para a realização das missões (DA, 2002).

⁷ “São aquelas tarefas que se encontram claramente expressas no PLOp ou OOp do escalão superior, normalmente nos subparágrafos «3.a. Conceito de Operação», «3. (n-x) tarefas às subunidades», e «3. n. Instruções de coordenação» do Parágrafo «3. EXECUÇÃO» do PLOp/OOp. Atente-se que as tarefas explícitas podem ser explicitadas noutras partes do PLOp/OOp, como por exemplo, anexos e transparentes”.

⁸ “São as tarefas que não constam especificamente no PLOp/OOp do escalão superior, mas que terão de ser executadas para se cumprir a missão ou para executar qualquer das tarefas explícitas.”

⁹ “Deste conjunto de tarefas (explícitas e implícitas), o comandante seleciona as que considera essenciais. Só estas farão parte da Missão Restabelecida, porque só através da sua execução é cumprido o contributo da unidade para a operação do escalão superior (até dois escalões acima)”.

car esses constrangimentos, que podem assumir a forma de uma **imposição**, ou seja um **condicionamento**, (e.g. *manter em reserva um pelotão*) ou assumir a forma de uma **proibição**, entenda-se, **restrição** (e.g. *não autorizados reconhecimentos a partir de H-10*). Outros fatores podem ser colocados à unidade proibindo ou autorizando o comando a empreender certas ações. Falamos das regras de empenhamento. Um condicionamento não deve ser confundido com uma tarefa (CID, 2007).

O **produto** desta fase da análise da missão é a **missão restabelecida**. Esta não é mais do que o enunciado **simples** e **conciso** da(s) **tarefa(s) essencial(ais)** que a unidade tem que executar, bem como a finalidade a ser alcançada.

A missão restabelecida contém **a tarefa ou tarefas essenciais** previamente identificadas e responde às seguintes questões: **Quem?** (unidade), **O quê?** (tarefa essencial e efeito imediato a alcançar), **Quando?** (hora ou à ordem), **Onde?** (localização) e **Para quê?** (finalidade da operação). É redigida no **presente do indicativo** e não obstante possa conter missões «à ordem», não deve mencionar missões do tipo «**prepara-se para**». O racional para esta regra baseia-se no facto de se saber que uma missão à ordem se vai realizar num futuro próximo, mas em momento indeterminado, enquanto uma missão do tipo «prepara-se» pode não ser executada.

Se o «quem», o «quando» e o «onde» são facilmente identificáveis, já o «quê» pode constituir um desafio, pois se não for devidamente escrito pode gerar confusão. Por essa razão, empregam-se verbos de ação facilmente mensuráveis e que se agrupam

em dois grandes grupos; as **ações relacionadas com as NF** e os **efeitos a alcançar sobre a ameaça**. Com o propósito de evitar confusões e a proliferação de termos e conceitos, no enunciado da missão

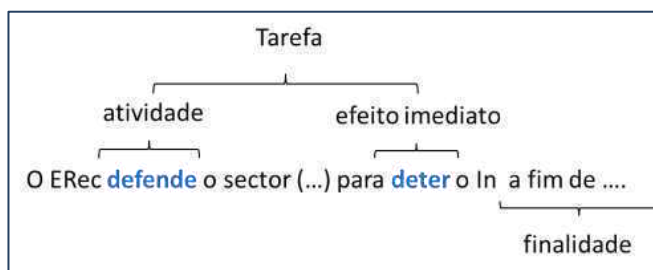


Figura 3-2: Elementos da Tarefa.(adaptado de STANAG 2887)

restabelecida, empregam-se as tarefas táticas enunciadas na

PDE 0-19-00, Sinais Convencionais Militares e resumidas no anexo B.

Atendendo ao preceituado, a redação do «quê» deve conter a tarefa primária ou forma de manobra e o efeito imediato que se pretende alcançar. A tarefa inclui um elemento, potencialmente dois elementos. O primeiro elemento é a descrição do efeito que o comandante superior pretende ver alcançado. o segundo é a descrição da atividade a desenvolver para alcançar tal efeito. Todavia, apenas deve ser mencionada se for necessário (NATO, 2006).

O efeito e a finalidade são expressos através de verbos que cujo efeito deve ser mensurável, seja ele sobre as forças opositoras, sobre o terreno ou sobre as forças amigas.

Mas como toda a regra tem exceções, alguns enunciados de missões, podem não incluir o efeito imediato. Estas situações são consideradas pela NATO (2006) como casos particulares que não contrariam os princípios doutrinários neste âmbito, na

medida em que a tarefa, por si só, é suficientemente descritiva da doutrina que suporta o tipo de operações.

Nestes casos, o enunciado da missão estrutura-se da seguinte forma: “*conduz [tipo de operação] a fim de [finalidade]*”, podendo ser usado o imperativo se facilitar a clareza. Como exemplo, um enunciado da missão pode ser expresso da seguinte forma. “*Conduzir um reconhecimento de zona a fim de detetar forças In (NATO, 2006).*”

MISSÃO RESTABELECIDA

Exemplo 1

O SubAgr X, a partir de D0600, defende o sector entre (...) e (...) para deter o inimigo à frente da EN 123 e negar o acesso ao nó de comunicações do Cartaxo.

Exemplo 2

O ERec, NLT 101100FEV13, garante a segurança do Itin AMARELO entre (...) e (...) para permitir a livre circulação de ONG de ajuda humanitária.

Exemplo 3

O SubAgr GOLF, a partir de H+48, defende o sector entre (...) e (...) para conter elementos In a fim de proteger o flanco OESTE do Agr e evitar a penetração da LF SABRE.

No final, poderá suceder que a missão restabelecida em pouco ou nada difere da missão atribuída, o que poderá supor que o estudo foi desnecessário. Tal suposição é injustificada no pressuposto de que se a análise foi bem-feita, houve, de facto, uma clarificação da missão, estudou-se o enquadramento na manobra global e identificaram-se tarefas que apesar de não constarem no enunciado da missão restabelecida, são ações que terão de ser realizadas.

O enunciado da Missão Restabelecida consubstanciou a resposta à primeira questão que tem guiado o nosso estudo – **o que temos de fazer?** – constituindo agora a referência para os estudos subsequentes que têm por fim obter resposta à segunda parte da questão – **em que condições?**

Terreno e Condições Meteorológicas

Nas unidades onde existe um EM, a análise do terreno e da ameaça baseia-se no IPB¹⁰. Como num Esq/SubAgr não existe EM, os comandantes socorrem-se à mesma do IPB, mas não executam o processo completo, centrando a sua atenção no estudo do terreno e em identificar as m/a da ameaça. Alerta-se que neste texto apenas serão abordados os fundamentos do IPB, não se dispensando a consulta da publicação doutrinária alusiva à matéria, PDE 2-09-00.

O primeiro passo no estudo do terreno é identificar o ambiente onde se vai atuar. Este pode ser ambiente urbano, desértico, ou até uma combinação dos dois. Em seguida identifica-se a área atribuída bem como as áreas circundantes onde podemos influen-

¹⁰ Acrónimo em inglês para Intelligence Preparation of the Battlefield que consiste num processo sistemático e contínuo de análise da ameaça e ambiente, numa área geográfica específica, com a finalidade de apoiar o processo de tomada de decisão e a elaboração de estudos de Estado-Maior (EME, 2010)

ciar o normal desenvolvimento das operações ou onde a ocorrência de algo pode afetar as nossas operações, ou seja, determina-se o objeto do estudo.

Enquanto o objeto do estudo do terreno pode variar em função do escalão, tipo e missão genérica da unidade, o detalhe é ditado exclusivamente pelo tempo disponível. O comandante de uma unidade de manobra preocupa-se com a cobertura vegetal, a proteção ou acidentes de terreno que afetem a mobilidade, a escolha de áreas de empenhamento ou posições de combate, enquanto o comandante de uma unidade de comunicações, estuda o terreno no sentido de maximizar os meios de transmissões.

Área de Operações (AOp)

Área delimitada, necessária para a condução das operações militares e administração das mesmas (EME, 2012).

Área de Influência (AInf)

Área geográfica onde um comandante é capaz de influenciar diretamente as operações pela manobra, fogos e outras funções de combate sob o seu comando ou em apoio. (EME, 2012).

Área de Interesse (AInt)

Área de preocupação de um comandante e que inclui a AOp, AInf e áreas adjacentes. Inclui também áreas ocupadas por forças inimigas que podem comprometer o cumprimento da missão (EME, 2012). De notar que no caso de uma operação de estabilização, a área de interesse, ou de apoio civil pode ser significativamente maior comparativamente com a associada às operações ofensivas e defensivas.

A análise do terreno centra-se no estudo dos aspetos militares do terreno, **Observação e Campos de Tiro, Cobertos e Abrigos, Obstáculos, Pontos Importantes** (PImp) e **Eixos de Aproximação** (EAprox) vulgarmente designados pelo acrónimo **OCOPE**, salientando o impacto no cumprimento da nossa missão e do inimigo. Caso a variável **tempo permita**, por razões de metodologia e sistematização, deverá iniciar-se o estudo pela caracterização geográfica da área recorrendo-se para tal à mnemónica **RAVINA** (Relevo e hidrografia, Vegetação, Natureza do solo, Alterações resultantes da ação do homem).

Embora descritos isoladamente, os efeitos destes fatores interligam-se, sendo ainda afetados pelos efeitos do clima e condições meteorológicas. Há pelo menos cinco condições meteorológicas que são analisadas, dado o impacto direto no planeamento e condução das operações, por via da influência (efeitos) quer no pessoal, quer na operação ou até mesmo no emprego de certos equipamentos e sistemas de armas. Por esta razão, a análise inclui a correlação com a **visibilidade**, o **vento**, a **precipitação**, a **nebulosidade** e a **temperatura/humidade**, concluindo sob o modo como afeta o cumprimento da missão.

No que se refere aos sistemas de armas, importa acautelar os efeitos nos seus subsistemas. Um carro de combate, por exemplo, pode ver a sua capacidade limitada ao nível do subsistema de controlo de tiro, da mobilidade, da trajetória das munições e até do desempenho da guarnição.

Observação e campos de Tiro.

A avaliação da observação deve considerar todos os meios disponíveis, óticos ou eletrónicos, tendo em consideração a necessidade, ou não, de linha de vista. A título ilustrativo, note-se que o emprego de um mini-UAV pode ultrapassar a necessidade de linha de vista para a área a observar, mas por outro lado, determinados modelos de mini-UAV podem obrigar à existência de linha de vista entre o operador e o equipamento.

*Entende-se por **observação** a capacidade que o terreno garante para ver a ameaça, através da observação visual ou com recurso a sensores. Os fatores que limitam ou negam a observação incluem os cobertos e abrigos. (EME, 2010, pp. 2-13)*

A observação é estudada em termos de distância, entendendo-se por curtas distâncias aquelas que se estendem até aos 600 metros; entre estas e os 3000 m as médias distâncias, e acima dos 3000 m as longas distâncias.

***Campo de tiro** é a área que uma arma ou grupo de armas pode bater pelo fogo com eficácia a partir de uma dada posição. Normalmente o terreno que oferece boa cobertura limita os campos de tiro (EME, 2010, pp. 2-13)*

O estudo a observação e campos de tiro assume particular importância nas unidades de reconhecimento, atendendo que a sua principal tarefa consiste em detetar e recolher notícias, seja sobre o inimigo ou adversário, seja sobre a área de operações. Daqui se infere que as preocupações nesta matéria diferem não só pela situação tática vivida, mas também consoante a tipologia da unidade e missão atribuída.

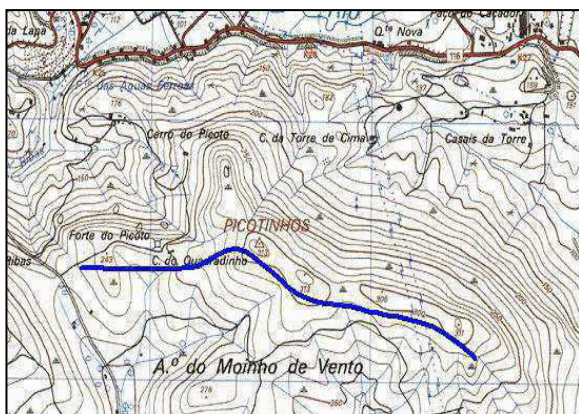


Figura 3-3: Exemplo de uma Linha de Observação

A análise deste fator permite identificar o terreno com maior valor defensivo e consequentemente potenciais **áreas de empenhamento (AE)**, assim como posições para equipamentos ou sistemas de armas com certas especificidades. Logo, esta análise deve considerar todos os sistemas de armas devendo considerar também a necessidade de proteção e/ou cobertura.

Uma técnica facilitadora consiste em efetuar transparentes identificando as principais **linhas de alturas (observação)** e as zonas mortas ou não vistas devendo referir-se se temos observação às **curtas, médias** ou **longas distâncias**. Desta forma é possível visualizar a existência de vulnerabilidades.

A tentativa de resposta às perguntas exaradas no quadro 3-3 conjugada com os transparentes atrás referidos constitui uma orientação para centrar o estudo no essencial.

OBSERVAÇÃO E CAMPOS DE TIRO

- *A partir de onde é que a ameaça pode observar e atacar as minhas forças?*
- *Como é que posso contrariar isto?*
- *Que áreas são perigosas e devo evitar?*
- *Quais são as áreas que naturalmente oferecem boas posições de combate ou para apoio pelo fogo?*
- *Onde posso montar PO para maximizar a minha capacidade de observar a AOp? Etc.*

Quadro 3-3: Questões sobre a Observação e Campos de Tiro

Cobertos e Abrigos

Cobertura é a proteção da observação sendo obtida por bosques, erva alta, arbustos etc...

Abrigo é a proteção conferida contra os fogos diretos e indiretos, sendo obtido recorrendo a dobras de terreno, valas, edifícios, muros, etc...

O estudo dos cobertos e abrigos auxilia a identificação do terreno com valor defensivo, possíveis EApox, zonas de reunião (ZRn), devendo ter em linha de conta o impacto sobre forças apeadas ou montadas. No caso da defensiva permite determinar posições adequadas à colocação dos elementos de segurança, forças em 1º escalão, reserva, meios de apoio de combate e de serviços, e ainda avaliar, orientar e atribuir prioridades para a quantidade de trabalhos de engenharia a executar, com vista a "criar" cobertos e abrigos necessários para além dos proporcionados naturalmente pela área de operações.

A avaliação dos cobertos e abrigos parte da análise efetuada na observação e campos de tiro, e tal como esta, a análise dos dois fatores não é indissociável. Outro aspeto a considerar é a influência que os cobertos e abrigos têm na observação e campos de tiro assim como nos obstáculos.

Obstáculos

O estudo dos obstáculos também difere consoante a natureza da operação e conduz a uma identificação dos corredores de mobilidade, ajudando a reconhecer terreno com características defensivas e EApox. Tal como na análise das anteriores variáveis, a tipologia da operação condiciona a avaliação. Na ofensiva, por exemplo, procura-se identificar os locais onde a ameaça pode eventualmente colocar obstáculos e o modo como estes afetarão a manobra, enquanto na defensiva procura-se potenciar os efeitos dos obstáculos naturais.

Obstáculo é um acidente de terreno natural ou resultante da ação do homem que detém, canaliza ou retarda o movimento de forças militares (CID, 2010).

Na avaliação dos obstáculos são tidos em consideração os aspetos relacionados com a cobertura vegetal (diâmetro e distância entre árvores), largura de linhas ou cursos de água, declives e a natureza do solo entre outros. Esta análise permite identificar corredores de mobilidade, cuja associação permite, por sua vez, identificar eixos de aproximação (EAprox) e potenciais áreas defensivas, bem como determinar a traficabilidade.

O comandante de Esq/Subgr apoia-se no transparente de obstáculos combinado (TOC) difundido pelo escalão superior que, conforme o nome indica, combina a análise de diversos fatores e sua conjugação com o clima e condições meteorológicas, caracterizando o terreno em termos de adequado¹¹, restritivo¹² e impeditivo¹³. Importa salientar que esta caracterização se relaciona com o tipo de unidade e não com o escalão. Logo, aquilo que é terreno adequado para uma unidade de infantaria, pode ser restritivo para uma unidade de carros de combate.

Recorda-se que o detalhe da análise varia com o escalão, sendo, portanto, necessário que o comandante de Esq/SubAgr aprimore este transparente. Situações haverá no entanto, em que não existe qualquer TOC por parte do escalão superior. Nessas circunstâncias o cmdt Esq/SubAgr deverá elaborar o seu próprio TOC.

Para se analisar os obstáculos, há que identificar os principais obstáculos existentes na AOp/AInf, determinando-se em seguida o efeito que cada obstáculo provoca na mobilidade da nossa força. Finalmente integra-se os efeitos de cada obstáculo num único produto.

Alguns dos fatores a estudar aquando da análise dos obstáculos são a vegetação, a natureza do solo, os declives (margens dos rios/ribeiras), a natureza do obstáculo (feitos pelo homem ou natural); obras de arte (pontes, aquedutos), características da rede estradal, etc.

Pontos Importantes

Ao se identificar uma parte do terreno como ponto importante, assume-se que o seu controlo ou posse pelas nossas forças facilita significativamente o cumprimento da missão. Por oposição, se o inimigo ou adversário o controlar ou possuir, dificulta consideravelmente o cumprimento da nossa missão.

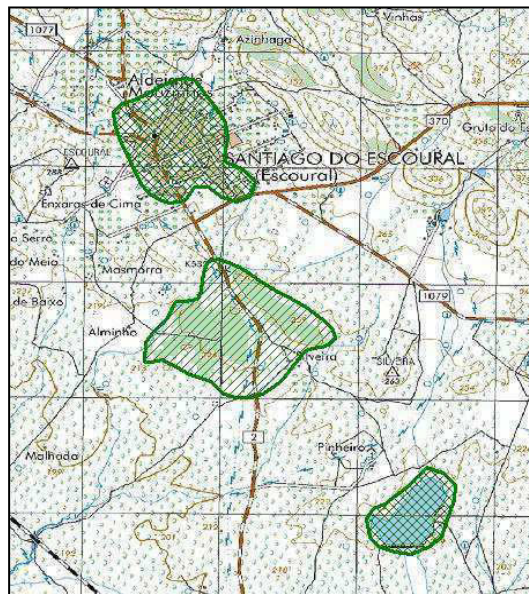


Figura 3-4: Exemplo de Obstáculos (terreno restritivo e impeditivo)

¹¹ Terreno que não oferece qualquer restrição ao movimento

¹² Terreno que oferece alguma restrição ao movimento.

¹³ Impede o movimento da unidade

Ponto importante (PImp) é toda a área ou zona de terreno cuja posse ou controlo representa uma nítida vantagem sobre o oponente (CID, 2010).

Para se avaliar se determinado local é ou não um PImp aconselha-se uma análise em termos do efeito que a sua conquista, por qualquer dos oponentes, provoca durante o desenrolar da operação.

A técnica para representar um PImp, é desenhar uma linha fechada de cor verde que



Figura 3-5: Exemplos de Pontos Importantes

acompanha os contornos de terreno a numerar, sequencialmente da esquerda para a direita e da frente para a ameaça primeiro dentro do setor/zona de ação, depois fora desta e no sentido do movimento¹⁴.

Tal como na análise de outras variáveis o estudo dos PImp tem em consideração a

natureza da operação e o escalão da unidade e por fatores vários.

Na ofensiva, os PImp referem-se normalmente a objetivos, podendo ser considerados em áreas adjacentes ou antes da Linha de Partida, se o seu controlo for necessário para a continuação, lançamento do ataque ou para o cumprimento da missão.

Na defensiva os PImp reportam-se normalmente ao interior do setor, coincidindo com eventuais posições de combate, podendo também ser considerados em áreas adjacentes ou à frente da orla avançada da zona de resistência, caso o terreno ofereça condições favoráveis de observação para o interior da posição. No caso do terreno além da OAZR, é necessário avaliar se a partir dessas áreas é efetivamente possível dificultar a nossa manobra, considerando a relação distância/alcance das armas. Deve ainda ser tido em consideração o terreno importante para as possibilidades de emprego da reserva ou necessário à SAR, bem como para a garantia de um fluxo de apoio, de serviços constante.

O PImp deve ser, sempre, justificado na nossa posse e na posse da força oponente.

Eixos de Aproximação

Nas operações ofensivas, o estudo dos eixos é realizado de modo a identificar qual o melhor eixo para o objetivo bem como os eixos que o adversário poderá utilizar para retirar ou empregar as suas reservas.

Uma faixa de terreno relativamente aberto através da qual uma unidade de manobra desenvolvida se pode deslocar é designada de corredor de mobilidade.

Um eixo de aproximação (EAprox) é toda a faixa de terreno que proporciona a uma unidade de determinado tipo e escalão, um itinerário relativamente adequado e fácil para atingir um PImp ou objetivo.

Atente-se na necessidade de não confundir um EAprox com a medida gráfica de controlo, Eixo

¹⁴ De notar que numa defesa, considera-se o movimento da ameaça.

de Progressão, que podendo apoiar-se num EAprox, é apenas uma medida de controlo que representa o local por onde uma unidade se desloca

Pelo contrário, numa defensiva, estudam-se os eixos que melhor servem as intenções do adversário e aqueles que melhor se adequam para o emprego da nossa reserva.

Na análise dos EAprox determinam-se eixos para forças um escalão abaixo do nosso. Neste contexto o S2 do Gr/Agr determina eixos para Esq/SubAgr. Atente-se que esta regra tem exceção quando se trata de unidades de reconhecimento, na medida em que este tipo de unidade trabalha normalmente para unidades dois escalões acima do seu. Assim, o Cmdt de uma ERec analisa os EAprox como se fosse o G2 dessa brigada.

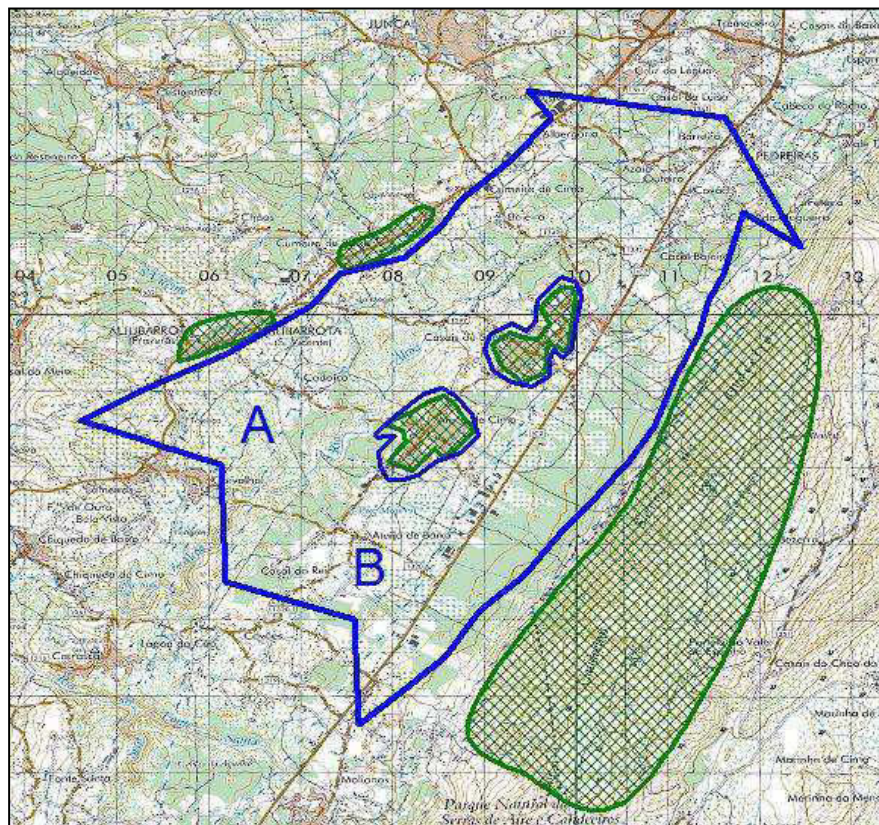


Figura 3-6: Exemplo de Eixos de Aproximação para as NF

As técnicas utilizadas para a determinação de um EAprox e respetiva representação gráfica são descritas no PDE 2-09-00 (IPB) identifica-se primeiro corredores de mobilidade dois escalões abaixo do nosso, e posteriormente são agrupados.

Para se avaliar os EAprox e posteriormente identificar o melhor eixo, analisa-se cada eixo em função dos aspetos a seguir descritos e que formam o acrónimo **OCOTDEV**:

Observação e Campos de Tiro – garante observação favorável e bons campos de tiro para a força que nele se deslocar, ou é dominado do exterior?

Cobertos e Abrigos - O EAprox confere boa cobertura e abrigos? Normalmente este aspeto colide com o anterior conforme já verificámos.

Obstáculos – Evita obstáculos ou tem obstáculos naturais que protegem os flancos?

Traficabilidade – Qual é a facilidade de movimento que permite em termos de ?

Extensão até ao Objetivo – Qual a distância até ao Objetivo?

Diretabilidade – Aquele que é mais direto para o Objetivo.

Espaço de manobra - O espaço de manobra é restringido em alguma parte?

Vias de Comunicação – O EAprox tem uma boa rede viária ou não?

Os EAprox são representados, conjuntamente com o terreno restritivo e impeditivo e os PImp naquilo que se designa de Transparente de Obstáculos Combinado Modificado (TOC-M) cujo exemplo poderá encontrar na Sec II do Anexo A – Modelos de documentos.

O Inimigo, Adversário, Forças Opositoras, Partes

Analisado o terreno, passemos ao estudo do nosso opositor¹⁵. Nos baixos escalões, para além da **composição**¹⁶, **dispositivo**¹⁷, **atividade recente**¹⁸, **capacidade de reforço** e **as possíveis m/a da ameaça**, torna-se necessário identificar os aspetos mais característicos da atuação da ameaça, assumindo particular importância a identificação de **vulnerabilidades** e os **pontos fortes**.

Atendendo a que na atualidade os conflitos se desenrolam no seio da população (Smith, 2008) categoriza-se um elemento da população em inimigo, adversário, apoiante ou neutral conforme a intenção ou possibilidade deste (EME, 2012).

Não obstante grande parte desta informação provir do escalão superior, muitos aspetos continuam desconhecidos listando-se assim as necessidades de informação. Dado que a incerteza é um constante no contexto da conflitualidade, torna-se necessário

¹⁵ De observar que na atual conflitualidade, o normal é existirem vários “atores” presentes na área de operações e que mesmo não agindo diretamente contras as nossas forças, poderão influenciar a atuação das mesmas. Apresenta-se aqui o conceito de inimigo, adversário, apoiante e neutral, conforme preceituado na PDE 3-00.

¹⁶ Quem é o nosso adversário, designadamente qual o escalão, como se organiza e que formações para o combate utiliza em norma.

¹⁷ Onde está implantado no terreno e/ou para onde pretende ir, ou poderá ir.

¹⁸ O que tem vindo a fazer.

identificar a informação crítica, ou seja, aquela que diretamente afeta o sucesso das operações.

O comandante, baseado na sua experiência e julgamento, arrola os elementos de informação que lhe permitem visualizar o campo de batalha, identificar os fatores críticos da operação e a validar a m/a, numa lista, doutrinariamente designada de **Critical Commanders Information Requirements** (CCIR). Esta lista é um documento “vivo”, sendo atualizada à medida que se vai avançando nos ProcedCmd aglutinando em três categorias: **Priority Information Requirements** (PIR), ou informação prioritária sobre o inimigo; **Friendly Force Information Requirements** (FFIR), isto é, informação sobre as capacidades e potencial das forças amigas, e **Essential Elements of Friendly Information** (EEFI), ou seja, a informação que pretendemos proteger dos sistemas de informação adversários.

Na prática é possível afirmar-se que apenas existem duas categorias, uma vez que os EEFI, não são mais do que os PIR do IN. Pragmaticamente importa compreender que a identificação de EEFI contribui para o desenvolvimento do plano de decesso.

No desenvolvimento dos CCIR o primeiro passo é colocar as seguintes questões:

- Que decisões tenho de tomar?
- Que informações acerca da ameaça, terreno e situação das forças amigas preciso para tomar essas decisões?
- Que informação das forças amigas devo negar à ameaça?
- Quando é que no decorrer da operação vou necessitar destas informações para poder tomar decisões antecipadamente?

O número de CCIR não deve ultrapassar a dezena na medida em que um quantitativo reduzido facilita a concentração de esforços de pesquisa, até porque os CCIR vão-se alterando no tempo.

Na determinação dos PIR há que considerar que estes devem ser orientados para gerar os quesitos de informação a colocar posteriormente no plano de pesquisa da unidade. Estes podem assumir a forma de questão ou de afirmação, sendo esta última forma particularmente apropriada para referir alvos ou unidades em movimento. Assim, um bom PIR deve observar as seguintes características:

- Apoiar uma única decisão tática- fogos ou manobra.
- Ser apenas uma questão.
- Centrar-se num facto, acontecimento ou atividade específica.
- Estar associado a uma área designada de interesse (ADI) bem como o tempo em que a informação é válida.
- Ser listada por ordem de prioridade

Exemplos de PIR:

PIR 1 – *A reserva (Pel CC) está localizada na ADI 1, 4 ou 5? LTIOV¹⁹ 271400Abr11*

PIR 2 – *Qual é a localização das ACar na proximidade do PPass 1 ADI 1 e 3. NLT força de apoio atingir a posição de apoio No1.*

¹⁹ Acrónimo em inglês para *Latest Time Information of Value*, isto é, até quando é que a informação tem interesse.

Neste contexto, a questão - *Qual é a localização da Reserva?* – e a afirmação - *Comunicar de imediato a localização de forças In* - não são a melhor forma de redigir um PIR, dado que não centram o esforço de pesquisa, no espaço e no tempo.

Os CCIR são listados na alínea n. do parágrafo 3. (instruções de coordenação). Nas Ordens ou Planos que incluem anexo de informações também se listam aí os PIR.

Meios e Apoios Disponíveis

Talvez o aspeto mais importante da análise da missão seja determinar o potencial de combate da própria força. O potencial relativo de combate (PRC) advém não só dos meios e sistemas de armas, mas de fatores não tangíveis como o moral e a experiência. Todos os recursos devem ser considerados, incluindo as forças em reforço ou em apoio direto, de modo a potenciar as capacidades e minimizar as vulnerabilidades. Na determinação dos recursos disponíveis há que considerar o seguinte:

- Qual é a situação em termos de pessoal, equipamentos e sistemas de armas?
- A que distância me encontro das unidades de apoio de fogos (particularmente importante para as unidades de reconhecimento)?
- Quantos PO/PE temos de montar e durante quanto tempo?
- As dimensões da AOp são compatíveis com as capacidades da minha unidade?

Tempo disponível

Concluída a análise da missão, o CmdtComp/SubAgr revê a fita do tempo inicial, com vista a introduzir as alterações julgadas necessárias para as difundir no passo seguinte dos ProcedCmd.

Considerações de Natureza Civil

No complexo ambiente onde atualmente se desenvolvem as operações, as unidades militares não se encontram isoladas. Além da população, numa dada AOp encontram-se organizações governamentais, organizações não-governamentais (ONG), autoridades locais (poder político, líderes religiosos, chefes de clãs, etc.) e até, cada vez mais, empresas privadas a desenvolver atividades militares lado-a-lado com as forças militares.

Neste contexto o Cmdt deve identificar quais as **infraestruturas, organizações, atitudes e atividades dos líderes, população e spoilers**²⁰ na AInt, que podem influenciar positiva ou negativamente a conduta das operações militares. Ao analisar as considerações de ordem civil, além dos fatores já referidos, deverá incluir-se o estudo dos principais acontecimentos. Normalmente, recorre-se à mnemónica AECOPA (EME, 2012) para estudar os seguintes fatores:

- **Áreas** - quais são as principais áreas que ocupam?
- **Estruturas** - que infraestruturas existem na AInt e cujo papel é importante para a região? (e.g. torres de comunicações, barragens, furos de abastecimento de água, centrais de energia elétrica, etc.); Que infraestruturas são

²⁰ Agitadores.

protegidas pelas Lei do Conflito Armado e convenções internacionais? Há património classificado?

- **Capacidades** - quais são as capacidades das autoridades locais para garantir os serviços essenciais?
- **Organizações** - Quais são as ONG e outras presentes? Qual é o seu ramo? Etc.
- **Acontecimentos** - Acontecimentos cíclicos, ou não, e outras atividades com impacto nas organizações, população e operações militares. Quais são os feriados religiosos? Eleições, comemorações do dia nacional, etc...

Neste estudo podem ainda colocar-se as seguintes considerações: Que regras de empenhamento (ROE) estão em vigor? Quais os procedimentos em vigor com refugiados e deslocados (DPRE)? Que relação tem com outras organizações como sejam órgãos de comunicação social (OCS) e ONG?

b. Formular Modalidades de Ação

Analizada a missão, obteve-se resposta para a questão - o que fazer e em que circunstâncias? Ou seja, identificou-se e definiu-se o problema tático. A fase seguinte do planeamento é determinar possíveis soluções para o problema, dando corpo à segunda questão que envolve o ato de planear. **Como vamos fazer?** Para isso vamos formular uma modalidade de ação.

Uma modalidade de ação (m/a) é uma opção que contribui ou cumpre uma missão ou tarefa e que a partir da qual se desenvolve um plano detalhado (NATO, 2010)²¹.

As m/a devem cumprir cabalmente a missão, serem exequíveis sem grande desgaste excessivo e serem suficientemente diferenciadas. Se atentarmos que uma m/a se tornará na decisão, verifica-se que estas têm de ser completas.

Apesar de nos baixos escalões a missão poder ser uma única tarefa, esta pode ser cumprida de formas distintas. Razão pela qual a finalidade da formulação das modalidades de ação é determinar uma ou mais formas de cumprir a missão. Sempre que possível, desenvolvem-se pelo menos duas m/a. O fator tempo, no entanto, pode ditar que apenas se formule uma m/a. Cada m/a deve possuir o detalhe suficiente para descrever de modo claro como se tenciona empregar as subunidades para cumprir a(s) tarefa(s) essencial(is) e alcançar a finalidade estabelecida. Especial atenção deve ser dada às ações a desenvolver no ponto decisivo.

Para que uma modalidade de ação assim seja considerada, tem de observar cinco qualidades.

Ser **exequível**, **adequada**, **completa**, **aceitável** e **distinta**.

Formular m/a

- *Analisar PRC*
- *Gerar opções*
- *Estabelecer a organização inicial de Forças*
- *Desenvolver o esquema de manobra*
- *Atribuir responsabilidades*
- *Preparar os esboços e os enunciados das m/a*

²¹ Tradução do autor.

Neste contexto, podemos afirmar que a m/a que cumpra a missão nos prazos e condições definidas superiormente, observando as diretivas de planeamento do Cmdt e fazendo uso dos recursos disponíveis, é exequível e adequada. É completa, se responder claramente às questões de Quem (que tipo de forças) executa o Quê, Quando, Onde, Como e Para quê (Finalidade). A m/a é distingue-se das demais, no esquema de manobra, nos diferentes arranjos de comando e controlo, pela articulação de forças, ou ainda pela emprego da reserva. Por fim, considera-se aceitável se existir um equilíbrio entre o risco assumido e as vantagens obtidas.

O único produto deste passo dos ProcedCmd, **enunciado e esboço da m/a**, irá constituir a base do subparágrafo «**a. conceito de operação**» do parágrafo «**3 . Execução**» do plano ou ordem e respetivo transparente de operações.

Para se formular uma modalidade de ação, convencionou-se um método mental, cuja importância se revela na sistematização do pensamento.

Analisar o Potencial Relativo de Combate

Analisar o potencial²² relativo de combate (PRC) consiste em comparar os elementos básicos do potencial entre as NF e a ameaça, analisar os fatores influenciadores ou multiplicadores de modo a que no desenvolvimento das m/a se explorem os pontos fortes e se protejam ou evitem as vulnerabilidades detetadas.

Na comparação do PRC, os comandantes procuram visualizar onde, quando e como vão empregar o potencial de combate das NF, tendo em vista alcançar os efeitos pretendidos, normalmente resultantes da ação da manobra, do apoio de fogos, da proteção, do comando e controlo, da liderança e das informações (DA, 2009, pp. A-4), ou seja das funções de combate.

A avaliação do PRC tem início com a estimativa global do rácio entre as nossas unidades de manobra e as da ameaça (por tipo), dois escalões abaixo do nosso. Ou seja, o S2 de uma Brigada compara o número de CATMec e de ECC. Nos escalões abaixo de Grupo/Agr, este processo constitui apenas uma estimativa aproximada dos principais sistemas de armas (e.g. CC, VCI, AACar) e frequentemente reside no julgamento e experiência do comandante (DA, 2010).

Feita esta análise, o comandante tenta determinar, para cada função/elemento de combate, os pontos fortes contra as vulnerabilidades da ameaça e vice-versa. Daqui

ANÁLISE DO PRC

Ao analisar o PRC procure encontrar resposta para as seguintes questões:

- *Quais são as nossas capacidades?*
- *Que tipo de operações é possível realizar?*
- *Onde e como pode o In ser mais vulnerável?*
- *Quais são as necessidades de recursos adicionais para cumprir a missão?*
- *Como devemos empregar os recursos disponíveis?*

²² Potencial de combate é o somatório de todas as capacidades que uma força militar aplica num dado momento (EME, 2012).

podem resultar fraquezas da ameaça, a explorar ou, pelo contrário, vulnerabilidades nas NF, a proteger.

No caso particular das operações de estabilização ou de apoio, determina-se o PRC pela, recorrendo à técnica *troop-to-task*, ou seja, comparando os recursos disponíveis para executar determinada tarefa. Esta. Neste tipo de operações, a sustentação, os efeitos não letais e as informações, podem ser os elementos preponderantes no estudo do PRC. (DA, 2010)

Ressalva-se que o desenvolvimento das m/a não se deve alicerçar exclusivamente no rácio de forças. A avaliação do potencial de combate, além dos aspetos tangíveis, deve considerar aspetos não tangíveis como por exemplo o moral, a experiência e o treino. Daí se designar adjetivar este estudo de potencial relativo de combate.

Releva-se, pela especificidade, que no caso de um ERec o comandante deve analisar onde pode explorar os meios de reconhecimento face à missão e ao objeto do reconhecimento.

Gerar Opções

Com base na análise anterior e tendo em atenção as tarefas-chave consideradas pelo comandante do escalão superior, o Cmdt Esq/SubAgr vai gerar várias opções. Isto é, tenta visualizar as opções de esquemas de manobra viáveis, que possam fazer face às possibilidades do In, ordenadas pela sua probabilidade de adoção e **tal como identificadas aquando da análise da missão**. Ao gerar opções, identificam-se os requisitos doutrinários necessários para a tipologia de operação a executar, ou seja, as **tarefas táticas** normalmente atribuídas aos subordinados, enquadrando-se, deste modo, o desenvolvimento das m/a. Não existindo constrangimentos de ordem temporal, devem ser geradas várias opções, caso contrário poderá existir apenas uma. O “brainstorm” constitui a técnica mais utilizada.

O primeiro passo é identificar o **ponto decisivo**, ou seja, onde e quando concentrar o potencial de combate de modo a alcançar a finalidade da operação. Este ponto pode estar relacionado com o **terreno**, a **ameaça** ou o **tempo** e facilita a identificação do PRC a atribuir à operação decisiva bem como as tarefas a realizar. Nas unidades de reconhecimento, a expressão «potencial de combate» deve ser entendida como meios de reconhecimento e vigilância.

Ponto decisivo – Local, acontecimento ou momento onde se deve concentrar o potencial de combate de modo a alcançar a finalidade da operação (CID, 2007).

Na defensiva, por exemplo, é comum a finalidade consistir em evitar o envolvimento de uma subunidade. Neste caso, o Ponto Decisivo pode ser a retenção de terreno que a ameaça pode usar para envolver a outra força, ou a força da ameaça que poderá tentar o envolvimento.

Na ofensiva, se a finalidade for apoiar a passagem de linha da unidade que conduz a operação decisiva, o ponto decisivo poderá ser a destruição/supressão da ameaça que está em condições de impedir a passagem da unidade amiga que realiza a operação decisiva.

Importa por fim reter, que na nas operações de estabilização o ponto decisivo pode não ter qualquer relação com aspetos letais.

Em seguida vamos tentar identificar genericamente onde necessitamos de empregar as nossas subunidades para alcançar a finalidade da missão e, em particular identificar o Para Quê (finalidade) desse emprego. Esta finalidade tem de ser clara e estar inter-relacionada com a finalidade do Esq/SubAgr. Assim, a finalidade do Pelotão no esforço, está diretamente relacionada com a finalidade da missão genérica do Esquadrão. As finalidades que apoiam o esforço, podem estar diretamente relacionadas com este ou indiretamente, criando condições necessárias para garantir o sucesso do esforço.

Na determinação do Ponto Decisivo, não se deve ser vago ao ponto de referi-lo como sendo a OAZR, por exemplo. Se porventura o ponto decisivo estiver relacionado com a ameaça, particularize qual o sistema de armas ou posição que mais diretamente afeta o alcançar da finalidade da nossa operação.

Operação Decisiva (esforço principal) – *identifique em primeira lugar a finalidade para a subunidade que vai realizar o esforço do Esq/SubAgr colocando a seguinte questão: **Para quê é que vou empregar o meu esforço?** (e.g. Se a finalidade do Esq/SubAgr for permitir que o esforço principal do Agr ataque para penetrar no flanco da ameaça, então, muito provavelmente, a finalidade da subunidade do Esq/Sub que vai no esforço será também permitir o esforço principal do Agr ataque para penetrar no flanco da ameaça.*

Operações de Moldagem – *De seguida identificam-se as finalidades das tarefas que têm de ocorrer de modo a apoiar o esforço principal. (e.g. uma finalidade de apoio pode ser impedir que a ameaça concentre fogos sobre o esforço principal. De igual modo, outra finalidade de apoio pode ser empregar uma força para proteger o flanco do Esq/SubAgr contra fogos de determinada unidade da ameaça.*

Dada a necessidade de se usar uma linguagem que tenha o mesmo significado para todos os que recebem as modalidades de ação, devem ser usadas as tarefas táticas normalmente utilizadas no enunciado da missão restabelecida e cujo resumo se encontra no anexo B.

Estabelecer a organização inicial das forças²³

Nesta fase da formulação das m/a o comandante de Esq/SubAgr identifica o pessoal, sistemas de armas e outros sistemas necessários para cumprir cada tarefa e alcançar a respetiva finalidade, mantendo o racional de começar pela operação decisiva, passando depois às operações de moldagem e de sustentação.

Vulgarmente, a subunidade a quem for atribuída a tarefa primária recebe a designação de esforço²⁴ e realiza a operação decisiva. As restantes subunidades executam as

²³ Repararão os mais atentos, que nas publicações doutrinárias americanas esta atividade do processo de formulação de m/a não existe nos ProcedCmd. De facto, se o EM da unidade dois escalões acima do nosso (brigada) ao estudar o PRC e atribuir forças, fê-lo dois escalões abaixo, ou seja, o nosso, e no escalão imediatamente superior também já houve essa preocupação, não faz sentido que o comandante do esquadrão execute este passo tal e qual é referido até porque deve preservar ao máximo a integridade dos seus pelotões. No entanto, em nome da coerência para com a doutrina nacional aprovada, iremos seguir o processo efetuando as considerações apropriadas.

²⁴ Em escalões mais elevados é comum usar também a designação de Comando Apoiado para identificar quem vai realizar o esforço, sendo os demais comandos designados de apoiantes.

demais tarefas que concorrem para a execução da tarefa primária, realizando portanto as operações de moldagem.

Os aspetos mais relevantes a considerar são:

- A nossa missão (restabelecida) e a intenção do comandante do escalão superior;
- Os eixos de aproximação (do In e das NT);
- Todas as possíveis m/a do In, dependendo do tempo disponível, pelo menos a mais provável e a mais perigosa (ou no mínimo 2 m/a).

Uma vez mais o primeiro passo considera a necessidade de forças para a unidade no esforço, por forma a garantir-lhe potencial suficiente para atingir o ponto decisivo definido para a operação. Em seguida consideramos a necessidade de forças para a(s) unidade(s) em apoio do esforço.

Para calcular as forças necessárias, determina-se as necessidades de unidades de manobra, dois escalões abaixo do escalão em que se planeia. Isto é, a Brigada considera a necessidade de Companhias. Pela regra, o comandante de esquadrão considera as necessidades em secções. Porém, tal apenas acontecerá se não puder empregar os seus pelotões, na medida em que são inúmeras as desvantagens em não respeitar a integridade dos pelotões.

ESCALÃO DE PLANEAMENTO	E Aprox a IDENTIFICAR	ESCALÃO A ORGANIZAR
<i>Brigada</i>	<i>Batalhão</i>	<i>Companhias</i>
<i>Batalhão</i>	<i>Companhia</i>	<i>Pelotão</i>

Quadro 3-4: Escalões a organizar na determinação da organização inicial das Forças.

Alguns comandantes e/ou estado-maior apresentam um quadro onde resumem as subunidades que estarão na origem da força a organizar. O quadro seguinte ilustra um exemplo de Brigada.

m/a	Atribuição de Unidades de Manobra: 12 + ERec					Combate em Profundidade	
	Eixos de Aproximação (Subsectores)			Reserva	SAR		ElSeg
	A, B e C (Oeste)	D, E e F (Centro)	G e H (Este)				
1	3	3	3	3	ERec	Unidades em 1º esc	Artª Camp GE
2	4	3	3	2			

Quadro 3-5: Um exemplo de Organização Inicial de Forças de uma Brigada na Defesa.

Desenvolver o esquema da manobra (conceito de operação)

O conceito de operação descreve a forma como o comandante visualiza o desenvolvimento da operação desde o início até ao alcançar do objetivo, identificando o melhor aproveitamento do terreno, como cada tarefa conduz à execução da tarefa seguinte e ainda como explorar os pontos fortes da unidade contra as vulnerabilidades da ameaça ou In.

As considerações sobre o apoio de fogos constituem uma parte importante do conceito de operação e como tal devem ser incluídas. Medidas de controlo necessárias para melhorar a compreensão do conceito de operação, impedir o fratricídio e esclarecer as tarefas e as finalidades das operações decisiva e de moldagem, devem ser utilizadas.

Desenvolve-se o esquema de manobra tendo por base a organização de forças efetuada no passo anterior, melhorando-a por forma a contemplar as ações consideradas adequadas para fazer face aos vários elementos do campo de batalha (Operações de combate em profundidade, Força de Cobertura/elementos de segurança, Operações de combate próximo, Operações de combate na área da retaguarda, e reserva) ou em alternativa as operações decisivas e de moldagem.

Atribuir responsabilidades

Na realidade este passo é quase coincidente com a organização inicial das forças, uma vez que aos mais baixos escalões é prioritário salvaguardar a integridade das subunidades, a menos que o número ou tipo de tarefas assim dite o oposto.

Logo, atendendo às forças disponíveis, atribui-se a responsabilidade de executar determinada tarefa à subunidade que melhor cumpra os requisitos identificados, recorrendo, sempre que possível, à cadeia de comando existente. Se verificar que o esforço principal requer 3 CC, então essa tarefa será atribuída a um pelotão de carros de combate. As diferentes combinações de comando e controlo podem constituir o fator diferenciador das modalidades de ação.

Ao completar esta fase da formulação das m/a, estamos a esboçar a articulação e composição das forças a colocar na ordem ou plano.

Preparar os enunciados e esboços das m/a

A base para redigir o enunciado da m/a é o esquema da manobra entretanto desenhado. O enunciado da m/a centra-se nas principais ações a executar, desde o início da operação até ao final. Sempre que possível, o Cmdt prepara um esboço (que mais tarde vai constituir a base do transparente de operações) onde mostra cada m/a, assim como uma matriz de execução que, na prática, constitui um resumo da operação. Uma técnica útil a seguir na elaboração do esboço é apresentar o tempo (linhas de tempo) necessário para executar cada movimento e tarefa. Efetuar isto auxilia à visualização de quanto tempo decorrerá até que cada tarefa da m/a seja executada.

Como norma geral recomenda-se que o enunciado da m/a contenha a seguinte informação:

- Forma de manobra ou técnica de defesa utilizadas;
- Designação do esforço;
- Tarefas e finalidades das subunidades;
- Tarefa e finalidade de elementos críticos das funções de combate;
- Operações de sustentação necessárias;
- Estado final.

Para além disso, a inclusão no esquema de manobra de medidas gráficas de controlo, tais como linhas de fase, pontos de controlo, posições de apoio posições de combate,

postos de referenciação de objetivos etc., clarificam e melhoram o entendimento de cada tarefa e finalidade. No entanto recomenda-se alguma parcimónia de modo a que o efeito não seja exatamente o oposto. Ou seja, gerar confusão ao invés de clarificar.

Nas figuras seguintes apresentam-se dois exemplos possíveis de formas para enunciados de m/a.

O SubAgr GOLF tem por missão defender o sector entre (987564) e (564987) pronto a receber o In a partir de D hora H para o deter à frente da OAZR e impedir o acesso ao nó de comunicações de CARTAXO.

Para isso vamos conduzir uma defesa avançada entre (987564) e (564987) com 4 SecAT e 1SecACar a NORTE, no esforço, ocupando a PComb 1 para destruir forças In na AEmp Zinco a fim de garantir a posse da região de (...); Com 2Sec CC e 1 SecACar, a SUL, na PComb 2, destruir forças na AEmp COBRE a fim de impedir que o In concentre o seu potencial contra o esforço do SubAgr; com 2 Sec, em segundo escalão, ocupar a PComb 3 para destruir FIn na AEmp e impedir o envolvimento do esforço do SubAgr. Com o remanescente do Pel ACar, ocupar uma posição de emboscada na região de (...) para destruir FRec In e negar a observação das posições de combate impedindo a concentração de potencial contra o esforço.

Utilizar o apoio de fogos para desorganizar as formações inimigas obrigando-os a apeiar, com prioridade para a unidade a Norte, SUL e 2º escalão por esta ordem.

Figura 3-7: Exemplo de enunciado de uma modalidade de ação numa defesa

Esboço da m/a

Missão: O SubAgr D ataca em 210600NOV13 para abrir uma brecha na defesa In na região do Obj CANALHA, para permitir ao esforço do Agr penetrar no flanco Norte do In e força-lo a retirar.

Ações Preliminares: O SubAgr D cruza a LP às 0600 no eixo RED atrás do SubAgr B. Assim que o SubAgr B estabelecer o contacto, apoia pelo fogo a fim de permitir que o SubAgr A se posicione para suprimir forças localizadas no Obj CANALHA. Assim que o Obj CANALHA estiver sob fogos de supressão e de mascaramento (fumos), o SubAgr D avança para abrir a brecha.

Finalidade: A finalidade da nossa operação é permitir que o SubAgr C (Op Decisiva do Agr) penetre no flanco do In forçando-o a retirar.

Ação 1: A força de apoio (um Pel a 4 VCI) apoia pelo fogo para suprimir o PO e proteger o SubAgr dos fogos quando estiver na Brecha.

Ação 2: A força de Brecha (um pel CC com 3 rollers) seguido pelo Pel Eng (4 M113, 2 MCLIC) abre a

brecha no flanco Norte do obstáculo a fim de permitir que o esforço do Agr assalte o Obj CANALHA.

Ação 3: *Assim que a força de Brecha limpar a brecha, a força de assalto (um Pel a 4 CC) (Op Dec do SubAgr) assalta o Obj CANALHA para destruir prioritariamente CC e permitir que o esforço do Agr penetre e force o In a retirar.*

Ação 4: *A força de apoio (um Pel a 4 VCI) segue o Pel no esforço, apeia e continua o apoio para suprimir ACar*

Ação 5: *Após a brecha os Pel CC estabelecem uma posição de apoio para proteger o flanco Sul do Agr quando este sair da brecha e penetrar no Obj CANALHA.*

Figura 3-8: Exemplo de um enunciado e esboço de modalidade de ação na ofensiva

Terminada a subfase de formular m/a o comandante do Esq/SubAgr pode, se assim o entender, partilhar a informação disponível com os seus subordinados através de uma segunda OPRep. Se o fizer, para além de os subordinados começarem a visualizar quais as tarefas que terão de executar, facilitando a sua própria preparação, pode difundir instruções relativas ao reconhecimento e ou movimentos a efetuar.

c. Analisar modalidades de ação (jogo da guerra)

Formuladas as m/a, o Cmdt, para cada m/a, vai visualizar o desenvolvimento da operação desde o início até ao seu final, comparando-a com a m/a mais provável da ameaça, visualizando o conjunto de ações das NF, reações da ameaça e finalmente contrarreação. A finalidade de «jogo» é identificar o que pode correr mal e quais as decisões que terá de tomar como consequência.

Dependendo do tempo disponível, este subpasso do desenvolvimento do plano pode nem ser realizado. Por outro lado pode optar-se por se analisar as m/a depois do reconhecimento, que até pode ter clarificado algumas dúvidas e no limite pode mesmo ter eliminado alguma m/a.

Ao fazer o jogo da guerra visualiza-se como a operação irá decorrer identificando-se os momentos onde serão requeridas decisões, o emprego de meios de apoio de combate ou de apoio de serviços. O produto é variado, sendo normal que se identifiquem tarefas a cumprir "à ordem" e a "estar preparado para", medidas de controlo gráfico; instruções de coordenação e necessidades de informação (PIR) e adicionalmente as vantagens e desvantagens de cada m/a tornam-se evidentes.

Doutrinariamente existem três técnicas para fazer o jogo da guerra a saber: Faixas de terreno; Por eixo de aproximação e por áreas específicas. Para aprofundar este assunto consulte a PDE 0-05-00.

d. Comparar modalidades de ação

A comparação das m/a ocorre após o jogo da guerra, caso este tenha sido feito. Esta comparação consubstancia-se na análise das vantagens, desvantagens, os pontos fortes e vulnerabilidades de cada uma e identificados durante a análise das m/a. A decisão sobre qual a m/a executar baseia-se nesta comparação e no julgamento pessoal, do comandante entrando em linha de conta com critérios como por exemplo:

- Cumprimento da missão;

- Tempo para executar a operação;
- Risco;
- Resultado dos reconhecimentos da unidade;
- Tarefas e finalidades para as subunidades;
- Estimativa de baixas;
- Postura da força para futuras operações.

Nesta fase o Cmdt poderá emitir uma OPrep para difundir alguns destes ou outros aspetos tendo em vista transmitir aos seus comandos subordinados com a forma como visualiza o cumprimento da missão e quais serão as tarefas e finalidades que terão de executar e atingir respetivamente, o que lhes vai permitir continuar o planeamento e preparação. Alguns dos aspetos que podem ser transmitidos são:

- Contornos do plano provisório desenvolvido;
- Instruções para o reconhecimento (eventualmente os Cmdt subordinados poderão receber tarefas de reconhecimento relativamente a ações que terão de desenvolver e que o plano provisório já contempla (itinerários a percorrer, posições de tiro/PComb a ocupar, forças In a bater, etc.);
- Atualização da fita do tempo;
- Instruções para o movimento.

307. Passo 4 - Iniciar Movimentos

Os movimentos necessários para continuar a preparação da missão ou posicionar a unidade para a sua execução, podem ter início antes por vezes antes de se elaborar o plano provisório. Estes movimentos realizam-se assim que se tiver informação suficiente para o fazer, ou quando a unidade tem que se movimentar para a execução de alguma tarefa. Isto é também essencial quando o tempo é reduzido ou as distâncias a percorrer são extensas. Os movimentos podem ser para uma zona de reunião (AA), uma PComb, uma nova AOp ou para uma base de ataque. Podem incluir o movimento de elementos de reconhecimento, de guias ou da secção de quartéis. O movimento é frequentemente iniciado tendo por base o plano provisório e a ordem aos subordinados é difundida na nova posição.

308. Passo 5 – Efetuar Reconhecimentos

“You can never have too much reconnaissance. Use every means available before, during and after battle. Information is like eggs: The fresher the better.”

George Patton Jr

Durante o PDM, o comandante do Gr/Agr ou o seu EM, efetua um reconhecimento onde estão presentes os comandantes de Esq/SubAgr. Apesar disso, sempre que o tempo e a situação tática o permitam, o Cmdt Esq/SubAgr, conjuntamente com os seus comandantes, deve realizar o seu próprio reconhecimento para confirmar, infirmar ou refinar a m/a provisoriamente escolhida, e obter respostas a algumas lacunas de informação relacionadas com a ameaça e o terreno e que estiveram na génese de CCIR e consequentemente pressupostos. Este reconhecimento representa uma mais-valia para os Comandantes de Pelotão, pois para além da observação do terreno é uma ferramenta preciosa para um melhor entendi-

mento da m/a. Certas coordenações com unidades amigas adjacentes podem e devem ser efetuadas durante o reconhecimento.

Infelizmente são vários os fatores que podem impedir um comandante de executar, pessoalmente, este reconhecimento. Nessas circunstâncias, há que no mínimo efetuar um reconhecimento minucioso pela carta, complementado, se possível, com imagens e outros produtos das informações.

Noutros casos, os subordinados ou outros elementos (elementos de reconhecimento) podem executar o reconhecimento pelo comandante, enquanto este termina outras fases dos ProcedCmd.

Em certas circunstâncias, ainda que raras nos baixos escalões, o reconhecimento pode preceder a elaboração do plano provisório caso não exista informação suficiente disponível para se iniciar o planeamento. Nestes casos, o reconhecimento pode ser a única maneira de obter a informação necessária para o planeamento, sendo esta uma situação normal para as unidades de reconhecimento.

Durante o planeamento deve ser considerado o risco de o reconhecimento ter de se prolongar para a além das forças amigas. Importa que não se confunda esta atividade com as tarefas de reconhecimento executadas por unidades de reconhecimento em proveito de outras forças.

Preparação do Reconhecimento

O plano de reconhecimento baseia-se num transparente contendo o itinerário e os PO onde se pretende ir, complementado por uma matriz onde se anota o que se pretende observar e quais os tempos que se planeia demorar em cada PO. Na seleção do ponto para explicar as m/a tenha o cuidado de verificar se observa o ponto decisivo da operação (ver anexo C).

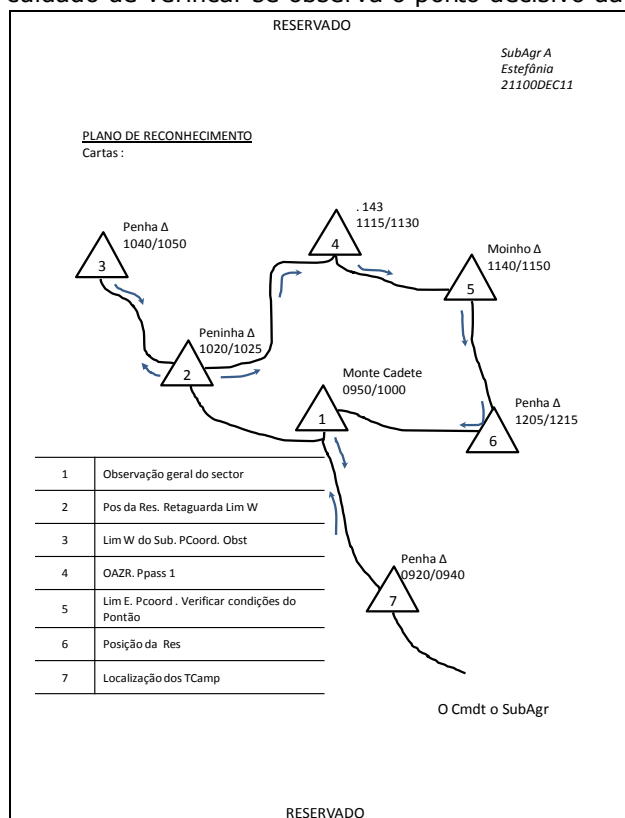


Figura 3-9: Exemplo Plano de Reconhecimento

309. Passo 6 - Completar o Plano

Com base nos resultados do reconhecimento, nas atualizações enviadas pelo escalão superior e na resultado do jogo da guerra, o comandante do Esq/SubAgr escolhe a m/a e termina o seu plano ou ordem.

Completar o plano /ordem implica integrar o apoio de combate e apoio de serviços bem como identificar os requisitos de comando e controlo.

Isto inclui a preparação dos transparentes, elaborar e coordenar as listas de objetivos de fogos indiretos, coordenar o apoio de serviços e as necessidades de coordenação do comando e controlo, designadamente as coordenações com as unidades adjacentes e o escalão superior.

Por exemplo se um alvo necessário para fumos não se encontra identificado na localização prevista, o OAv deve coordenar com o EAF e OAF do Grupo/Agr esta situação. De igual modo o 2º comandante do Esq deve preparar o parágrafo 4 do plano ou ordem prevendo localizações para os trens durante a manobra, etc..

No tocante ao C2 importa visualizar sinais de identificação, comunicações alternativas medidas de controlo como por exemplo o tipo de formação durante as diferentes fases da operação. Estas medidas são particularmente importantes na elaboração do transparente de operações. Caso tenha de empregar medidas definidas pelo escalão superior pode usar uma cor diferente para o nosso SubAgr.

Por vezes esta fase pode ser apenas a confirmação e/ou atualização da informação contida no plano inicial.

Apesar de ser o único responsável, o comandante pode delegar nalguns subordinados algumas tarefas de planeamento como por exemplo; o 2º comandante pode ser responsável pela preparação dos treinos, o OAv elabora a lista de objetivos, o Adjunto Cmdt prepara o briefing relativo ao apoio de serviços e o sargento de transmissões coordena os treino e inspeções de comunicações.

310. Passo 7 - Elaborar e difundir o plano ou ordem de operações

Nos escalões Esq/SubAgr normalmente não se dispõe de tempo para se escrever minuciosamente uma ordem padrão. Por isso as ordens são normalmente emitidas sob a forma verbal e complementadas por transparentes e outras medidas de controlo.

Porém é difícil para os subordinados ouvir a ordem, observar o que explica e tomar as notas necessárias. Torna-se assim fundamental a elaboração de uma matriz de execução, que de forma concisa contenha a informação essencial para os subordinados. Desde modo, os subordinados poderão centrar a sua atenção na explicação da ordem em vez de se centrarem em escrever tudo o que está a dizer.

A posição ideal para difundir a ordem/plano é um local com vista para o objetivo e outros aspetos do terreno.

Sempre que razões de segurança ou outros condicionamentos impedirem a difusão da ordem/plano no terreno, deve recorrer-se a outras técnicas como por exemplo a caixa de areia, um esboço detalhado, cartas, e outros produtos para descrever a AOp e a situação.

No final da difusão da ordem, e caso o tempo o permita, o comandante deve fazer uma confirmação para aferir se os subordinados entenderam qual a sua missão e o contributo para a missão da unidade.

311. Passo 8 - Supervisar e rever o plano

Supervisar é uma atividade tão importante como a difusão da ordem/plano de operações. É crucial para a preparação da operação na medida em que permite ao Cmdt aperceber-se do grau de entendimento dos seus subordinados relativamente às suas ordens e, desta forma, identificar a necessidade de disseminar orientações adicionais.

Embora surja como último passo dos ProcedCmd, a supervisão é contínua ao longo de todo o processo consubstanciando-se na execução de inspeções ao pessoal, equipamento, coordenações diversas, verificação de atividades de manutenção e reabastecimento etc...

Sendo a flexibilidade a chave para o sucesso, os comandantes devem estar aptos a rever o plano e refina-lo através da introdução de novos elementos, em função de novos dados ou alterações na situação tática.

A introdução de novos elementos deve ser imediatamente transmitida aos subordinados. Para isso e se o plano/ordem já tiver sido difundido é emitida uma ordem parcelar cujo formato é em tudo idêntico ao de uma ordem de operações.

Treinos

O treino é uma componente fundamental da preparação da unidade, porquanto permite ao Cmdt avaliar o grau de prontidão da unidade e identificar áreas que necessitam de uma melhor preparação.

Consoante o tempo disponível é possível optar por cinco tipos de treinos:

Treino Completo

O Treino Completo envolve todos os militares e sistemas de armas e visa a compreensão a mais detalhada possível da operação. Sempre que possível é desejável que a unidade execute o treino nas mesmas condições que se espera na operação, incluindo as condições meteorológicas, período do dia, terreno e munições reais.

Treino Reduzido

O Treino Reduzido envolve apenas os comandantes chave da unidade e das respetivas subunidades. Por exemplo no caso de um SubAgrupamento poderá envolver o Comandante, 2º Comandante, Adjunto do Comandante, Comandantes e Sargentos de pelotão. Os comandantes geralmente usam esta técnica para treino de momentos específicos da operação, como por exemplo medidas de controlo de fogos em operações ofensivas.

Treino em Caixa de Areia

Envolve menos tempo e recursos que as técnicas anteriores, razão pela qual é a técnica mais usada. Um esquema detalhado do terreno ajuda os comandantes subordinados a visualizar a intenção do comandante e o conceito de operações. O tamanho da caixa de areia pode variar, desde um pequeno modelo onde as unidades são representadas por marcadores até um tamanho que permite aos comandantes caminhar no seu terreno.

Treino em esboço esquemático

Os Comandantes podem conduzir treinos em esboços esquemáticos em qualquer lugar, de dia ou de noite. O procedimento é o mesmo para a Caixa de Areia, só que é usado um

esboço esquemático do terreno. A dimensão do esboço deverá permitir que todos os intervenientes observem as intervenções ao longo da execução da operação.

Treino em carta topográfica.

O treino em carta topográfica é semelhante ao treino em esboço esquemático, só que é usada a carta militar correspondente à área de operações e o respetivo transparente de operações.

Capítulo 4

DOCUMENTAÇÃO MILITAR

Seção I – INTRODUÇÃO

401. Generalidades

Uma das características das sociedades é a permanente necessidade de comunicar. Daí que no seio da sociedade militar, o Oficial tenha de comunicar, escutando, falando e escrevendo. E desengane-se aquele que pensa o contrário. No exercício profissional, o jovem comandante de pelotão, no âmbito das suas atribuições, tem de redigir documentos tão diversos como participações de material danificado, propostas de louvor ou relatórios. Esta necessidade permanente de comunicar, obriga o oficial a utilizar uma linguagem facilitadora da compreensão daquilo que pretende dizer, e por esse motivo, a exprimir-se numa linguagem **clara** e num estilo **preciso**.

Sobre esta matéria poder-se-ão, seguramente, tecer inúmeras considerações. Porém, afigura-se que tal exercício se poderá resumir a três, as qualidades a que devem obedecer os documentos militares: **clareza, concisão e precisão**. Dada a importância de que a documentação militar possui, na medida em que sendo o instrumento para a transmissão de decisões, conceitos e ou informações, pode ditar o sucesso ou insucesso das operações e que o seu fraco entendimento pode, no limite, resultar na perda de vidas, a redação da mesma tem de ser **clara, ou seja, não possuir ambiguidades**.

Pela mesma razão, as palavras supérfluas deverão ser evitadas, porquanto cada palavra possui sentido próprio e as que estão a mais acabam por comprometer o significado do texto. Ainda pela mesma razão, as palavras utilizadas deverão ser as adequadas à expressão do pensamento, ou seja, devem ser precisas, não dando lugar à dúvida. Atentos à especificidade militar importa portanto dominar a fraseologia e a terminologia militar.

Nesse intuito, estabeleceram-se procedimentos e técnicas a utilizar aquando da elaboração dos documentos militares, sendo as considerações constantes neste capítulo uma síntese singela das principais técnicas utilizadas na redação de documentação militar, em particular, no âmbito das operações militares. Porém, tal facto não obsta a que se observem as mesmas regras na elaboração de outra documentação, salvaguardando-se a especificidade da linguagem e regras no âmbito da justiça.

402. Características da Documentação Militar

Características gerais

A **clareza** é uma característica fundamental dos documentos militares assumindo grande relevância nas Ordens/Planos, porquanto todos os destinatários devem ser capazes de o interpretar da mesma forma. O emprego de **Fraseologia e Terminologia militares**, doutrinariamente aceite e que, por esse motivo tem o mesmo significado para todos, contribui

para tornar um texto mais claro. De igual modo, a não utilização de linguagem demasiado técnica ou que possa originar interpretações diversas deve ser evitada.

Para ser preciso, um Plano ou Ordem deve respeitar apenas a uma operação, ou conjunto de operações intrinsecamente relacionadas no caso de um plano prescrever apenas o detalhe necessário para a 1ª fase da missão.

Resta, por fim, examinar a concisão. Esta consegue-se evitando palavras supérfluas e pormenores desnecessários. Contribui ainda para a concisão, a não repetição de instruções, o emprego de linguagem adequada (terminologia militar) recomendando-se por isso os termos e abreviaturas constantes nas PDE 00-18-00 e PDE 00-19-00.

Por fim, há que reconhecer a autonomia dos comandantes subordinados, atribuindo-lhes tarefas e finalidades, ao invés de detalhar o modo como deve executar a tarefa atribuída.

Seção II – PLANOS E ORDENS

403. Generalidades

Os **planos** e **ordens** são a expressão da Decisão e Conceito de Operação do Comandante, visando transmitir informação e instruções para regular a execução da atividade a que diga respeito, refletindo o desenvolvimento da m/a escolhida para cumprimento da missão.

Os procedimentos para a elaboração, coordenação e difusão dos planos e ordens são condicionados pelo tempo disponível. O detalhe do plano ou ordem é decidido pelo Comandante em função da experiência dos subordinados, das subunidades, bem como, da complexidade da missão ou operação, salvaguardada a necessidade de não cortar a iniciativa aos subordinados. Pelo contrário, devem encorajar a iniciativa, aludindo ao que **fazer** em detrimento do **como** fazer (EME, 1987).

Apesar de apresentarem parecenças quanto ao articulado, os planos e as ordens diferem quanto ao momento de execução e à finalidade que encerram, havendo ainda características que contribuem para a sua distinção. A fim de garantir a clareza e concisão podem, se necessário, possuir anexos e apêndices.

404. Planos

O **plano**, como parte do processo de planeamento, materializa a preparação do comando e estado-maior para a execução de uma operação ou missão. Os planos são elaborados para ações futuras, não se precisando o momento da sua execução (EME, 1987). Logo são baseados em pressupostos, denominados de «**hipóteses**» e só entram em execução se verificados tais pressupostos. Por essa razão, os planos são documentos “vivos”, sendo continuamente atualizados, de acordo com o desenvolvimento da situação. Quando determinada a execução do plano, este passa a ordem.

No tocante à sua finalidade existem os planos de campanha, os planos de operações, os planos administrativo-logísticos, e ainda os planos de apoio, de alternativa e de contingência. O plano de campanha respeita a uma operação conjunta visando a realização de obje-

tivos estratégicos ou operacionais num dado tempo e espaço. O plano de operações refere-se apenas a uma operação, ou série de operações relacionadas, a realizar simultânea ou sucessivamente. Enquanto o plano de alternativa se destina a permitir o cumprimento da missão de forma diferente da considerada no plano principal, o plano de contingência visa fazer face a situações críticas, que razoavelmente possam acontecer.

405. Ordens

A comunicação escrita, ou oral, que transmite instruções de um superior para um subordinado, designa-se, genericamente de «ordem». Tal como os planos, as ordens expressam a decisão e conceito do comandante e têm por finalidade transmitir informação e instruções para regular a execução das ações a que dizem respeito. As ordens caracterizam-se por ser oportunas, concisas, claras e precisas. Por esse motivo, expressões exageradas, redundantes e de sentido vago ou ambíguo (EME, 1987) não devem ser utilizadas.

Enquanto um plano se baseia em pressupostos, as ordens alicerçam-se em **factos** já verificados ou tidos como certos. Ou seja, a ordem não contém hipóteses, obrigando à execução imediata, ou em momento que ela própria especifica, das ações que determina.

Atendendo aos possíveis destinatários podemos classificar as ordens em ordens **gerais** e ordens **particulares**. As ordens diferem ainda quanto ao tipo, âmbito e à forma de apresentação. No que se refere ao tipo, as ordens compreendem as **Directivas, as Ordens Administrativas/logísticas, as Normas de Execução Permanente (NEP) e as Ordens de Operações**.

No que à forma respeita, toda a ordem pode ser apresentada sob a forma **verbal, escrita, gráfica** ou **mista**. No entanto, o uso das diferentes formas de apresentação depende do tempo disponível e da melhor adequação de cada uma dessas formas para que seja conseguida precisão, clareza e concisão. Na prática, o emprego da forma verbal é pouco viável para os planos e para determinados tipos de ordens como sejam as Diretivas, ou as NEP. Pelo contrário, a forma verbal é a mais comum nos escalões Esq/SubAgr. Porém, seja por razões de histórico ou como método, devem ser confirmadas por escrito.

O tipo de ordem tradicional e corrente em campanha é a ordem de operações. Consiste numa diretiva, normalmente formal, emitida por um comandante para os comandantes subordinados com o objetivo de coordenar a execução de uma operação (NATO, 2010). Para alcançar tal propósito, transmite informações e ordens de acordo com a intenção e decisão do comandante, assumindo uma importância fundamental, por se constituir como veículo de transmissão da manobra decidida pelo comandante, e ainda como esquema base para a elaboração de outras ordens relativas à mesma missão ou operação.

As ordens de operações diferem quanto ao âmbito e finalidade, podendo classificar-se em ordens **completas**, ordens **preparatórias** e ordens **parcelares**. Assim, uma Ordem de Operações, ou apenas Ordem, é completa quanto contém todos os elementos necessários para a condução coordenada da missão ou operação. Geralmente, assume a designação genérica de ordem de operações (OOp)¹.

¹ O acrónimo na língua inglesa para ordem de operações é OPORD.

A ordem que **tem por finalidade alertar os comandos subordinados com oportunidade para uma missão**, ou Ordem Preparatória (OPrep)², fornece os elementos **essenciais** à preparação de determinada missão.

A Ordem Parcelar (OParc)³ consiste numa forma abreviada de OOp difundida sempre que necessário, após o início de uma missão para alterar parte dessa ordem.

As ordens, sejam completas, parcelares ou preparatórias, são constituídas por cabeçalho, corpo e fecho articulando-se geralmente em cinco parágrafos; Situação, Missão, Execução, Apoio de Serviços e Comando e Transmissões.

No anexo A apresentam-se modelos das diferentes ordens de operações, aconselhando-se a consulta da PDE 5-00 para aprofundar as especificidades diferenciadoras de cada ordem, pois não serão repetidas no presente texto.

406. Ordens de Operações

A Ordem de Operações (OOp), ou simplesmente Ordem, é uma ordem completa contendo somente o detalhe considerado necessário para que os Comandantes subordinados possam emitir as suas próprias ordens e para assegurar a sua coordenação. Nesse sentido, detalhes sobre a prestação do apoio ou cumprimento de tarefas técnicas deverão constar de anexos ou de ordens de operações próprias das unidades com essas responsabilidades.

Para determinada missão apenas é elaborada uma ordem de operações. As alterações subsequentes são vertidas em ordens parcelares, ou dando-se o caso de a situação se alterar substancialmente, elabora-se nova ordem de operações.

Nas unidades onde existe EM compete ao Oficial de Operações coordenar a elaboração da Ordem e proceder à sua posterior distribuição. Tal, porém, não significa que seja o responsável por autenticar todos os anexos da Ordem ou Plano.

A fluidez das operações leva a que, nos escalões Gr/Agr e abaixo, as ordens sejam frequentemente transmitidas de forma verbal. Todavia, deverá sempre ser elaborada uma ordem escrita a fim de constituir o histórico da unidade. Uma vez que a ordem é transmitida verbalmente, apoiada no transparente de operações, convém que seja elaborada uma matriz resumindo as principais atividades a executar.

O anexo A apresenta um exemplo de ordens de operações que o comandante transmitiria verbalmente, e a respetiva matriz e transparente de operações.

407. Ordem Preparatória

A OPrep é em regra, transmitida verbalmente ou sob a forma escrita de mensagem, dando conhecimento adiantado de uma ação ou ordem que se segue.

Embora observe o articulado convencionado para as ordens, sublinha-se, que apenas contém os elementos essenciais para que os comandantes subordinados iniciem a preparação e planeamento, tendo por base a informação disponível. No Anexo A encontra exemplos de OPrep.

² O acrónimo na língua inglesa para ordem preparatória é WARNO.

³ O acrónimo na língua inglesa para ordem parcelar é FRAGO.

408. Ordem Parcelar

A OParc tem como finalidade transmitir instruções de interesse imediato para uma ou mais unidades subordinadas, distinguindo-se das restantes ordens por **não repetir informação inalterada. Inclui apenas os elementos que sofreram alteração** relativamente à última Ordem, empregando-se a expressão «**sem alteração**» nos restantes parágrafos. De observar que se a situação se altera completamente, não há lugar a uma OParc, mas sim a uma nova OOp. Em regra são difundidas verbalmente ou sob a forma de mensagem observando o articulado da Ordem de Operações. No Anexo A encontra exemplos de OParc.

409. Anexos, Apêndices e Adendas

Os anexos são parte integrante da Ordem ou Plano, sendo cada anexo relativo a um assunto específico (e.g., Apoio de Fogos, Informações, Reconhecimento e Vigilância etc...), contribuindo para a concisão e facilitando a leitura e a obtenção de cópias para distribuição suplementar. Podem assumir a forma de transparente, matriz, esboço, tabela, etc...

Os anexos são designados por **letras** segundo a sequência de aparecimento no documento principal a que respeitam. Nas unidades onde existe um Estado-maior, a elaboração dos anexos é responsabilidade do oficial de estado-maior responsável por essa área de atividade. Por esse motivo a autenticação do anexo é sua responsabilidade.

Subjacentes ao primado da clareza e precisão, encontra-se o **apêndice (Apd)** como extensão do Anexo e, a **adenda (Add)**, como uma extensão do apêndice. Tal como as ordens, um anexo, apêndice ou adenda compreende cabeçalho, corpo e final, sendo os apêndices numerados e as adendas designadas por letras.

Seção III– REGRAS PARA A ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS MILITARES**410. Técnica de elaboração de documentos**

Na redação de documentos militares, em particular ordens, planos ou diretivas, deve ser utilizada linguagem clara, precisa e concisa. Para se obter clareza num documento é necessário empregar terminologia e fraseologia militar, adequada, comumente aceite e entendida. A precisão é obtida através da referência exclusiva ao que se está a tratar e à inclusão de instruções exatas e necessárias para uma coordenação eficaz. Por fim, diz-se que um documento é conciso se evitar palavras e adjetivos supérfluos e repetições e empregar as abreviaturas em vigor.

Para alcançar este propósito, apenas se deve usar a **forma afirmativa ou negativa**, evitando-se redundâncias e ambiguidades. Logo, expressões como “*esforçar-se*”, “*empreender*” ou “*atacar violentamente*” não devem ser empregues.

As regras seguintes aplicam-se a todos os tipos de planos e ordens, incluindo anexos, apêndices e transparentes.

a. Texto

Se compreende dois ou mais parágrafos e houver conveniência em referenciá-los, estes são **numerados** sequencialmente. Quando existirem sub-parágrafos, estes são designados por **letras** e **algarismos**, dentro de cada parágrafo, e alinhados como se exemplifica na figura 4-1.

1. <u>TÍTULO DO PARÁGRAFO</u>
a. <u>Título do Subparágrafo</u>
(1) Texto texto texto
(2) ...
(a) Texto texto
(b) ...
<u>1.</u> Texto texto
<u>2.</u> ...
<u>a.</u> Texto texto
<u>b.</u> ...

Figura 4-1: Exemplo de numeração dos parágrafos e subparágrafos

Os **Parágrafos** que se constituem como título, são sempre apresentados em maiúsculas e sublinhados. Os **subparágrafos** apenas apresentam a 1ª letra em maiúsculas e, à semelhança do parágrafo, são sublinhados.

Se num parágrafo não existe nada para referir, é adequado o uso das seguintes expressões: «**nada a referir**»; «**sem alteração**»; «**anexo...**». Atente-se, todavia, que o parágrafo «**2. MISSÃO**» de uma ordem ou plano constitui a exceção a esta regra.

b. Designação de Áreas Geográficas

Localidades, rios, serras e lugares com designação própria na carta topográfica, são sempre designadas em **maiúsculas** com a ortografia utilizada na carta. A primeira vez que são mencionados no texto do documento, sucedem-se, entre parênteses, as respetivas coordenadas.

Tal como nas localidades, os locais e pontos são mencionados em **maiúsculas** e acompanhados da localização geográfica aquando da primeira referência. Um ponto que na carta topográfica seja representado por um símbolo específico, como por exemplo um marco geodésico, deve ser designado de igual forma, tal como se observa nos exemplos constantes do quadro 4-1.

Povoação/Lugar	Região	Ponto de cota
CARTAXO (001244)	LAGOA Δ (4556)	.123 (6789)
CASAL DO MOCHO (258456)	Região d'ASSECA (1234)	.85
Nota: Utilizar sempre a ortografia empregue na carta militar		

Quadro 4-2: Exemplo de designação de locais

c. Estradas, Caminhos, Itinerários e Linhas de Caminho de Ferro

Caminhos, estradas, itinerários ou linhas de caminho-de-ferro, são descritos pelas localidades situadas no seu percurso, ou na sua ausência, por coordenadas, precedidos da expressão «**estrada**», «**caminho**» ou «**linha de caminho-de-ferro**».

A sequência pela qual se faz a descrição é coincidente com o sentido do movimento no itinerário (e.g. enquanto um IPR é descrito da retaguarda para a frente, um ItinEvac descreve-se da frente para a retaguarda).

Quando não importa definir o sentido do movimento, descreve-se da esquerda para a direita, ou da retaguarda para a frente, atendendo à direção geral da ameaça.

Nos casos em que se atribui um nome de código ao itinerário, estrada ou caminho, e.g. Itinerário VERDE, após a primeira referência pode utilizar-se o designador.

d. Limites

Os limites entre unidades ou subunidades devem ser indicados pelo uso de coordenadas militares ou designação dos acidentes de terreno facilmente identificáveis como rios, caminhos ou estradas principais e linhas ferroviárias, que os definem.

Nas operações ofensivas, os limites descrevem-se da **retaguarda** para a **frente**, considerando o redator voltado para a ameaça, e da **frente** para a **retaguarda** no quadro das operações defensivas. Limites genericamente perpendiculares ao sentido do movimento, como o limite à retaguarda, são descritos da **esquerda** para a **direita** quando de frente para a ameaça.

A designação do limite deve indicar claramente qual a unidade que detêm a responsabilidade sobre o acidente de terreno. Para isso utiliza-se as expressões «inclusive» ou «exclusive» a suceder a descrição do limite (e.g. «o limite OESTE do ERec é inclusive a linha de alturas definida por BAIXO Δ - ATALAIA Δ - MATA-QUATRO Δ»)

e. Margens de rios

As margens dos rios ou ribeiras são designadas, por «**margem direita**» ou «**esquerda**», tendo como referência o sentido da corrente. Para evitar confusões, também se podem utilizar pontos cardeais, e.g. margem Norte. Porém, em travessia de cursos de água, identifica-se as margens como «**próxima**» e «**afastada**».

f. Áreas

As áreas são sempre identificadas pelo seu contorno, enumerando vários pontos, partindo do ponto mais a Norte e no sentido de rotação dos ponteiros do relógio.

g. Dispositivo

A indicação de unidades amigas é feita da esquerda para a direita e da frente para a retaguarda, tendo por referência a direção da ameaça.

Sempre que se pretender descrever os flancos de unidades amigas ou posições da ameaça, deve ser usado o sistema dos pontos cardeais (e.g. «a 3ª Brig, a OESTE, ataca para...»).

h. Designação de Dias e Horas

As datas são constituídas pelo dia, pelo mês e pelo ano devendo observar-se o seguinte:

- O dia é representado por dois algarismos, sendo o primeiro, «zero» se o dia a indicar corresponder a um único dígito.
- O mês é apresentado numa abreviatura formada pelas três primeiras letras. Dezembro constitui a exceção sendo representado por «DEC» em vez de «DEZ».
- O ano representa-se pelos dois últimos algarismos.

e.g. «24JAN14»

Sempre que se pretender designar a noite, faz-se referência aos dias de que faz parte, precedida da palavra «noite», (e.g., *noite de 10-11AGO*).

As horas são indicadas por quatro algarismos, designado os dois primeiros as horas e os dois últimos os minutos (e.g., *1200; 0800*). Urge notar que não se indicam as *2400* ou as *0000* uma vez que permitem diferentes interpretações. Recomenda-se indicar *2359* e *0001*.

Uma forma comum de nos documentos operacionais indicar o dia e a hora é o grupo data-hora, constituído por uma combinação alfanumérica de oito dígitos e três letras, onde:

- Os dois primeiros algarismos indicam o dia;
- Os quatro algarismos seguintes a hora;
- Segue-se a abreviatura do mês, sucedida pelos dois algarismos indicadores do ano.

241245DEC13

Caso exista necessidade de indicar a região geográfica a que corresponde a hora indicada, intercala-se entre o ultimo dígito das horas e a abreviatura do mês, a letra correspondente ao fuso horário.

241245ZDEC13

Quando não for possível ou houver inconveniência em precisar o dia ou a hora, empregam-se letras designadoras, cujo significado específico se descreve no quadro 1-2, de acordo com o convencionado no seio da NATO.

Letra	Dia	Hora	Descrição
C	X		Dia em que a projeção de forças para uma operação se inicia ou deve iniciar
D	X		Dia em que uma operação se inicia ou deve iniciar. Pode ser o começo de hostilidades ou de outro tipo de operação.
E	X		Significado idêntico ao anterior mas com aplicabilidade exclusiva a exercícios
F		X	Hora especificada para as operações da aviação passarem a FLOT
G	X	X	Designa o dia em que é dada ordem de movimentar ou

			posicionar (deployment) uma força. Normalmente é responsabilidade nacional
H		X	Hora de início de uma Operação ou Exercício. No ataque específica a hora a que os elementos mais avançados devem passar a Linha de Partida
<p>Nota:</p> <p>Algumas letras como o «I» ou o «O» não são usadas para evitar confusões e mal-entendidos</p>			

Quadro 4-3: Letras designadoras de dias e horas. (adaptado do Stanag 2014 ed 01)

Para se designar os dias anteriores e posteriores apõe-se o sinal de menos ou mais imediatamente a seguir à letra e o número do dia conforme se exemplifica.

Dia e hora	Dias e horas anteriores	Dias e horas posteriores
D	D - 1; D - 2	D + 1; D + 2
E	E - 1; E - 3	E + 1; E + 5
H	H -1	H+2
F	F - 10 minutos	F + 15 minutos

Quadro 4-4: Identificação dos dias e horas anteriores e posteriores

i. Anexos e Apêndices

Os anexos são parte integrante da ordem ou plano respeitando um assunto específico. Além de aumentar a concisão do documento de que fazem parte têm ainda por finalidade tornar mais simples a sua consulta e facilitar a cópia para eventual posterior distribuição.

Fundamentalmente são empregues para:

- Apresentar assuntos que são de mais fácil apresentação em quadros ou transparentes.
- Detalhes supletivos ao documento principal, e.g. transparentes de operações
- Instruções de apoio de combate ou apoio de serviços.

São diversas as formas de apresentação de um anexo, apêndice ou adenda. As mais usuais são a forma escrita, transparente, quadro.

O cabeçalho e o final, quando este é distribuído separadamente do documento a que pertence são semelhantes aos do documento principal, distinguindo-se por não ter referência a ordens verbais e a data-hora bem como o número de referência são diferentes.

Se distribuídos conjuntamente com o documento principal, o grupo-data-hora e o número de referência são idênticos. O mesmo se aplica ao cabeçalho.

São designados por letras maiúsculas, por ordem alfabética segundo a sequência de aparecimento no documento principal (corpo) e têm um título entre parenteses.

Anexo D (TRANSMISSÕES) à OOp nº 7 da BrigMec

A distribuição é sempre referida ao documento a que respeita.

Com a OOp 12/BrigMec

Os apêndices constituem uma extensão de um anexo, respeitando a um único assunto. É designado por algarismos árabes e aplicam-se as mesmas regras dos anexos.

Apêndice 1 (REDES RÁDIO) ao Anexo D à OOp nº 7 da BrigMec

As adendas constituem uma extensão de um apêndice, respeitando a um único assunto. É designada segundo a sequência alfabética sendo válidas as considerações feitas para os anexos e apêndices.

Adenda A (FREQUÊNCIAS) ao Apêndice 1 ao Anexo D à OOp nº 7 da BrigMec

NOTA: Não confundir o conceito de anexo e apêndice no contexto militar com os mesmos termos usados no ambiente acadêmico, designadamente no quadro das normas de elaboração dos Trabalhos de Investigação Aplicada.

j. Paginação

A paginação, seja no corpo do documento, nos anexos, apêndices e adendas é feita do mesmo modo. Com exceção da primeira página, todas as restantes páginas são paginadas no canto superior direito (partindo do pressuposto que não há verso) observando a seguinte regra:

[Designação do Doc / unidade / nº pág.]

OOp Nº 1 / GCC 1 / 2 ou Anx A/OOp Nº1 / GCC 1 / 2

Seção IV – TRANSPARENTES E SINAIS CONVENCIONAIS

411. Generalidades

Um transparente é a representação gráfica de uma ordem ou de parte dessa ordem.

A correta elaboração de transparentes implica o conhecimento e utilização dos sinais convencionais militares, ou simplesmente sinais gráficos, para representar graficamente, as operações, unidades e órgãos e tarefas. Este conhecimento é também importante para a elaboração de cartas de situação.

Tanto os sinais gráficos como as abreviaturas, encontram-se convencionados no seio da NATO de modo a facilitar a leitura comum por forças de diferentes nacionalidades que cooperam numa mesma operação ou campanha. No caso nacional os sinais gráficos estão regulamentados pela PDE 0-19-00 que se encontra em linha com a publicação NATO APP 6 (B) revista periodicamente.

Subjacente ao uso dos sinais gráficos, surge a necessidade de utilizar abreviaturas as quais são particularmente relevantes quando utilizamos mensagens. As abreviaturas militares nacionais são reguladas pela publicação PDE 0-18-00. Porém quando se elaboram documentos para difusão em ambiente multinacional, há que utilizar as abreviaturas em vigor na NATO e que se encontram reguladas na publicação AAP 5.

Sempre que houver necessidade de utilizar um símbolo ou abreviatura nova deve ser tido o cuidado de elaborar uma legenda para facilitar o entendimento do documento.

Para ter como referência alguns tipos de transparentes consulte o anexo A a esta publicação.

412. Sinais convencionais

Designa-se por sinal convencional militar a representação gráfica, de significado previamente estabelecido, completada ou não, por sequências alfanuméricas ou gráficas, de unidades, armamento e equipamentos, instalações, medidas de controlo e quaisquer outros elementos que sejam relevantes para operações e atividades militares.

Os sinais estudados no âmbito da PDE 0-19-00 não têm relação com a simbologia cartográfica e são aplicáveis no planeamento e na conduta das operações militares, bem como, no seu treino e instrução, sendo também extensível à exploração e desenvolvimento de sistemas C4I.

O seu emprego é fundamentalmente em esboços ou transparentes anexos às ordens e/ou planos, organigramas, composição e articulação das forças para o combate e fotografia aérea.

Para mais esclarecimentos aconselha-se a consulta da PDE 0-19-00

Página intencionalmente em branco

Bibliografia

- EME (2005). Regulamento de Campanha – Operações, Lisboa: EME;
- EME (2007). Planeamento Tático e Tomada de Decisão, Lisboa: EME;
- EME (2010). PDE 0-19-00 Sinais Convencionais Militares, Lisboa: EME;
- EME (2010). PDE 0-18-00 Abreviaturas Militares, Lisboa: EME;
- EME (2011). PDE 3-65-00 Operações de Apoio à Paz – Tácticas, Técnicas e Procedimentos, Lisboa: EME;
- EME (2012). PDE 3-00 Operações, Lisboa: EME;
- Decreto-Lei nº236/99 de 25 de Junho (1999). Estatuto dos Militares das Forças Armadas. Diário da Republica – 1ª Série-A Nº146;
- EME (2004). MC 20-100 Manual de Artilharia de Campanha, Lisboa: EME;
- IAEM (2003). ME – 20-63-12 Operações de Engenharia Vol I, Lisboa: IAEM;
- EME (2010). PDE 2-09-00 Estudo do Campo de Batalha pelas Informações (IPB), Lisboa: EME;
- US Army (2003). FM 6-0 Mission Command and Control of Army Forces, Washington DC;
- NATO Standardization Agency (2006). STANAG 2287, Task Verbs for use in planning and the dissemination of orders;
- Calçada, José (1998), Elementos de Tática Geral, Lisboa: IAEM.

Página intencionalmente em branco

ANEXO A - MODELOS DE DOCUMENTOS

Secção I – ARTICULADOS DE PLANOS E ORDENS DE OPERAÇÕES

1. Ordem Preparatória

a. Esquema anotado

A quantidade de pormenores contidos numa OPrep (normalmente sob a forma de mensagem) depende do tempo, dos meios de comunicações disponíveis e da informação necessária para uma preparação e planeamento adequados, por parte dos comandos subordinados. Poderá conter:

- Situação do inimigo.
- Missão da unidade que difunde a ordem.
- Hora do início do movimento ou tempo de pré-aviso.
- Cartas necessárias.
- Local e hora de reunião previstos para a difusão de ordens escritas.
- Ações preliminares, reconhecimento e outras tarefas a realizar.
- Instruções de âmbito administrativo-logístico (incluindo necessidades de equipamento especial, organização para o transporte, movimento para zonas de reunião, etc...).

b. Exemplo de uma Ordem Preparatória

(Classificação de Segurança)
ORDEM PREPARATÓRIA N.º ...
De: Agr 31
Para: 1ª CatMec
2ª CatMec
3ª CatMec
CAC
CCS
2/GCC 1 (-)
Info: 1/CEng 1
1. Ao Agr 31 opõem-se forças In de um RegMec da 39ª DivMec do 12º Exército, equipadas com CC T-72 e BTR-60 PB. A 39ª DivMec não dispõe de GCC Divisionário.
2. O Agr 31 defende o sector entre PONTES DE MONFALIM (29SMD9017) e 29SMD952150, pronto a receber o In a partir D, para destruir um RegMec.
3. Preparar para iniciar movimentos da actual ZRn para a ZRn LEÃO, na região de CASAIS DO LAMEIRO DAS ANTAS (MD9112), a partir de D-8 0100 com 2 horas de pré-aviso.
4. Concentração de todos os destinatários e Cmdt do PelRec, PelMortP, PelACar e SecVCB, em D-8 0930 nos CASAIS DA CARRASQUEIRA (MD9115).
(Classificação de Segurança)

(Classificação de Segurança)

5. Viaturas atestadas até D-7 2300.
6. PPOM 0 em vigor.
7. ITTm em vigor.
8. A OOp do Agr 31 será difundida na região de CÉU Δ(MD9116) em D-8 1000 e estão presentes todos os destinatários e os Cmdt do PelRec, PelMortP, PelACar e SecVCB.
9. Cartas Topográfica série M888, Portugal, folhas 375, 376, 389; Edição 3 – 1966 da escala 1/25000.

Acusar receção: Lista B.

O Comandante

(Classificação de Segurança)

2. Ordem Parcelar

a. Articulado

A OParc/FRAGO não obedece a esquema formal. É contudo conveniente seguir o articulado da OOp para facilitar a sua compreensão.

É difundida em forma de mensagem breve, oral ou escrita. Omite os elementos de uma OOp completa que não tenham sofrido alterações bem como os elementos que não sejam considerados essenciais.

b. Exemplo de uma ordem parcelar

(Classificação de Segurança)

Ex Nº__ de __ ex
BrigMec (PRT)
BUCELAS
(MD8906)
D-21800
P4B

FRAGO 1 à OOp N.º 3

Referências: Carta Série M888, Port; Folhas 375, 376, , ...; Edição 3 –Escala 1/25000.

Fuso Horário: ZULU.

Composição e articulação das forças: Sem alteração

1. SITUAÇÃO

a. Forças Inimigas

As forças inimigas que se opõem ao RRec202 (AI) são de escalão exército e o atrito produzido pelo combate obrigou o RRec202 a iniciar a recolha mais cedo que o previsto.

(Classificação de Segurança)

- b. Forças Amigas
Pelo sector da BrigMec (PRT) recolhem 3 UEC, 1 PelMortP e 3 SecACar pertencentes ao RRec202 (AI).
- c. Reforços e Cedências
Sem Alteração.

2. MISSÃO

A BrigMec (PRT) apoia a passagem de linha para a retaguarda de elementos do RRec202 (AI) a partir de D-2 2200.

3. EXECUÇÃO

- a. Conceito de Operação
 - (1) Manobra
 - (a) Manter as atuais posições e apoiar a recolha de elementos do RRec202 (AI) que retirem pelo sector da BrigMec (PRT);
 - (b) Anexo D (MEDIDAS DE COORDENAÇÃO PARA A PASSAGEM DE LINHA PARA A RETAGUARDA).
 - (2) Fogos
 - (a) A finalidade dos fogos de Artilharia e Aéreos é facilitar a passagem do combate, desarticulando as formações In e impedindo-as de se misturarem com as forças em retirada;
 - (b) Colocar OAv em posições que possam pedir e regular fogos para objetivos em apoio da passagem de linha ao longo da LF COBERTA e ao longo da LF VERDE.
- b. Agr 3:
 - (1) Monta guarda de destruição à ponte em (...);
 - (2) À ordem, garante os PI nos itinerários ZEBRA e PAVÃO;
 - (3) Apoia a recolha de 1 UEC;
 - (4) Recebe o combate dos elementos do RRec202 (AI) e ERec 1 que retirem pelo sector.
- c. Agr 21:
 - (1) Monta guarda de destruição à ponte em (...);
 - (2) À ordem, garante o PI no itinerário TIGRE;
 - (3) Apoia a recolha pelo itinerário TIGRE de 1 UEC, 1 PelMortP e 1SecACar;
 - (4) Recebe o combate dos elementos do RRec202 (AI) e ERec 1 que retirem pelo sector.
- d. Agr 31:
 - (1) Monta guarda de destruição às pontes em (MD752210) e (MD743208).
 - (2) À ordem, garante o PI no itinerário LEÃO.
 - (3) Apoia a recolha pelo itinerário LEÃO de 1 UEC e 1 SecACar.
 - (4) Recebe o combate dos elementos do RRec202 (AI) e ERec 1 que retirem pelo sector.

e. ERec 1:

- (1) Estabelece ligação com elementos do RRec202 (AI) nos PLig 6 a 11 e conduz, aos PI dos itinerários de recolha (ZEBRA, PAVÃO, TIGRE, LEÃO), os elementos do RRec202 (AI) que retirem pelo sector;
- (2) Recebe o combate dos elementos do RRec202 (AI) que retirem pelo sector;
- (3) Fecha as passagens nos obstáculos entre a LF VERDE e a LF COBERTA após retirada da LF COBERTA em coordenação com o Cmdt Pel Eng A/D.

f. GAC 1:

- (1) Apoia a passagem de linha com fogos a pedido;
- (2) Cede 2 equipas de OAv ao ERec 1.

g. BtrAAA 1:

h. CEng 1:

Apoia e coordena com o ERec1 o fechar das passagens nos obstáculos entre a LF VERDE e LF COBERTA.

i. Reserva:

Agr 1:

Guarnece os Plrrad nos itinerários TANGO e FOGÉ e conduz os elementos do RRec202 (AI) para a retaguarda.

j. Instruções de Coordenação:

(1) Contingências na Passagem de Linha:

(a) Elementos do RRec202 (AI) ou Elementos de Segurança com In infiltrado:

1. As forças amigas deixam que o In as ultrapasse e mantêm-se para além da LF/PL mais próxima;
2. A LF/PL passa a ser LRF/RFL (Linha de Restrição de Fogos/Restrictive Fire Line);
3. As forças amigas retiram à ordem pelos itinerários de alternativa, guiadas pelos Agrupamentos em 1º escalão.

(b) Elementos da RRec202 (AI) ou Elementos de Segurança cercados pelo In:

1. As NF cercadas informam a sua posição exata (TRACEREP);
2. A área abrangida passa a ser uma Área de Fogos Proibidos (AFP/NFA – No Fire Area);
3. Ocupam posição defensiva imediata;
4. Retiram à ordem.

(2) Proposta de alteração do Itinerários de recolha e indicação de itinerários de alternativa até D-8 1200.

(3) Os Agr guarnecem os PPass nos obstáculos nos seus sectores.

(4) Sinal de reconhecimento afastado para recolha: meio TSF e CODOPER em vigor.

(5) Sinal de reconhecimento próximo: viaturas ostentando bandeiras de cor amarela e verde e armas a apontar na direção do In.

4. APOIO DE SERVIÇOS

Preparar para apoiar com evacuação sanitária e manutenção os elementos do RRec202 (AI) que retirem pelo sector.

5. COMANDO E TRANSMISSÕES

a. Comando

Durante o apoio à passagem de linha os elementos do RRec202 (AI) estão sob Controlo Operacional do Cmdt da BrigMec (PRT).

b. Transmissões

CODOPER em vigor.

Acusar Receção

O Comandante

Autenticação
O Of Operações

Anexo D (MEDIDAS DE COORDENAÇÃO PARA A PASSAGEM DE LINHA PARA A RETAGUARDA).

Distribuição: Lista N

3. Plano/Ordem de Operações

a. Modelo

(Classificação de Segurança) (Referência a Ordens Verbaís)
Ex. N.º__ de __ Ex. (Unidade) (Unidade) (Local do Posto de Comando (PC)) (Data/Hora) (Numero de Ref.)
ORDEM DE OPERAÇÕES Nº _____
<u>Referências:</u> <u>Fuso Horário:</u> (eventual)
<u>Composição e Articulação das Forças:</u>
1. SITUAÇÃO
a. <u>Forças Inimigas</u>
b. <u>Forças Amigas</u>
c. <u>Características do Campo de Batalha</u> (Eventual)
(1) Terreno
(2) Condições Meteorológicas
(3) Considerações de Natureza Civil
d. <u>Reforços e Cedências</u>
e. <u>Avaliação da Situação</u> (facultativo)
f. <u>Hipóteses</u> (planos de operações)
2. MISSÃO
3. EXECUÇÃO
<u>Intenção do Comandante</u>
a. <u>Conceito da Operação</u>
(1) Manobra
(2) Fogos
(3) ...
(..) ...
b. ...
(n-4). Tarefas às Subunidades de Manobra:
(Classificação de Segurança)

(Classificação de Segurança)

OOp n.º .../Unidade/n.º da página

(n-3). Tarefas às Subunidades de Apoio de Combate:

(n-2). Unidade de Apoio de Serviços:

(n-1). Reserva:

n. Instruções de Coordenação:

4. APOIO DE SERVIÇOS

5. COMANDO E TRANSMISSÕES

a. Comando

b. Transmissões

Acusar a Receção

O Comandante

(nome)

(posto)

Autenticação
O Oficial de Operações

(nome)

(posto)

Anexos:

A ...

B ...

...

Distribuição: ...

(Classificação de Segurança)

b. Modelo Anotado

(Classificação de Segurança)

A classificação de segurança é estabelecida pelo Oficial de Operações de acordo com o SEGMI1 (Salvaguarda e Defesa de Matérias Classificadas).

A marca da classificação de segurança deverá ser colocada no meio do topo e da base de todas as páginas, incluindo anexos e apêndices.

Para efeitos de instrução de salvaguarda e defesa de documentos classificados, durante a realização de exercícios ou manobras, deverão ser dadas classificações de segurança fictícias, correspondentes às que receberiam num caso real, fazendo-se preceder e seguir da palavra INSTRUÇÃO a classificação atribuída.

(Referência a Ordens Verbais)

No caso de já terem sido dadas ordens verbais para a operação a que a OOp se refere, deve indicar-se, imediatamente por baixo da classificação de segurança, entre parêntesis, se houve ou não alteração a essas ordens verbais bem como a data em que estas foram emitidas. Se não tiver havido ordens verbais ou se tratar de PLOp, nada se escreve.

Ex. N.º __ de __ Ex.

Todos os exemplares cujo total corresponde à distribuição mencionada no final são numerados seguidamente. Deve ser indicado, a seguir ao número do exemplar o número total de exemplares.

(Unidade)

A indicação da unidade que difunde a OOp é feita pela respetiva abreviatura regulamentar ou por uma designação de código.

(Local do PC)

A localização do PC da Unidade que difunde a OOp é indicada pelo seu nome na carta seguido das respetivas coordenadas entre parêntesis. Pode também ser indicada por uma designação de código. Quando possam surgir dúvidas (escalões mais elevados) deve indicar-se o registo ou país.

(Data/Hora)

A data/hora aqui mencionada indica o momento em que a OOp é assinada e em que entra em execução, caso não conste qualquer indicação em contrário nas "Instruções de Coordenação". Indica também o momento em que os reforços e cedências passam a ser efetivos, salvo se na "Composição e Articulação das Forças" ou no subparágrafo "Reforços e Cedências" ou ainda nas "Instruções de Coordenação", houver indicação em contrário. É indicada por um grupo de seis algarismos (dois para o dia, dois para as horas e dois para os minutos) seguidos da letra correspondente ao fuso horário, da abreviatura regulamentar do mês e dos dois últimos algarismos indicativos do ano.

(Número de Referência)

O número de referência é uma combinação de algarismos e/ou letras, escolhida pelo Oficial de Operações, por vezes de uma série atribuída pelo comando superior (em regra, nas NEP de Transmissões), que tem por finalidade permitir fazer referência à OOp em claro, isto é, sem dar a perceber a pessoas não autorizadas de que documento se trata.

As letras e/ou os números utilizados no número de referência não devem dar qualquer ideia sobre o tipo de documento, nem da entidade que o difundiu.

OOp n.º ... ou PLOp .../Unidade/n.º da página

As páginas dos PLOp/OOp, exceto a primeira, são numeradas no canto superior direito, com a indicação da OOp ou do PLOp, da unidade e do número da página, por exemplo: OOp n.º 1/BrigMec/2.

ORDEM DE OPERAÇÕES Nº ____ (ou PLANO DE OPERAÇÕES ...)

O título da OOp deve indicar se esta se refere a operações conjuntas (forças de diferentes Ramos das Forças Armadas) ou combinadas (forças de dois ou mais Países Aliados).

Para OOp de uma unidade das Forças Terrestres e de uma só nacionalidade, basta o título ORDEM DE OPERAÇÕES N.º ____.

As OOp difundidas por um determinado comando são numeradas seguidamente, a partir do número 1, em cada ano civil.

Os PLOp são designados por uma palavra de código, podem também ser numerados.

Referências:

Sob a designação de referências, relacionam-se todos os documentos necessários aos destinatários para uma perfeita compreensão da OOp, tais como cartas, esboços ou fotografias aéreas e outros documentos anteriormente difundidos. As NEP não são aqui mencionadas podendo sê-lo, no entanto, no corpo da ordem. A identificação das cartas utilizadas será feita de acordo com o STANAG 2029. Tal identificação deve conter:

- Número de série e país ou área geográfica.
- Número(s) da(s) folha(s) utilizada(s) e, nome se necessário.
- Edição.
- Escala.

Fuso Horário:(eventual)

Esta rubrica é eventual e nela é indicado o fuso horário da zona em que decorre a operação. Todas as horas em outras zonas devem ser convertidas na hora correspondente a este fuso horário. Não deverá ser feita confusão com o fuso horário constante do grupo data/hora caso este seja diferente. Em regra, esta indicação apenas se torna obrigatória quando:

- Ao local do PC que difunde a OOp corresponder uma hora diferente da área em que decorre a operação.
- A operação decorre em áreas com diferença horária.

Composição e Articulação das Forças:

Indica a organização inicial das forças para a execução de uma operação. Refere os comandos principais de cada núcleo de Forças, a constituição destes e respetivas relações de comando ou apoio.

Refere as unidades de combate, de apoio de combate e de apoio de serviços, orgânicas do comando que emite a ordem, bem como as unidades de reforço e atribuídas (sob comando completo, comando operacional e controlo operacional). Refere também as unidades colocadas, pelo escalão superior, em A/D do comando que emite a OOp.

São omitidas as unidades orgânicas dos comandos imediatamente subordinados. Podem também ser omitidas determinadas unidades de apoio (imediatamente subordinadas ao comando que emite a ordem) que desempenhem apenas as suas normais missões de apoio, exceto quando elementos seus forem cedidos (em reforço, atribuídos ou em A/D) a outras unidades. São exemplos mais comuns deste caso as unidades de Transmissões (Tm), PE e Companhia de Comando e Serviços (CCS).

São sempre mencionadas as unidades integradas num comando que não sejam

orgânicas do mesmo e serão consideradas sob comando completo se outra relação de comando ou apoio não for expressamente referida, entre parêntesis, a seguir à sua designação.

Os reforços e cedências indicados na Composição e Articulação das Forças não são repetidos no sub parágrafo 1.c. ou no parágrafo 3.

A data/hora a que um reforço ou cedência se torna efetivo, no caso de não coincidir com a da assinatura da ordem, pode ser indicada na “Composição e Articulação das Forças” a seguir à designação da unidade.

As unidades não orgânicas do comando que difunde a OOp devem ser perfeitamente caracterizadas. Assim, por exemplo, enquanto para um Grupo de Artilharia de Campanha (GAC) orgânico da divisão bastará a indicação de GAC 43, para um GAC em reforço há que especificar o calibre e o meio de locomoção do material.

Na Composição e Articulação das Forças não são atribuídas missões. Assim a indicação de A/D (apoio direto) a seguir à designação de uma unidade não indica uma missão mas sim uma relação de apoio.

Se não existirem alterações em relação a uma composição e articulação anterior ou se as alterações forem mínimas, bastará indicar “Sem alteração” ou “Sem alteração exceto...”.

As unidades são agrupadas sob os principais comandos subordinados do comando que emite a OOp pela forma considerada mais apropriada para a execução da operação. A listagem desses comandos principais é normalmente feita na seguinte sequência:

– **Nas OOp de Corpo de Exército**

Divisões, Brigadas Independentes, Regimento de Reconhecimento, Artilharia do CE, Tropas do CE (por exemplo, Engenharia (Eng), Tm, PE, etc.) e Comando de Apoio de Serviços do Corpo de Exército (CASCE).

– **Nas OOp de Divisão**

Brigadas, Artilharia Divisionária, Tropas Divisionárias (por exemplo, GRec, AAA, Eng, etc.) e Comando de Apoio de Serviços Divisionário (CASD).

– **Nas OOp de Brigada Independente**

Batalhões/Grupos, Artilharia de Campanha, Tropas da Brigada (por exemplo ERec, Bateria AAA (BtrAAA), Companhia de Eng (CEng), Companhia de Tm(CTm), etc.) e Batalhão de Apoio de Serviços (BApSvc).

– **Nas OOp de Brigada (endivisionada)**

Batalhões/Grupos, GAC em A/D (se existir), Sob Controlo da Brigada, Trens de Brigada (ou BApSvcAv em A/D).

– **Nas OOp de Batalhão**

Companhias/Esquadrões, Sob Controlo do Batalhão (por exemplo PelRec, PelMortP, PelAcar, etc.) e Trens de Batalhão.

A sequência da listagem das unidades é feita pelo seguinte modo:

– **Segundo o tipo de unidades**

1. Unidades de manobra

- a. Por ordem decrescente de escalão.
- b. Dentro do mesmo escalão pela seguinte ordem:
 - (1) Forças-tarefa (agrupamentos, subagrupamentos).
 - (2) Infantaria.
 - (3) Infantaria Mecanizada.
 - (4) Aeromóvel.
 - (5) Aerotransportados.
 - (6) Blindados (unidades de CC).
 - (7) Helicópteros de ataque.
 - (8) Reconhecimento.
 - (9) Cavalaria do Ar.

2. Unidade de apoio de combate

- a. Artilharia de Campanha.
- b. Outras:
 - (1) Por ordem decrescente de escalão
 - (2) Pela seguinte ordem (ordem alfabética):
 - Artilharia Antiaérea.
 - Engenharia.
 - Guerra Electrónica.
 - Polícia do Exército.
 - ...

3. Unidades de apoio de serviços

Dentro do mesmo escalão e tipo de unidade, a sequência segue a ordem alfanumérica e numérica por esta ordem.

Nas OOp de CE e Divisão, as unidades de Artilharia de Campanha do CE ou divisionárias que não estejam em reforço ou A/D de qualquer comando subordinado são listadas sob as designações de "Artilharia do CE" e "Artilharia Divisionária".

Na sequência da listagem dos comandos, a seguir ao apoio de combate e antes do apoio de serviços é incluída, conforme o escalão que emite a ordem, uma das seguintes designações:

- Tropas de CE.
- Tropas Divisionárias.
- Tropas de Brigada (no caso de Brigadas Independentes).
- Sob Controlo da Brigada (no caso de Brigadas Indivisionadas).
- Sob Controlo do Batalhão/Agrupamento.

Sob tal designação são listadas as unidades orgânicas, de reforço, atribuídas e em A/D cujo escalão seja inferior aos dos principais comandos subordinados da unidade que emite a OOp.

A sequência de listagem das unidades que possam figurar sob este título obedece às regras anteriormente referidas. No caso de se tratar de um batalhão ou unidade equivalente, a ordem de listagem é a seguinte:

- Em unidades de Infantaria e Infantaria Mecanizada: PelRec, PelMort, PelACar.
- Em unidades de CC: PelExplor, PelMortP, SecVBLP, SecVCB.

1. SITUAÇÃO

Este parágrafo destina-se exclusivamente a informar. Não contém, portanto, quaisquer instruções. É redigido no presente do indicativo e inclui obrigatoriamente os subparágrafos Forças Inimigas, Forças Amigas e Reforços e Cedências.

a. Forças Inimigas

Este subparágrafo é fornecido pelo Oficial de Informações que o elabora com base nos seguintes elementos:

- Parágrafo 1.a. da OOp do escalão superior.
- Anexo de Informações do escalão superior.
- INTSUM.

Contém informações sobre o inimigo essenciais para o cumprimento da missão. Tais informações devem ser apresentadas na seguinte sequência:

- Situação do inimigo (por exemplo: composição, dispositivo, moral, efetivos estimados e

situação logística).

- Possibilidades do inimigo (NBQR, situação aérea).
- Modalidade de ação mais provável.
- Modalidade de ação mais perigosa.
- Pode limitar-se a uma referência a qualquer ou quaisquer dos seguintes documentos:

- Anexo ____ (INFORMAÇÕES).
- Apêndice ____ (TRANSPARENTE DE SITUAÇÃO Nº1) ao Anexo ____ (INFORMAÇÕES).
- PERINTREP.
- INTSUM.

b. Forças Amigas

Este subparágrafo é elaborado pelo Oficial de Operações e deve conter toda a informação respeitante a Forças Amigas que não constam do PLOp/OOp e que os comandos subordinados têm necessidade de conhecer por poderem afetar diretamente a sua ação.

Contêm informações respeitantes às unidades do escalão superior (no mínimo do escalão imediatamente superior), laterais (da esquerda para a direita), de cobertura, de reserva, de seguimento e apoio (Força Aérea, Artilharia, Engenharia e outras), apresentadas nesta sequência.

As informações difundidas devem limitar-se àquelas que são estritamente necessárias ao conhecimento dos comandantes subordinados para que estes possam cumprir a sua missão.

c. Características da Área de Operações

(1) Terreno

(2) Condições Meteorológicas

(3) Considerações de Âmbito Civil

Este subparágrafo é eventual e é fornecido pelo Oficial de Informações e deve conter toda a informação respeitante à Área de Operações. Quando o escalão que emite a ordem ou plano não elabora o Anexo de Informações e o Anexo de Engenharia a sua inclusão deve ser obrigatória.

Contém os aspetos militares do terreno, os aspetos das condições meteorológicas e as considerações de âmbito civil com impacto nas operações.

d. Reforços e Cedências

Este subparágrafo é elaborado pelo Oficial de Operações com base nos seguintes elementos:

- Composição e Articulação das Forças do escalão superior.
- Parágrafo 1.c. e sub parágrafo "Instruções de Coordenação" da OOp do escalão superior.

Quando não constarem na "Composição e Articulação das Forças", serão aqui listadas as unidades em reforço ou cedidas pelo comando que emite a ordem. Os reforços e cedências futuros, isto é, que devam concretizar-se em momento posterior ao da data/hora da OOp, devem ser aqui referidos e indicadas a data/hora ou as condições que determinarão a sua efetivação.

Se a "Composição e Articulação das Forças" incluir todos os reforços e cedências bastará fazer referência à mesma.

e. Avaliação da Situação

Este subparágrafo é facultativo e só será incluído quando determinado. Conterá, em síntese, a avaliação da situação feita pelo Comandante.

f. Hipóteses

Nos PLOp este subparágrafo é obrigatório. Contém as hipóteses que servem de base à elaboração do plano, ou seja, as condições ou as situações para as quais o mesmo é válido e que a verificarem-se determinarão a sua entrada em execução.

2. MISSÃO

Prescreve de forma clara e concisa a missão a cumprir pelo comando que difunde a ordem. *Não é uma cópia integral da missão atribuída pelo comando superior mas sim a missão restabelecida, determinada pelo Comandante após a análise.*

É sempre integralmente escrita, no presente do indicativo, no corpo da OOp ainda que toda ou parte dela possa ser representada graficamente. Responde obrigatoriamente às seguintes questões: **Quem? O quê? Quando? Onde? Para quê?**

3. EXECUÇÃO

Através deste parágrafo é dado a conhecer o que o comandante decidiu dever ser feito para cumprir a missão. Contém o conceito de operação, as missões atribuídas às unidades subordinadas e as instruções de coordenação. O total de subparágrafos em que é articulado depende, entre outros fatores, do número de unidades subordinadas ao comando que emite a ordem.

Intenção do Comandante

O primeiro subparágrafo é geralmente designado por "Intenção do Comandante", que não é numerada. O Comandante expressa a sua visão através da "Intenção do Comandante" – uma expressão clara e concisa do que é que a unidade tem que executar e as condições que deve alcançar para atingir o sucesso da operação, relacionado com o In, terreno e estado final.

A intenção deve incluir:

- **A finalidade** – razão pela qual a operação é executada. No entanto, se a finalidade da operação for igual à finalidade da missão, não é necessário apresentá-la.
- **As tarefas chave** – representam as tarefas, condições ou efeitos a alcançar pela unidade e que são válidas para todas as m/a.
- **O estado final** – representa as condições que quando alcançadas materializam o cumprimento da missão. Normalmente o Comandante articula o estado final relacionando-o com o In, o terreno e a população.

Não são incluídos na "Intenção do Comandante" o método nem os aspetos relacionados com a gestão do risco.

a. Conceito da Operação

Expressa a forma como o comandante visualiza a execução da operação desde o início até ao fim, ou seja, como vai ser levada a efeito a modalidade de ação escolhida. É elaborado pelo Oficial de Operações e baseia-se na decisão e no conceito do comandante. Ainda que breve, deve ser apresentado com o

pormenor suficiente para garantir ações apropriadas, por parte dos comandos subordinados, na ausência de instruções adicionais. Se possível, deve descrever como organiza o Espaço de Batalha (pela finalidade das operações: Operação Decisiva, Operações de Moldagem e Operações de Sustentação; ou de forma espacial: Operações de Combate em Profundidade, Operações de Combate Próximo e Operações na Área da Retaguarda.

No mínimo estabelece o conceito de manobra e de apoio de fogos. Contudo, o comandante pode entender expressar o seu conceito sobre o emprego de outros meios de apoio de combate ou apoio de serviços e, nesse caso, todos eles poderão aparecer em alíneas deste parágrafo.

O comandante utiliza este parágrafo quando tem necessidade de suplementar o detalhe da operação de modo a assegurar a unidade de esforços e ações apropriadas a mudanças da situação, na ausência de ordens posteriores. O conceito descreve o emprego das unidades subordinadas no esquema de manobra, o conceito para os fogos em apoio à manobra e a integração de outras unidades e funções de combate para a operação (Reconhecimento, Informações, Engenharia e Defesa AA).

Pode conter:

- A forma de manobra.
- O ponto decisivo e os efeitos a alcançar nesse ponto decisivo.
- A visualização da forma como as forças, como um todo, cumprem a missão da unidade.

É descrito sob a forma genérica para cada elemento de manobra, a começar no esforço, designando a finalidade a alcançar com cada um deles sem designar a subunidade, articulando a ligação entre o conceito e o estado final para a operação.

Quando a operação envolve mais do que uma fase, o conceito de operação deve ser descrito em subparágrafos descrevendo cada fase com o título “Fase” e a numeração em romano: Fase I, por exemplo.

Os anexos elaborados para clarificar a operação têm de ser aqui referenciados obrigatoriamente. No caso de os anexos não acompanharem a ordem, estes devem incluir a intenção do comandante e o conceito de operação.

Atenção: *Dependendo do que o comandante considera apropriado, o escalão da unidade e a complexidade da operação, o exemplo apresentado é apenas uma forma para descrever a operação.*

(1) Manobra

É sempre escrito, mesmo que se torne evidente através do “Transparente de Operações”.

Quando a operação se desenvolve em duas ou mais fases, o esquema de manobra é apresentado em subalíneas correspondendo cada uma delas a uma fase e que são designadas por Fase I, Fase II, etc. No final, caso seja aplicável, é feita referência ao Anexo___ (TRANSPARENTE DE OPERAÇÕES). No mínimo, este parágrafo identifica o esforço em cada fase e as finalidades e tarefas essenciais atribuídas às unidades subordinadas. As finalidades e as tarefas das subunidades, em conjunto, têm de responder à missão da unidade com um todo.

As unidades em apoio ao esforço devem ter um contributo direto para o esforço. Se uma unidade não tiver contributo direto para o esforço, tem de estar relacionada com a finalidade da operação atribuída pelo escalão que emite a ordem ou pelo escalão superior.

Este subparágrafo pode ser uma narrativa concisa e clara do esquema de manobra, desde o início da operação até ao estado final pretendido. No ataque pode ser usada a sequência do ataque ou ser focalizada nos acontecimentos críticos; na defesa, podem ser expressas as cinco ações de defesa ou os acontecimentos críticos. No entanto, este subparágrafo não deve ser demasiadamente detalhado, tendo sempre presente que é complementado com o transparente de operações.

(2) Fogos

Este subparágrafo, que complementa e apoia o esquema de manobra, só diz respeito aos fogos indiretos, incluindo o apoio aéreo, o naval e as medidas de coordenação de apoio de fogos. Nele se estabelecem as finalidades, as prioridades de fogos e quando aplicável os objetivos prioritários, a atribuição de fogos de barragem, a atribuição e o emprego de fumos.

Caso seja executada uma preparação ou contrapreparação, deve aqui ser mencionada a hora e a duração da sua execução. No final é, normalmente, feita referência ao Anexo ____ (APOIO DE FOGOS).

No caso do escalão que emite a ordem não elaborar o Anexo de Apoio de Fogos deve incluir-se os seguintes subparágrafos:

– Apoio Aéreo

- Atribuição de saídas de CAS
- Atribuir de saídas de Interdição Aérea (AI – Air Interdiction) (CE e superiores)

– Artilharia de Campanha

- Estabelecimento de prioridades
- Contrapreparação

– Artilharia Naval

– Medidas de Coordenação de Apoio de Fogos

(3) Defesa Antiaérea

Neste subparágrafo é definido o conceito para a defesa antiaérea. Inclui considerações acerca do apoio prestado pela Força Aérea e pelas unidades de defesa antiaérea. Deve ser estabelecida a prioridade de defesa antiaérea, a organização para o combate (escalões brigada e superiores) e os graus de controlo das armas antiaéreas.

Deve ser feita referência ao Anexo ____ (DEFESA ANTIAÉREA).

(4) Engenharia

Neste subparágrafo é estabelecido o conceito para o apoio da Engenharia. Deve ser estabelecido qual a unidade e a atividade que têm a prioridade no apoio. Devem ser estabelecidas as tarefas para a Mobilidade/Contra mobilidade/Sobrevivência(Proteção) que quando integradas com o esquema de manobra e com as outras funções de combate contribuem para a intenção do comandante.

Deve ser feita referência ao Anexo ____ (ENGENHARIA).

(5) Informações

Neste subparágrafo é estabelecido o conceito para as informações. Inclui outros meios como por exemplo a GE/EW e as equipas de contrainformação. A prioridade no esforço de pesquisa é estabelecida de acordo com a evolução da situação e de acordo com a avaliação de danos (BDA – Battle Damage Assessment). Deve responder às prioridades no esforço do apoio em informações através do estabelecimento de indicadores de m/a do In, targeting, etc.

Deve ser feita referência ao Anexo ____ (INFORMAÇÕES) e Anexo ____ (IVR/ISR).

(6) Informações, Reconhecimento e Vigilância (IVR/ISR)

Neste subparágrafo é estabelecido o objetivo do reconhecimento. Deve descrever o modo como o conceito IVR/ISR apoia a manobra, como são empregues os meios IVR/ISR e como operam em relação ao resto da força. Não são aqui atribuídas as tarefas IVR/ISR, porque aquelas vão ser atribuídas às subunidades. Responde à utilização dos meios de reconhecimento e vigilância da unidade como os meios IVR/ISR obtêm as respostas para as necessidades de informação do comandante. expostas para as necessidades de informação do comandante.

Deve ser feita referência ao Anexo ____ (IVR/ISR).

(7) Operações CIMIC

Neste subparágrafo é definido o conceito para as operações CIMIC em apoio ao esquema de manobra. Deve ser estabelecida a prioridade do apoio e a forma como é focalizado o esforço.

Deve ser feita referência ao Anexo ____ (CIMIC).

(8) Operações de Informação

Este sub parágrafo estabelece o conceito de apoio para as Operações de Informação e deve estabelecer os seus objetivos. Não são aqui atribuídas as tarefas às unidades que executam tarefas neste âmbito.

Deve ser feita referência ao Anexo ____ (OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO).

(9) Operações NBQR/CBRN

Neste subparágrafo é definido o conceito para as operações NBQR/CBRN. Deve ser estabelecida a prioridade do apoio. Se não forem atribuídas relações de apoio na “Composição e Articulação das Forças” então devem ser aqui apresentadas. É também aqui estabelecida a prioridade de trabalhos.

Deve ser feita referência ao Anexo ____ (OPERAÇÕES NBQR/CBRN) e a outros anexos conforme necessário.

(10) Polícia do Exército

Neste subparágrafo é definido o conceito para as operações da PE (ou PM/MP – Military Police) em apoio ao esquema de manobra. Deve ser estabelecida a prioridade do apoio e a forma como é focalizado o esforço. Se não forem atribuídas relações de apoio na “Composição e Articulação das Forças” então devem ser aqui apresentadas. São estabelecidas as medidas para as operações com prisioneiros de guerra (PG/EPW – Enemy Prisoners of War), a fiscalização da circulação e a segurança da área da retaguarda se não for constante em NEP.

Deve ser feita referência ao Anexo ____ (PREBOSTE).

As tarefas já expressas no “Conceito de Operação”, nas “Instruções de Coordenação” ou no “Transparente de Operações” não necessitam de ser repetidas nos subparágrafos seguintes, embora isso possa ser feito quando for entendido que daí resulta maior clareza. Assim, para cada unidade que já tenha tarefas estipuladas em qualquer (ou quaisquer) daquelas partes da OOp, o título do subparágrafo que lhe diz respeito será seguido do sinal (:). Se já todas as tarefas tiverem sido estipuladas, este sinal não será seguido de texto. Se desejar repetir qualquer uma daquelas tarefas ou houver que acrescentar outras, as mesmas poderão figurar após os dois pontos.

Os títulos destes subparágrafos correspondem às designações das subunidades e à sequência pela qual estas são mencionadas na “Composição e Articulação das Forças”.

b. ...

(n-4). Tarefas às Unidades de Manobra:

Neste subparágrafo são dadas instruções às unidades de manobra que não foram incluídas no Conceito de Operação.

(n-3). Tarefas às Unidades de Apoio de Combate:

Neste subparágrafo são dadas instruções táticas às unidades de apoio de combate que figuram na "Composição e Articulação das Forças" e que não tenham sido individualmente especificadas em qualquer dos subparágrafos anteriores.

(n-2). Unidade de Apoio de Serviços:

Após os subparágrafos relativos aos apoios de combate pode seguir-se um subparágrafo que tem por título a designação do comando ou da unidade que presta o apoio de serviços. Neste subparágrafo só se estipulam instruções táticas visto que as tarefas específicas do apoio de serviços são referidas no Parágrafo 4. ou no Anexo de Apoio de Serviços. As instruções táticas aqui referidas podem ser recomendadas pelo Oficial de Logística em coordenação com o Comandante do Comando ou Unidade de Apoio de Serviços e os Oficiais de Pessoal, Informações e Operações.

(n-1). Reserva:

Constitui sempre o penúltimo subparágrafo do Parágrafo 3. Contém todas as instruções relativas à reserva da unidade que difunde a OOp, nomeadamente, as unidade(s) que a constitui(em), a localização (em regra representada no Transparente de Operações), as missões (repetindo obrigatoriamente o descrito no Conceito de Operação) ou os planos a preparar e as limitações de emprego. Devem ser mencionadas neste subparágrafo não só as unidades que constituem a reserva a partir do momento em que a OOp se torna efetiva mas também aquelas que futuramente passam à reserva. Assim a(s) unidade(s) exclusivamente com missão de reserva figura(m) apenas neste subparágrafo, enquanto a(s) unidade(s) que antes de ser(em) reserva tenha(m) outras missões a cumprir figura(m) neste subparágrafo e também no(s) subparágrafo(s) apropriado(s) anteriormente referido(s) dentro da sequência normal. Para estas(s) últimas(s) é aqui indicado o momento (data/hora ou situação) que determina a sua passagem à reserva. A indicação de duas ou mais unidades sob o título de "Reserva" não estabelece quaisquer relações de comando entre elas. A sequência da sua listagem obedece ao que já foi definido para a "Composição e Articulação das Forças".

n. Instruções de Coordenação:

O último subparágrafo tem o título "Instruções de Coordenação" e contém instruções táticas e pormenores de coordenação (exceto respeitantes a transmissões) aplicáveis a dois ou mais comandos subordinados. São aqui obrigatoriamente incluídos:

- GDH ou acontecimento que efetiva o plano ou ordem.
- Necessidades de Informação Crítica do Comandante (CCIR).
- Medidas de controlo do risco.
- Regras de Empenhamento (referências a anexos se adequado).
- Considerações sobre o ambiente.
- Medidas para proteção da força.
- Matriz guia de ataque (AGM - Attack Guidance Matrix) (caso não exista anexo de apoio de fogos).
- Lista de objetivos remuneradores (HPTL – High-Payoff Target List) (caso não exista anexo de apoio de fogos).
- Matriz dos critérios de seleção de objetivos (TSS – Target Selection Standards) (caso não exista anexo de apoio de fogos).

4. APOIO DE SERVIÇOS

Este parágrafo é preparado pelo Oficial de Logística em coordenação com os Oficiais de Pessoal, Oficial CIMIC, o comandante da unidade (ou comando) de apoio de serviços e outros Oficiais do Estado-Maior Especial conforme necessário.

Contém instruções e informações sobre a operação relativas ao apoio de serviços (apoio administrativo-logístico). Quando o volume dessas instruções e informações é tal que se torna inconveniente a sua total inclusão neste parágrafo é, normalmente, elaborada uma Ordem Administrativo-Logística (OAdmLog) (nos escalões Divisão e superiores) ou um Anexo de Apoio de Serviços (escalões divisão e inferiores). Nestes casos (ou quando se mantêm as prescrições de uma OAdmLog já publicada) o Parágrafo 4. poderá limitar-se a referir determinados aspetos que interesse salientar (por exemplo, taxas de consumo, dotações de munições especiais, artigos regulados e controlados, etc.) e a referir a OAdmLog (que é normalmente distribuída até ao escalão batalhão) ou o Anexo de Apoio de Serviços.

Quando necessário, este parágrafo é dividido em subparágrafos correspondentes aos da OAdmLog, com os mesmos títulos e na mesma sequência.

Pode ser indicada a localização (atual ou futura) dos órgãos de apoio de serviços, embora não seja necessário se a mesma estiver representada em transparente.

5. COMANDO E TRANSMISSÕES

Este parágrafo é elaborado pelo Oficial de Operações em coordenação com o Oficial de Transmissões, com base nos seguintes elementos:

- Parágrafo da OOp do escalão superior.
- Conceito de operação.

Contém instruções e informação relativa às funções de comando e comunicações eletrónicas.

No mínimo referirá a localização do PC bem como o seu eixo de deslocamento (se não representado graficamente), as Instruções Temporárias de Transmissões (ITTm) em vigor e o Anexo de Transmissões) (caso exista).

Subdivide-se em dois subparágrafos: Comando e Transmissões.

a. Comando

Pode incluir não só as localizações do PC (atuais e futuras) da unidade que emite a ordem, mas também, se for julgado importante, as dos PC do escalão imediatamente superior e das principais unidades subordinadas. Se interessar, para além das localizações dos PC poderão também ser indicadas as datas/horas ou os factos a partir dos quais entram em funcionamento ou fecham.

b. Transmissões

Pode incluir instruções relativas ao uso dos diferentes meios de transmissões, às restrições ao seu emprego, às frequências a adotar, aos eixos de transmissões previstos, etc. Em regra, todas estas prescrições constam do Anexo de Transmissões, de NEP ou de ITTm anteriores. Se assim for, este subparágrafo resume-se a uma referência a esses documentos. Porém, sempre que o Comandante pretender salientar algumas das instruções constantes dos citados documentos, deverão as mesmas ser mencionadas neste subparágrafo.

Acusar a Receção

As normas para acusar a receção de uma OOp constam, em regra, de NEP. Neste caso bastará a simples expressão "Acusar Receção". Caso contrário ou quando houver que contrariar o estabelecido em NEP, será aqui referida a maneira de acusar a receção.

Pode ser acusada a receção pelo envio de uma mensagem em claro referindo o

número de referência constante no cabeçalho.

O Comandante
(nome)
(posto)

Normalmente, o Comandante da unidade que difunde a OOp assina um único exemplar, o original(Exemplar N.º 1) que constitui o exemplar histórico a arquivar na unidade. Nos restantes exemplares apenas é mencionado o nome do Comandante e o seu posto, dactilografados por baixo da indicação "O Comandante".

Autenticação
O Oficial de Operações
(nome)
(posto)

Todos os exemplares da OOp, exceto o assinado pelo Comandante, são autenticados pelo oficial do EM responsável pela sua elaboração e difusão – o Chefe da 3ª Repartição/Secção (Oficial de Operações). A autenticação consiste na rubrica deste oficial em cada um dos exemplares da OOp.

Anexos:

Os Anexos são designados por uma letra, atribuída pelo Chefe da 3ª Repartição/Secção (Oficial de Operações), por ordem alfabética, de acordo com a sequência pela qual são referidos no "Corpo" da OOp, e por um título.

Se alguns dos anexos à OOp não forem distribuídos com todos os seus exemplares ou forem distribuídos posteriormente, tal facto deve ser aqui referido.

Os anexos são autenticados pelo oficial responsável pela sua elaboração.

Distribuição:

Nesta rubrica relacionam-se os exemplares da OOp distribuídos, indicando-se os seus números e os respetivos destinatários.

Na distribuição podem distinguir-se os exemplares destinados ao próprio comando que difunde a OOp, com o subtítulo "Arquivo", os exemplares para execução e os exemplares para "conhecimento".

Em quase todas as situações, as OOp de uma determinada unidade terá uma distribuição semelhante, pelo menos no que se refere a maior parte dos destinatários. Esta distribuição tipo (ou mais que uma, na previsão de vários casos) deverá constar de NEP previamente difundidas. Sendo assim, para cada OOp, far-se-á simplesmente referência a essa distribuição tipo.

Por vezes, haverá que enviar exemplares da OOp a unidades que não constam das listas de distribuição (unidades de reforço, de apoio de fogos, etc.). Neste caso, haverá que mencionar a distribuição dos exemplares destinados a estas unidades.

Quando a distribuição incluir unidades aliadas devem mencionar-se todos os destinatários, utilizando-se um anexo, se necessário.

NOTA: Quando possível e logo a seguir à rubrica "Distribuição", deverá ser referido o período de vigência da classificação de segurança atribuída e/ou indicado se esta deverá ser alterada ou suprimida. Poderá para isso ser fixada uma data ou um acontecimento limite daquele prazo. Do mesmo modo se procederá para determinar a sua destruição.

(Classificação de Segurança)

4. Transparente de Operações

a. Finalidade e regras de elaboração

O transparente de operações constitui um anexo à ordem de operações e é a representação gráfica do conceito de operação. Pela sua importância vamos referir as regras essenciais para a sua elaboração:

- Colocar a classificação de segurança no topo e final do transparente, em posição central, com um tamanho de letra adequado ao tamanho do transparente.
- Colocar o título no canto superior esquerdo, imediatamente abaixo da classificação de segurança.
- Colocar as cartas de referência no canto superior esquerdo imediatamente abaixo do título.
- Colocar no mínimo dois pontos de referência, em oposição na diagonal, para sobrepor o transparente à carta de referência.
- Utilizar, sempre que possível, a escala das cartas dos mapas ao dispor dos comandantes subordinados.
- Transferir as medidas de coordenação do transparente do escalão superior.
- Deve ser elaborado um apêndice com a lista das coordenadas dos pontos que necessitam de ser referenciados com pormenor (localização de PC, de unidades, pontos de coordenação, etc.).
- Elaborar o transparente de forma consistente com o plano ou ordem de operações.
- A imagem transmitida pelo transparente deve ser simples, mas com o detalhe suficiente para uma clara interpretação.

NOTA: *O Transparente de Operações deve conter obrigatoriamente os quatro primeiros itens.*

(Classificação de Segurança)

Anexo ... (TRANSPARENTE DE OPERAÇÕES) à OOp Nº ...

Referências: Cartas ...

Fuso horário:

Autenticação

O Chefe da 3ª Rep

(nome)

(posto)

O Comandante

(nome)

(posto)

Distribuição: ... (Pode omitir-se distribuído se com a OOp)

(Classificação de Segurança)

5. Ordens Tipo Transparente

a. Finalidade

A Ordem Tipo Transparente destina-se a transmitir ordens, informações e instruções fundamentais de forma oral para a conduta de uma operação baseado num Transparente de Operações.

É um processo adequado para emitir uma OOp quando se vivem condições de restrição de tempo. Contudo, deve ser ponderada a sua elaboração se o conceito de operação é complexo e se há a necessidade de emitir vários anexos.

É adequada para unidades de escalão até Batalhão/Grupo, embora não lhes seja exclusiva.

b. Articulado

(Classificação de Segurança) (Referência a Ordens Verbais)	Ex. No. __ de __ Ex. (Unidade) (Local do PC) (Data/Hora) (Numero de Ref.)
ORDEM / PLANO TIPO TRANSPARENTE (Número)/(Código)	
<u>Referências:</u>	
<u>Fuso Horário:</u> (eventual)	
<u>Composição e Articulação das Forças:</u>	
No transparente.	
1. SITUAÇÃO	
a. Forças Inimigas Breve descrição oral.	
b. Forças Amigas Breve descrição oral.	
c. Reforços e Cedências Breve descrição oral.	
d. Avaliação da Situação/Hipóteses Breve descrição oral.	
2. MISSÃO No transparente.	
3. EXECUÇÃO	
<u>Intenção do Comandante:</u>	
No transparente.	
a. Conceito da Operação: Breve descrição oral referida ao transparente; focaliza-se nos acontecimentos críticos, no esforço e nas prioridades.	
(Classificação de Segurança)	

(Classificação de Segurança)

b. Tarefas às Subunidades de Manobra:

No transparente.

c. Tarefas às Subunidades de Apoio de Combate:

Breve descrição oral.

d. Reserva:

No transparente.

e. Instruções de Coordenação:

Breve descrição oral; focaliza-se nas medidas de coordenação gráficas.

4. APOIO DE SERVIÇOS

Breve descrição oral. Focaliza-se nas prioridades e localizações.

5. COMANDO E TRANSMISSÕES

a. Comando:

Breve descrição oral; localizar os PC no transparente.

b. Transmissões:

Breve descrição oral.

Acusar a Recepção

O Comandante
(nome)
(posto)

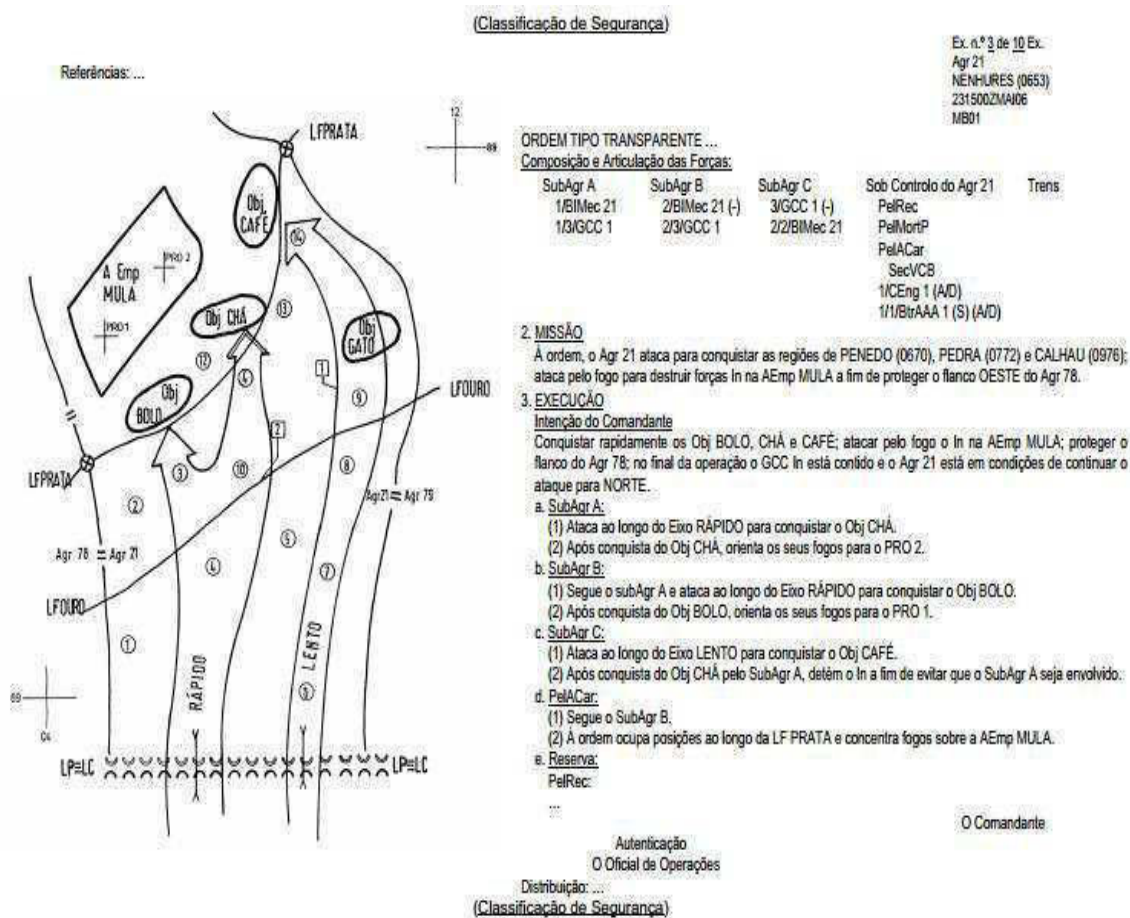
Autenticação
O Oficial de Operações
(nome)
(posto)

Anexos:

Distribuição:

(Classificação de Segurança)

c. Exemplo



6. Ordem tipo Matriz

a. Necessidade deste tipo de ordem

Nem sempre o comandante de Esquadrão tem tempo para redigir uma ordem de operações completa. Nestas condições é vulgar elaborar uma ordem simplificada, do tipo matriz. Até porque em determinadas situações unidades de reconhecimento, em particular, podem receber orientações a partir de um plano de reconhecimento e vigilância em vez de uma OOp.

Em face do exposto importa estar familiarizado com o formato deste tipo de ordem. A ordem tipo matriz não é comum sendo mais comum a sua visualização nas unidades de reconhecimento. Mas o possível envolvimento de forças nacionais em forças multinacionais exige a que os quadros estejam preparados para as saber ler e converter o seu conteúdo numa ordem.

Não existe propriamente um formato deve sim ser de fácil leitura e compreensão.

b. Exemplos de Ordem Tipo Matriz

Acontec Unidade	ZRn até LP	LP – LF Pera	LF PERA – LF AMORA	
Cmd				
1º PelRec	1º PI 210600 Prep LP	Rec Zona Itin Amarelo	Rec Zona Itin Amarelo	BPT Continuar Rec para Norte
2º PelRec	2º PI 210600 Prep LP	1 PI 210600 Prep LP	1 PI 210600 Prep LP	1 PI 210600 Prep LP
3º PelRec	3º PI 210600 Prep LP	1 PI 210600 Prep LP	1 PI 210600 Prep LP	1 PI 210600 Prep LP
PelMortPes	BF 1 P	A/O BF 2	A/O BF 3 Prep LP	1 PI 210600 Prep LP
Sec VCB	1 PI 210600 Prep LP	1 PI 210600 Prep LP	1 PI 210600 Prep LP	1 PI 210600 Prep LP
Sec MiniUAS				
Trens				

Acontec Unidade	ZRn até LP	LP – LF Pera	LF PERA – LF AMORA	
Cmd				
1/2/BIMec 1	2 PI 0 Prep LP	Rec Zona Itin Amarelo	Rec Zona Itin Amarelo	BPT Continuar Rec para Norte
1/ECC 1	1º PI 210600 Prep LP	1 PI 210600 Prep LP	1 PI 210600 Prep LP	1 PI 210600 Prep LP
2/ECC 1	3º PI Prep LP	1 PI 210600 Prep LP	1 PI 210600 Prep LP	1 PI 210600 Prep LP
PelMortPes	BF 1 P	A/O BF 2	A/O BF 3 Prep LP	1 PI 210600 Prep LP
Sec VCB	1 PI 210600 Prep LP	1 PI 210600 Prep LP	1 PI 210600 Prep LP	1 PI 210600 Prep LP
Sec MiniUAS				
Trens				

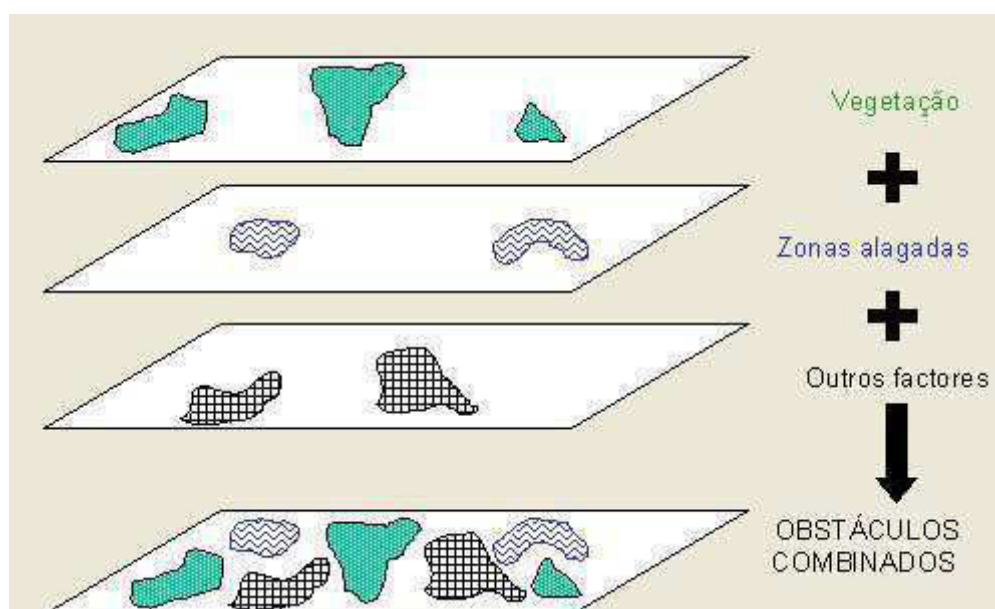
Secção II – TRANSPARENTES (TOC e TOC-M)

7. Transparente de Obstáculos Combinados

O transparente de obstáculos combinados (TOC) é o produto final que integra o resultado da análise de áreas edificadas, vegetação e outros obstáculos, oferecendo uma ideia de como a mobilidade será afetada.

Para chegar a este produto final e tal como o nome indica, combinam-se num único transparente vários outros referentes a obstáculos provocados por diferentes tipos de acidentes naturais e artificiais.

Exemplo TOC



8. Transparente de Obstáculos Combinados Modificado

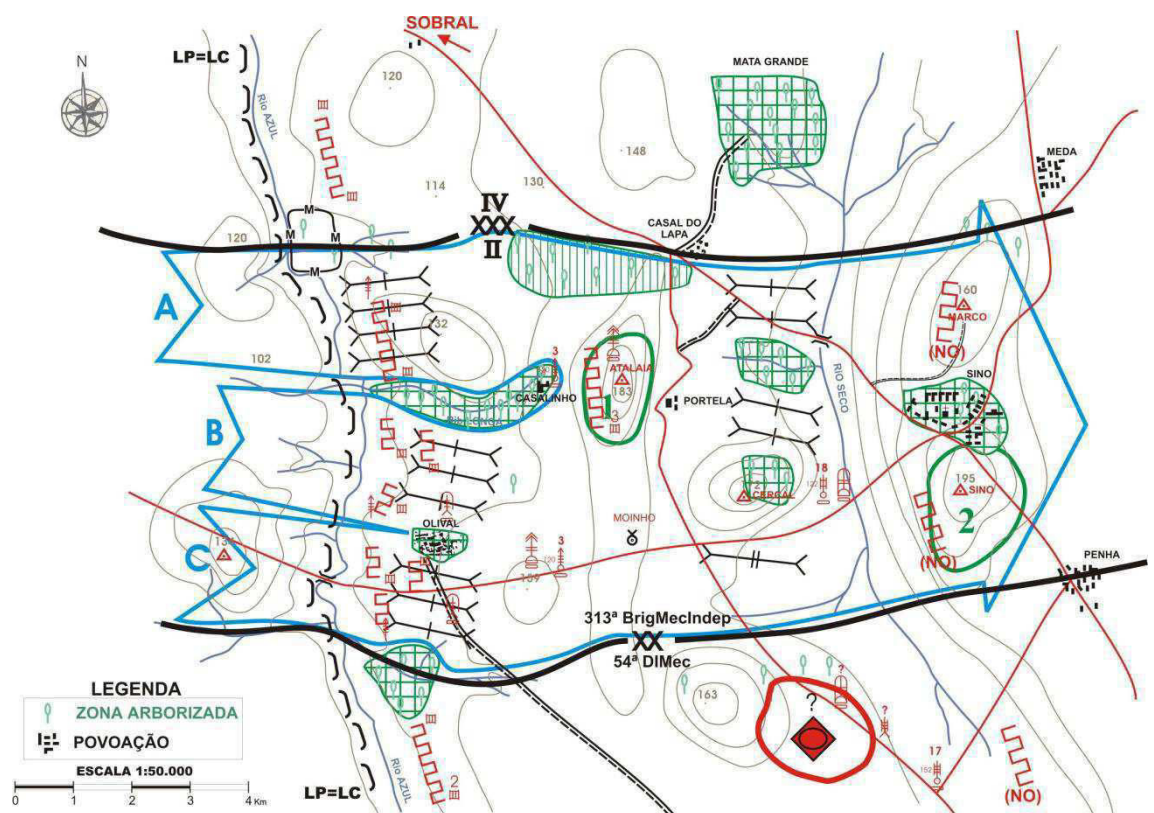
O transparente de obstáculos combinados modificado (TOC-M) tem por base o transparente de obstáculos combinados apresentando:

- **Indicação da classificação da mobilidade todo-o-terreno** – marcar as áreas de terreno restritivo e impeditivo
- **EApox e corredores de mobilidade** – De acordo com o tipo de força em consideração, baseados na mobilidade e em outros fatores categorizados de acordo com o tamanho da força para que são destinados e ordenados por ordem de prioridade se tal se justificar.
- **Sistemas de obstáculos de contra mobilidade;**

- **Terreno com valor defensivo** – Avaliar o terreno ao longo dos EAprox e identificar as posições de combate potenciais ou possíveis setores defensivos para as unidades subordinadas;
- **Zonas de morte** – Combinar o resultado da avaliação do terreno defensivo com os resultados da avaliação dos campos de tiro e observação para identificar possíveis zonas de morte;
- **Terreno importante** – Identificar as áreas do terreno que dominam os EAprox ou as áreas dos objetivos. Estas correspondem normalmente a terreno já identificado como potenciais posições de combate ou objetivos intermédios.

Relativamente a outras unidades que não de manobra outros fatores poderão ser mencionados de acordo com a necessidade.

Exemplo TOC-M

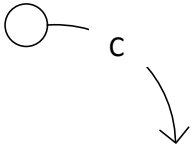
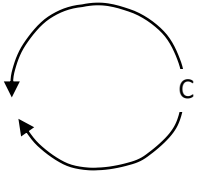
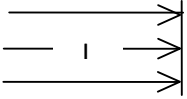


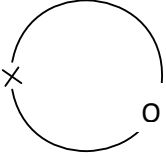
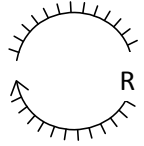
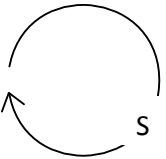
Página intencionalmente em branco

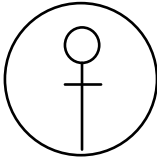
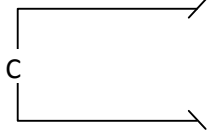
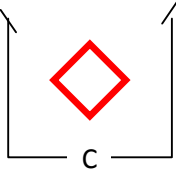
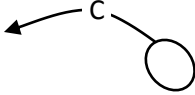
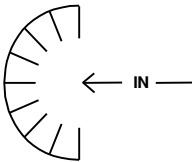
ANEXO B - TAREFAS TÁTICAS

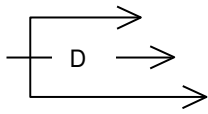
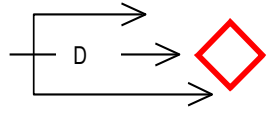
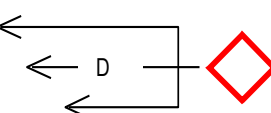
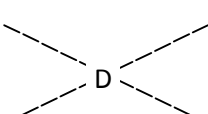

Tarefas Táticas

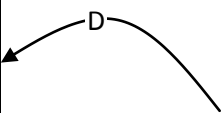
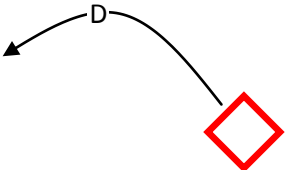
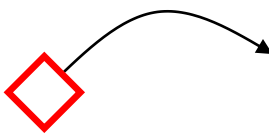
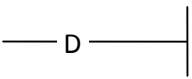
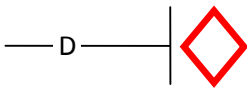

A tabela que se representa a seguir lista as principais tarefas táticas que uma força militar pode cumprir. Nesta tabela, a primeira coluna apresenta a tarefa e respetiva definição, a segunda coluna indica se a tarefa se traduz numa atividade (A), num efeito (E) ou em ambas (A+E) e a terceira coluna apresenta o símbolo gráfico propriamente dito, sendo que a quarta e última coluna desta tabela contém algumas notas, designadamente a letra(s), da terminologia NATO, a usar conjuntamente com o símbolo, quando o contexto da utilização dos gráficos de tarefas táticas for de teor combinado e no âmbito NATO.

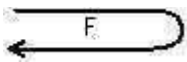
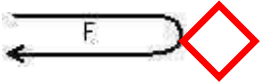

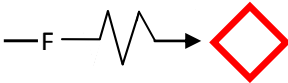
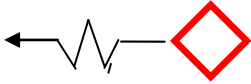
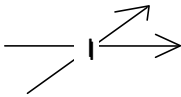
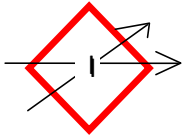
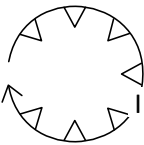
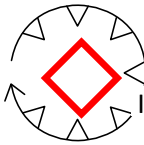
<i>TAREFA</i>	<i>A/E</i>	<i>GRÁFICO</i>	<i>NOTAS</i>
RELACIONADAS COM O TERRENO:			
Conquistar (Seize): é um tarefa tática destinada a limpar, ocupar e controlar uma dada área. Uma vez conquistado o objetivo, a força tem de limpar o terreno pela destruição, captura do inimigo ou forçar o inimigo a retirar. O inimigo não pode ter a capacidade de executar fogos diretos sobre essa área. Difere da tarefa tática ocupar porque a força conduz sempre uma ação ofensiva.	E		A seta aponta para a localização ou objetivo a conquistar. Ver: Segurar (Secure); Capturar (Capture); Ocupar (Occupy); Limpar (Clear). Letra(s) NATO: S (Seize).
Controlar (Control): tarefa tática que requer que um comandante mantenha uma influência física sobre uma determinada área para evitar que seja utilizada pelo inimigo ou crie condições para a sua utilização por forças amigas. O controlo não implica a limpeza da área de forças inimigas podendo ser cumprida com a possibilidade de executar fogos sobre essa área.	E		O semicírculo envolve a área a controlar. Ver: Segurar (Secure); Reter (Retain); Ocupar (Occupy); Negar (Deny). Letra(s) NATO: C (Control).
Limpar (Clear): tarefa tática que requer que o inimigo numa determinada área geográfica seja eliminado ou fique sem capacidade de resistência. A unidade com esta tarefa tática destrói, captura ou força a retirada do inimigo. Esta tarefa tática requer muito tempo e muitos recursos.	E		A linha que une todas as setas estabelece o limite para a limpeza, a extensão das setas define a profundidade da mesma. Letra(s) NATO: C (Clear).

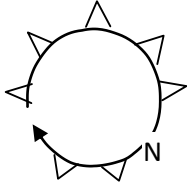
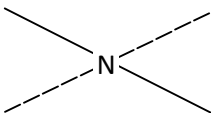
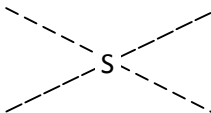

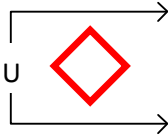
TAREFA	A/E	GRÁFICO	NOTAS
<p>Ocupar (Occupy): é uma tarefa tática na qual uma unidade se movimenta para um local onde possa controlar essa área. Quer o movimento quer a ocupação são executados fora da influência do inimigo. O comandante que ordena a execução desta tarefa tática não visualiza o empenhamento em combate da unidade que a vai executar.</p>	A		<p>O x não tem qualquer significado, mas o semicírculo deve envolver a área a ocupar.</p> <p>Ver: Reter (Retain); Capturar (Capturar); Segurar (Secure); Controlar (Control); Conquistar (Seize); Limpar (Clear).</p> <p>Letra(s) NATO: O (Occupy).</p>
<p>Reter (Retain): É uma tarefa tática através da qual um comandante se assegura que o terreno controlado pelas forças amigas permanece livre da ocupação ou utilização por parte das forças inimigas. Quando é atribuída esta missão o comandante tem de especificar qual a área e a duração, a qual pode ser desencadeada por um evento, ou então corresponder a um determinado período de tempo.</p>	E		<p>A direção da seta não tem significado, mas o semicírculo deve envolver a área a reter.</p> <p>Ver: Segurar (Secure); Controlar (Control); Ocupar (Occupy).</p> <p>Letra(s) NATO: R (Retain).</p>
<p>Segurar (Secure): é uma tarefa tática atribuída a uma unidade para evitar que uma determinada área possa ser destruída ou danificada por ação do inimigo. Normalmente esta tarefa tática envolve a execução de uma operação de segurança. Esta tarefa tática não só evita que o inimigo a ocupe mas também evita que o inimigo possa fazer fogo direto sobre ela ou fogos indiretos regulados. Esta é a grande diferença entre as tarefas controlar e segurar. A unidade que recebe esta tarefa tática não tem que ocupar a área. Quando é atribuída esta missão o comandante tem de especificar qual a área e a duração.</p>	E		<p>A direção da seta não tem significado, mas o semicírculo deve envolver a área a segurar.</p> <p>Ver: Reter (Retain); Capturar (Capture); Controlar (Control); Ocupar (Occupy); Conquistar (Seize); Limpar (Clear).</p> <p>Letra(s) NATO: S (Secure).</p>

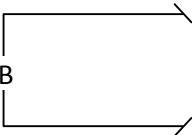
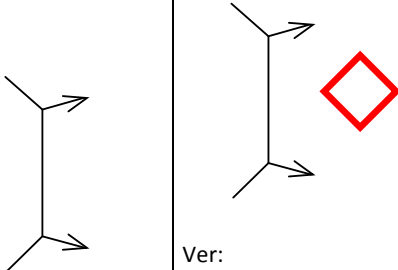
TAREFA	A/E	GRÁFICO	NOTAS
<p>RELACIONADAS COM FORÇAS INIMIGAS:</p> <p>Aprisionar (Arrest): prender e manter cativo, ao abrigo da lei, um indivíduo ou grupo de indivíduos.</p>	E		<p>A fronteira geométrica deve ser representativa da afiliação.</p> <p>Letra(s) NATO: A (Arrest).</p>
<p>Canalizar (Canalize): é uma tarefa tática na qual um comandante restringe o movimento inimigo para uma zona coberta por obstáculos e fogos, explorando a configuração do terreno, que o torna vulnerável. Este termo também pode ser empregue como efeito pretendido por obstáculos. A zona de confinamento pretendida deve ser referida na tarefa.</p>	E		<p>O sinal deve envolver a Un In.</p>  <p>Ver: Deter (Block); Conter (Contain); Negar (Deny).</p> <p>Letra(s) NATO: C (Canalize).</p>
<p>Capturar (Capture): Capturar pessoal, material ou informação inimigo(a).</p>	E		<p>A seta aponta para o pessoal, material ou info a capturar.</p> <p>Ver: Segurar (Secure); Conquistar (Seize).</p> <p>Letra(s) NATO: C (Capture).</p>
<p>Conter (Contain): requer que uma unidade pare, cerque ou obrigue o inimigo a centrar a sua atividade numa determinada área de modo que este não possa empregar as suas forças noutra local onde possa afetar a missão de uma outra força amiga ou onde afete o desenvolvimento de uma nova modalidade de ação. Conter permite ao inimigo reposicionar-se nessa área, enquanto que a tarefa tática fixar não o permite, pelo que se necessário, a força que tem a tarefa tática de fixar, poderá ter que movimentar-se enquanto que a força que contém pode não ter essa necessidade. Os limites para o confinamento podem ser expressos geograficamente e temporalmente. Esta tarefa é menos específica que as tarefas Fixar e Isolar.</p>	E		<p>Todo o sinal deve envolver toda a área onde o comandante quer que a contenção ocorra.</p> <p>Ver: Deter (Block); Fixar (Fix); Isolar (Isolate); Canalizar (Canalize).</p> <p>Letra(s) NATO: ENY (Enemy).</p>

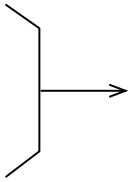
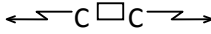
TAREFA	A/E	GRÁFICO	NOTAS
<p>Desorganizar (Disrupt): É uma tarefa tática na qual o comandante integra fogos diretos, indiretos e obstáculos para afetar dispositivo, ímpeto ou sincronização de um ataque inimigo, modo a que este empregue prematuramente forças e seja batido por partes. Pode envolver um ataque a uma zona de reunião ou sobre uma força em deslocamento administrativo antes de adotar a formação de combate. Esta tarefa tem também significado no âmbito da contra mobilidade.</p>	E		<p>A seta do meio aponta para a Un In a desorganizar.</p>  <p>No âmbito da contra mobilidade a seta pequena indica o obstáculo desorganizante, enquanto que a seta grande indica a zona por onde se vai permitir que o In ultrapasse o obstáculo. O sentido das setas indica o sentido do movimento do In.</p>  <p>Letra(s) NATO: D (Disrupt).</p>
<p>Destruir (Destroy): tarefa tática que significa que uma unidade inimiga se torna ineficiente em combate até que seja reconstituída. O dano necessário para tornar uma unidade destruída depende o seu tipo, disciplina e moral. No apoio de fogos representa um efeito que consiste em por o objetivo definitivamente fora de combate.</p>	E		 <p>Ver: Neutralizar (Neutralize); Suprimir (Supress); Desorganizar (Disrupt).</p> <p>Letra(s) NATO: D (Destroy).</p>




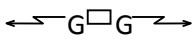
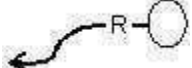
TAREFA	A/E	GRÁFICO	NOTAS
Desviar (Turn): forçar o IN a alterar a direção do seu avanço de um eixo para outro.			 <p>Esta tarefa tem também significado de canalizar em termos de contra mobilidade e neste caso o sinal é:</p>  <p>Ver: Canalizar (Canalize); Deter (Block).</p> <p>Letra(s) NATO: T (Turn).</p>
Deter (Block): é uma tarefa tática que nega ao inimigo o acesso a determinada área, impedindo o seu avanço num eixo de aproximação. Normalmente esta tarefa tática requer a atribuição de um determinado tempo. Deter pode também ser um efeito pretendido por um obstáculo (Grau de resistência Defender). Uma força detida pode movimentar-se para qualquer outra área.			<p>A linha perpendicular ao avanço do In constitui o limite para o avanço In.</p>  <p>No âmbito da contra mobilidade o sinal representa-se ao contrário e novamente a linha perpendicular ao movimento In é o limite do seu avanço.</p>  <p>Ver: Canalizar (Canalize); Conter (Contain); Negar (Deny).</p> <p>Letra(s) NATO: B (Block).</p>

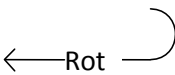

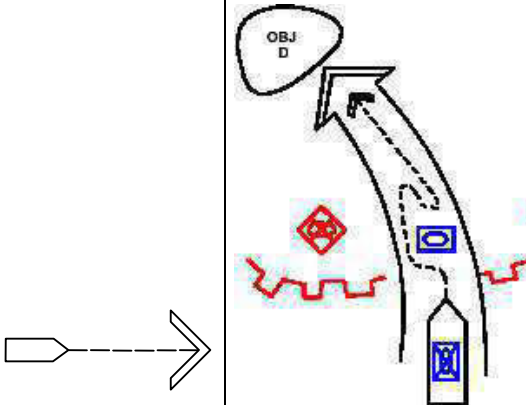
TAREFA	A/E	GRÁFICO	NOTAS
Fintar (Feint): enganan o IN procurando o contacto, mas evitando o empenhamento decisivo com este. A Finta é usada para forçar o IN a reagir de três maneiras previsíveis: <ul style="list-style-type: none"> - empregar inadequadamente as suas reservas; - a mudar as suas prioridades de apoio de fogos; - a revelar os seus fogos defensivos. 	A+E		 <p>Letra(s) NATO: F (Feint).</p>
Fixar (Fix): é uma tarefa tática na qual um comandante impede que o inimigo se movimente de um local para outro durante um determinado período. Fixar uma unidade não significa destruí-la. Fixar difere da tarefa deter porque esta última permite que o inimigo se movimente em qualquer direção, exceto naquela em que é bloqueado.	E		 <p>Esta tarefa tem também significado de retardar em termos de contra mobilidade e neste caso o sinal tem o sentido do movimento do IN:</p>  <p>Letra(s) NATO: F (Fix).</p>
Interditar (Interdict): é uma tarefa tática na qual um comandante evita que o inimigo use uma determinada área ou eixo de aproximação. É uma operação de moldagem do campo de batalha conduzida em apoio da operação decisiva, quer ofensiva quer defensiva. A tarefa interditar tem associado um determinado intervalo de tempo de interdição e um efeito desejado.	E		 <p>Ver: Derrotar (Defeat); Destruir (Destroy); Neutralizar (Neutralize); Suprimir (Suppress); Desorganizar (Disrupt); Fixar (Fix).</p> <p>Letra(s) NATO: I (Interdict).</p>
Isolar (Isolate): esta tarefa tática significa que o inimigo é isolado do seu apoio, negando-lhe liberdade de movimentos e impedindo-o de ter contacto com outras unidades inimigas. Isolar significa afectar severamente qualquer ligação física ou psicológica que o IN tenha.	E		<p>A posição e direção da seta não tem qualquer significado. O semicírculo deve envolver a Un In a isolar.</p>  <p>Letra(s) NATO: I (Isolate).</p>

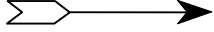

TAREFA	A/E	GRÁFICO	NOTAS
Negar (Deny): impedir o uso pelo In de qualquer coisa.	E		<p>A posição e direção da seta não tem qualquer significado. O semicírculo deve envolver a coisa a negar.</p> <p>Ver: Controlar (Control); Conter (Contain); Retardar (Delay); Deter (Block); Canalizar (Canalize); Fixar (Fix); Desviar (Turn).</p> <p>Letra(s) NATO: D (Deny).</p>
Neutralizar (Neutralize): é uma tarefa tática que se traduz na incapacidade do pessoal ou material inimigo poder interferir com determinada operação das forças amigas. O comandante deve especificar qual a unidade ou material a neutralizar e a duração da neutralização. No apoio de fogos representa um efeito que consiste em por o objetivo temporariamente fora de combate.	E		<p>Ver: Suprimir (Supress); Desorganizar (Disrupt); Interditar (Interdict).</p> <p>Letra(s) NATO: N (Neutralize).</p>
Suprimir (Supress): é uma tarefa tática que resulta na degradação da capacidade de uma unidade ou sistema de armas inimigas em cumprir a sua missão. Ocorre quando se empregam fogos diretos e/ou indiretos ou outros fogos não letais que degradem a capacidade do inimigo. No apoio de fogos representa um efeito, que consiste em reduzir a capacidade de combate e eficiência do pessoal na área do objetivo.	E		<p>Ver: Neutralizar(Neutralize); Fixar (Fix).</p> <p>Letra(s) NATO: S (Supress).</p>
Ultrapassar (Bypass): tarefa que envolve manobrar em torno dum obstáculo, posição ou força inimiga de forma a manter o ímpeto do ataque.	A		<p>Os limites das setas indicam os locais por onde se contorna o obstáculo, posição ou força In.</p>  <p>Ver: Infiltrar (Infiltrate).</p> <p>Letra(s) NATO: B (Bypass).</p>

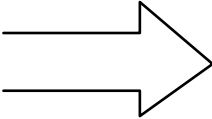
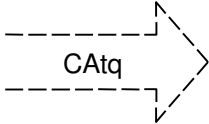
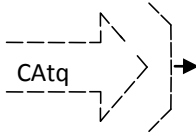
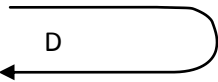
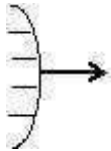

TAREFA	A/E	GRÁFICO	NOTAS
<p>RELACIONADAS COM FORÇAS AMIGAS:</p> <p>Abrir uma Brecha (Breach): tarefa tática na qual uma unidade emprega todos os meios à sua disposição para abrir uma brecha ou assegurar a passagem por uma posição inimiga, um obstáculo ou fortificação. A abertura de uma brecha é normalmente a última opção do comandante de modo que a operação mantenha o ímpeto e se evite perder meios e tempo desnecessário.</p>	A+E		<p>A área entre as hastes do gráfico indica a localização geral da brecha. A extensão das mesmas a profundidade da brecha.</p> <p>Ver: Penetrar (Penetrate).</p> <p>Letra(s) NATO: B (Breach).</p>
<p>Apoiar pelo Fogo (Support-By-Fire): tarefa tática na qual uma unidade se movimenta para uma posição onde possa empenhar uma força inimiga através da execução de fogos diretos, no apoio a uma unidade que manobra e de modo a suprimir ou fixar o In. Uma vez dada esta tarefa tática a unidade deve ocupar uma posição de apoio que lhe permita cobertura e desenfiamento, boa observação e campos de tiro.</p> <p>Difere da tarefa tática atacar pelo fogo porque esta tarefa é atribuída em apoio a uma unidade que manobra na direção do inimigo. Quando a posição é ocupada, o elemento de apoio verifica a segurança da posição, adquire alvos e distribui fogos.</p>	A		<p>As setas devem apontar para a Un In. A base do símbolo define a área donde vem o fogo.</p> <p>Ver: Suprimir (Suppress); Neutralizar (Neutralize); Fixar (Fix); Atacar pelo Fogo (Attack-By-Fire).</p> <p>Letra(s) NATO: S (Support-By_Fire)</p>

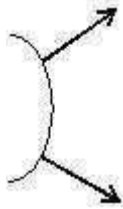

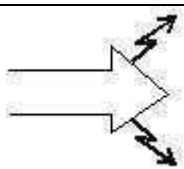
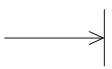
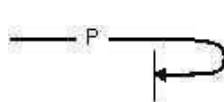
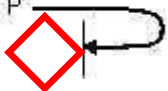
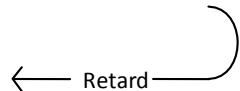

TAREFA	A/E	GRÁFICO	NOTAS
<p>Atacar pelo Fogo (Attack-By-Fire):</p> <p>é uma tarefa tática na qual o comandante usa fogos diretos, apoiado por fogos indiretos, para empenhar uma força inimigo sem estreitar o combate, para o destruir, suprimir, fixar ou enganá-lo quanto às suas intenções. Um comandante quando atribui esta tarefa tática deve indicar qual o efeito desejado (finalidade) como por exemplo fixar, neutralizar ou desorganizar.</p> <p>Esta tarefa tática exclui a necessidade do combate próximo com o inimigo e a ocupação física de uma determinada área.</p> <p>Pode haver confusão entre o ataque pelo fogo e apoiar pelo fogo. Esta última tarefa tática é atribuída quando se pretende que a unidade apoiada manobre para estreitar o contacto com o In, enquanto que a tarefa tática ataque pelo fogo inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> – atribuição de sectores de tiro ou áreas de empenhamento (EA) a cada arma ou sistema de armas sobre a área ou eixo de aproximação do inimigo; – medidas de controlo de tiro que permitam facilmente concentrar, distribuir, transportar e levantar fogos. 	A		<p>A seta deve apontar para o objetivo e a base do símbolo deve estar implantada na zona onde o ataque será desencadeado.</p> <p>Ver: Suprimir (Suppress); Neutralizar (Neutralize); Fixar (Fix); Demonstração (Demonstrate).</p> <p>Letra(s) NATO: A (Attack-By-Fire).</p>
<p>Cobrir (Security: C - Cover):</p> <p>atuar afastado da força principal, orientado na direção do inimigo, com a finalidade de o interceptar, obrigar a empenhar-se, retardar, destruir, desorganizar e iludir, antes que este possa atacar a força principal. A força de cobertura opera para além do alcance dos fogos da força principal.</p>	E		<p>No retângulo não preenchido é colocado o símbolo da Un que vai ter a tarefa de Proteger. Este retângulo pode ser omitido.</p> <p>Ver: Guardar (Guard); Vigiar (Screen).</p> <p>Letra(s) NATO: C (Cover).</p>

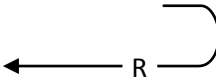

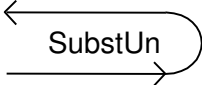
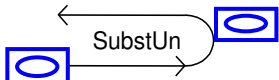
TAREFA	A/E	GRÁFICO	NOTAS
Conduzir Deceção (Conduct Deception): conduzir uma operação de decepção.	A		Como modificador de um sinal indica que a unidade é fictícia. Usado de <i>per se</i> o símbolo significa uma forma de decepção não especificada. Letra(s) NATO: C (Conduct Deception).
Exfiltrar (Exfiltrate): rotura do contacto com o IN, sem deteção, através ou à volta de posições inimigas.	E		Na base da seta será representada a unidade que romperá o contacto com o In por um processo de exfiltração. A seta tem a direção e o sentido do movimento a efetuar. Ver: Rotura (Withdraw). Letra(s) NATO: EX (Exfiltrar).
Localizar (Locate): determinar a posição de algo. Localizar o In é uma tarefa implícita, no entanto qualquer requisito para essa localização deve ser preciso.	E		A seta apontará para o que se quer localizar. Letra(s) NATO: L (Locate).
Guardar (Security: G - Guard): atuar na frente, flancos ou retaguarda de uma força principal, em movimento ou estacionária, de maneira a impedir a observação terrestre, os fogos diretos e ataques de surpresa do inimigo. A Guarda opera no alcance dos fogos da força principal e para o efeito, dentro das suas possibilidades, destrói e/ou retarda o inimigo.	E		No retângulo não preenchido é colocado o símbolo da Un que vai ter a tarefa de Proteger. Ver: Cobrir (Cover); Vigiar (Screen). Letra(s) NATO: G (Guard).
Recolher (Recover): extrair de uma área que não está sobre o nosso controlo, pela força ou não, material ou elemento/força amiga.	E		O círculo envolverá a área onde está aquilo que se quer recuperar. Letra(s) NATO: R (Recover).

TAREFA	A/E	GRÁFICO	NOTAS
Rotura (W - Withdraw): romper o contacto com o IN e movimentar numa direção que nos afasta deste.	A		Na base da seta será representada a unidade que romperá o contacto com o In. A seta tem a direção e o sentido do movimento a efetuar. Ver: Desempenhar. Letra(s) NATO: W (Withdraw).
Rotura sob pressão (WP - Withdraw under pressure)	A		Não é uma tarefa distinta da anterior, mas apresenta um símbolo distinto. Na base da seta será representada a unidade que romperá o contacto com o In. A seta tem a direção e o sentido do movimento a efetuar. Letra(s) NATO: WP (Withdraw under pressure).
Seguir e Assumir (Follow and Assume): a força de seguimento que recebe esta tarefa pertence ao escalão de ataque estando preparada para continuar a missão da força da frente se esta for fixada, perder ímpeto ou não possuir condições de continuar. A força de seguimento não é uma reserva, porque pertence ao escalão de ataque. As tarefas que normalmente esta força cumpre são: <ul style="list-style-type: none"> – preparar para executar todas as tarefas da unidade seguida; – manter o contacto com os elementos à retaguarda da força seguida; – preparar para efetuar uma passagem de linha pela força da frente; – monitorizar a informação que é transmitida pela unidade da frente; – não se empenhar com forças inimigas ultrapassadas pela força da frente. 	A		A caixa na base da seta envolve a unidade a quem foi dada a tarefa tática de seguir e assumir. Letra(s) NATO: F (Follow and Assume)

TAREFA	A/E	GRÁFICO	NOTAS
<p>Seguir e Apoiar (Follow and Support): é uma tarefa tática na qual uma força do escalão de ataque apoia a unidade da frente conduzindo uma operação ofensiva. A força de seguimento e apoio não é uma reserva, pois tem missões atribuídas à partida. As tarefas normalmente atribuídas a esta força são:</p> <ul style="list-style-type: none"> – destruir forças ultrapassadas pela força da frente; – deter reforços do inimigo que possam interferir com a força seguida; – segurar linhas de comunicação; – limpar obstáculos; – guardar prisioneiros de guerra, áreas e instalações chave; recolher baixas; – controlar terreno importante; – controlar civis deslocados. 	A		<p>A caixa na base da seta envolve a unidade a quem foi dada a tarefa tática de seguir e assumir.</p> <p>Letra(s) NATO: F (Follow and Support)</p>
<p>Vigiar (Security: S - Screen):</p> <p>manter sob vigilância a frente, flanco ou retaguarda de uma força em movimento ou estacionária, e alertar oportunamente esta força. A força que tem a tarefa de vigiar mantém o inimigo sob observação, informa sobre a sua natureza, meios e atitudes, mantendo o contacto com este.</p> <p>Dentro das suas possibilidades, flagela o inimigo e dificulta-lhe a ação, empregando fogos dos meios orgânicos e de apoio, e destrói ou repele patrulhas inimigas.</p>	E		<p>No retângulo não preenchido é colocado o símbolo da Un que tem a tarefa de Vigiar.</p> <p>Ver: Cobrir (Cover); Guardar (Guard).</p> <p>Letra(s) NATO: S (Screen).</p>

TAREFA	A/E	GRÁFICO	NOTAS
<p>TIPOS/FORMAS DE OPERAÇÕES:</p> <p>Ataque (Attack): ação ofensiva contra determinado objetivo.</p> <p>Este termo é generalista, pelo que devem ser usada outras tarefas mais específicas.</p>	A		Letra(s) NATO: A (Attack).
<p>Contra-ataque (CATK - Counterattack): um ataque a força In que está a executar um ataque.</p> <p>É uma tarefa pouco precisa, aberta a uma vasta gama de interpretações. Normalmente será melhor também especificar também o efeito: Conquistar, Isolar, Negar ou Destruir.</p>	A		Letra(s) NATO: CATK (Counterattack).
<p>Contra-ataque pelo fogo (Counterattack by Fire)</p>	A		Não é uma tarefa distinta da anterior, mas apresenta um símbolo distinto. Letra(s) NATO: CATK (Counterattack).
<p>Demonstração (Demonstrate): iludir o IN através de uma demonstração de força (sem contacto com In).</p>	E		Ver: Finta (Feint). Letra(s) NATO: D (Demonstrate).
<p>Emboscar (Ambush): conduzir um ataque de surpresa, a In em deslocamento ou temporariamente parado, a partir de uma posição oculta.</p>	A		A seta aponta para o objetivo da emboscada. Letra(s) NATO: A (Ambush).
<p>Envolver (Envelop): com a força principal atacante passar à volta ou sobre as posições defensivas principais do inimigo para conquistar objetivos na sua retaguarda.</p>	A		Ver: Penetrar (Penetrate); Segurar (Secure). Letra(s) NATO: E (Envelop).

TAREFA	A/E	GRÁFICO	NOTAS
Explorar (Conduct Exploitation): avanço rápido contra uma resistência debilitada com o objetivo de manter a iniciativa impedindo a reorganização da defesa do inimigo ou a sua retirada de forma organizada.	E		As setas devem apontar e delimitar a zona que materializa o ponto fraco do In. A base do símbolo define a área donde partirão as forças amigas que explorarão. Ver: Rotura (Withdraw). Letra(s) NATO: C (Conduct Exploitation).
Infiltrar (Infiltrate): técnica/processo segundo o qual uma força se move individualmente ou em pequenos grupos sobre, através ou à volta das posições inimigas sem ser detetada.	E		Ver: Penetrar (Penetrate); Ultrapassar (Bypass). Letra(s) NATO: ENY (Enemy).
Marcha para o Contacto (Advance-to-Contact): operação na qual a força procura o contacto com o In ou o seu restabelecimento, caso o tenha perdido.	A		Letra(s) NATO: A (Advance-to-Contact).
Penetrar (Penetrate): atravessar o dispositivo defensivo inimigo e desorganizar a sua defesa.	E		Ver: Infiltrar (Infiltrate); Abrir uma brecha (Breach).
Perseguir (Pursue): ação ofensiva desenhada para estabelecer contacto com, ou isolar, uma força hostil tentando escapar, com o objetivo de a destruir.	E		Podem ser colocadas restrições à forma como/onde o contacto com o In é estabelecido.  Letra(s) NATO: P(Pursue). Letra(s) NATO: P (Pursue).
Retardar (D - Delay): impedir que uma força In chegue a determinado local por determinado período ou até determinada ponto no tempo ou evento.	E		 Letra(s) NATO: D (Delay).

TAREFA	A/E	GRÁFICO	NOTAS
Retirar (Retire): movimentar uma força, sem contacto com o In, para fora do alcance deste. É normalmente de natureza administrativa.	A		 <p>Ver: Rotura (Withdraw).</p> <p>Letra(s) NATO: R (Retire).</p>
Substituição de Unidade (Relief in Place): operação na qual toda ou parte de uma unidade, sob controlo do escalão superior, é substituída, numa dada área, por uma outra unidade. A responsabilidade pela área de operações e a missão da unidade substituída passam para a nova unidade.	A		 <p>Letra(s) NATO: RIP (Relief in Palce).</p>

Página intencionalmente em branco

ANEXO C – PLANO DE RECONHECIMENTO

1. Introdução

Qualquer comandante, a qualquer escalão, bem como qualquer oficial de estado-maior, tem necessidade de proceder a reconhecimentos, visando a confirmação ou negação no terreno dos estudos efectuados na carta, a preparação da exposição de um plano ou ordem, ou reconhecer determinados acidentes de terreno a fim de atestar, por exemplo o seu valor defensivo.

2. Preparação do Reconhecimento

Por norma o reconhecimento deve ser minuciosamente preparado, sob pena de não se conseguir ir a todos os locais planeados ou não confirmar ou infirmar determinada dúvida por simples esquecimento de se ter tomado nota aquando do processo de planeamento.

A preparação a efectuar deve ter em consideração a finalidade que se pretende com o reconhecimento, consiste em escolher primeiro na carta **os postos de observação (PO) onde ir**, por que **ordem** e o que **observar em cada um**. De seguida estudar quais os itinerários a utilizar desde o ponto inicial (PI) ao primeiro PO e entre os PO. Em seguida calcular os tempos de deslocamento e em função destes, da hora de início, do tempo disponível e daquilo que há a observar, determinar o tempo de permanência em cada PO. Se o tempo for insuficiente, há que rever o número de PO, o prazo de permanência nos mesmos ou até alterar a hora de início.

A experiência recomenda o estabelecimento de um prazo maior no primeiro PO, na medida em que se torna necessário identificar pela primeira vez a área a reconhecer. Especial atenção deve ser dada à localização do primeiro PO, relevando a sua posição mais central de modo a ter uma noção de conjunto do espaço a reconhecer.

Ainda quanto ao tempo necessário, recomenda-se que o seu cálculo não seja por defeito de modo a evitar situações indesejáveis e a poder face a imprevistos.

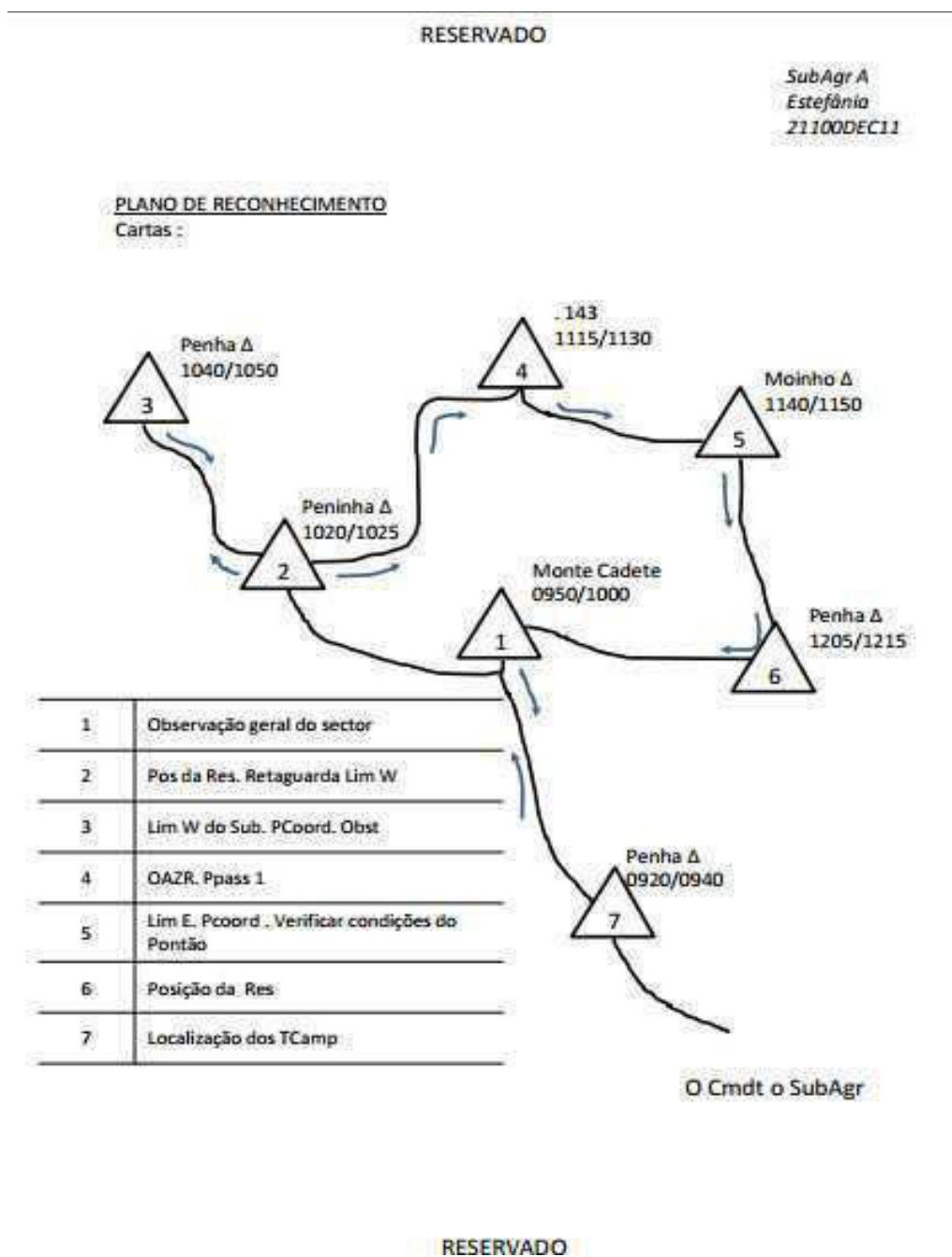
3. Plano de Reconhecimento

A preparação de um reconhecimento consubstancia-se no chamado plano de reconhecimento.

Não existe modelo formal regulamentado em qualquer publicação doutrinária. Aliás tal não seria coerente na medida em que a forma do plano poderá alterar-se significativamente em função da finalidade ou até do meio de deslocação.

De qualquer modo e a título ilustrativo apresenta-se um exemplo que pela sua facilidade de elaboração poderá constituir uma base de partida.

Frequentemente tal plano pode ser elaborado num transparente e consistirá num gráfico e complementado por uma matriz.



ANEXO D - LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

AAP	Allied Administrative Publication (NATO)
AC	Artilharia de Campanha
A/C	Ação de Conjunto
A/C-RF	Ação de conjunto reforço de Fogos
A/D	Apoio Direto
AE	Área de empenhamento
Agr	Agrupamento
A/G	Apoio Geral
AJP	Allied Joint Publication (NATO)
al.	Alínea
APP	Allied Procedural Publication (NATO)
Bat	Batalhão
CC	Carro de Combate
CIMIC	Civil Military Cooperation
Comp	Companhia
DA	Department of the Army
EApprox	Eixo de Aproximação
e.g.	Exempli gratia
EM	Estado-Maior
ERec	Esquadrão de Reconhecimento
FFAA	Forças Armadas
GDH	Grupo data-hora
Gr	Grupo
In	Inimigo
LFM	Linha de Fim de Missão
LOC	Linhas de Comunicações
LVig	Linha de Vigilância
m/a	Modalidade de ação
NATO	North Atlantic Treaty Organisation
NF	Nossas Forças
NT	Nossas Tropas

OCOPE	Observação e Campos de tiro, Obstáculos, Pontos importantes e Eixos de Aproximação
OCS	Órgãos de Comunicação Social
ONG	Organização não-governamental
OOp	Ordem de Operações
OPCOM	Comando Operacional
OPCON	Controlo Operacional
OPrep	Ordem Preparatória
PDE	Publicação de Doutrina do Exército
PImp	Ponto Importante
PO	Posto de Observação
PRC	Potencial Relativo de Combate
Rec	Reconhecimento
SubAgr	Subagrupamento
TACOM	Comando Tático
TACON	Controlo Tático
TTP	Táticas, Técnicas e Procedimentos (Tactics, Techniques and Procedures)
VCI	Viatura de Combate de Infantaria

